

Revista
Geografia
e Pesquisa

volume

13

n° 1

ISSN 1806-8553



© 2019 Curso de Geografia do Campus Experimental de Ourinhos

CAPA

Raquel Prado | Tikinet

FOTO DE CAPA

Fabiana Lopes da Cunha

PROJETO GRÁFICO

Maurício Marcelo | Tikinet

DIAGRAMAÇÃO

Beatriz Luanni e Ronaldo Chagas | Tikinet

REVISÃO

Douglas Mattos | Tikinet

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Mônica Silva e Natalia Bae | Tikinet

R4546

Revista Geografia e Pesquisa / Universidade Estadual Paulista.
Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia –
Ourinhos: Curso de Geografia, 2014.

74p.; 21cm.

Semestral
v.13, n.1, jan./jun.

ISSN 1806-8553

1. Geografia. 2. História. I. Universidade Estadual Paulista.
Campus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia.
II. Título.

CDD: 910.05

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

Solicita-se permuta – Se solicita intercâmbio – We ask for Exchange

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Câmpus Experimental de Ourinhos – Curso de Geografia

Av. Renato da Costa Lima, 451 – Ville de France – Ourinhos/SP – CEP 19903-302

Telefone: (14) 3302-9500

Home Page: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa>

EDITORES RESPONSÁVEIS

Fabiana Lopes da Cunha

E-mail: fabiana.cunha@unesp.br

Luciene Cristina Risso

E-mail: luciene.risso@unesp.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini

Reitor

Sergio Roberto Nobre

Vice-Reitor

Leonardo Theodoro Büll

Pró-Reitor de Administração – PRAD

Cleopatra da Silva Planeta

Pró-Reitora de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX

Prof^ª. Dr^ª. Telma Teresinha Berchielli

Pró-Reitora de Pós-Graduação – PROPG

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Pró-Reitor de Pesquisa – PROPE

Gladis Massini-Cagliari

Pró-Reitora de Graduação – PROGRAD

CÂMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

Edson Luis Piroli

Coordenador Executivo

Marcelo Dornelis Carvalho
Vice-Coordenador Executivo

Luciene Cristina Risso
Coordenadora do Curso de Geografia

Fabiana Lopes da Cunha
Vice-Coordenadora do Curso de Geografia

REVISTA GEOGRAFIA E PESQUISA

COMISSÃO EDITORIAL

Fabiana Lopes da Cunha – UNESP/Ourinhos/Assis
Luciene Cristina Risso – UNESP/Ourinhos/Rio Claro

CONSELHO CIENTÍFICO

Ailton Luchiari – FFLCH/USP/SP
André Munhoz Argollo Ferrão – UNICAMP/SP
Andrea Aparecida Zacharias – UNESP/Ourinhos
Angelita Matos Souza – UNESP/Rio Claro
Antonio Nivaldo Hespanhol – UNESP/Presidente Prudente
Antonio Thomáz Junior – UNESP/Presidente Prudente
Bernadete A. C. Castro – UNESP/Rio Claro
Genira Lupinacci – UNESP/Rio Claro
David Treece – King's College London/Londres/Inglaterra
Eliseu Severio Sposito – UNESP/Presidente Prudente
João Lima Sant'Anna Neto – UNESP/Presidente Prudente
José Flávio Morais Castro – PUC/MG
Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Marcelo José Lopes de Souza – UFRJ
Marcelo Martinelli – USP/SP
Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP/Presidente Prudente
Maria Inez Machado Borges Pinto – FFLCH/USP/SP
Ricardo Antonio Tena Nuñez – UNAM/Cidade do México/México
Zeny Rosendahl – UERJ/RJ

Editorial

O volume 13, n. 1, da revista Geografia e Pesquisa contempla seis artigos envolvidos de temas da história do pensamento geográfico, geografia urbana e patrimônio cultural.

Abrimos esse número com o artigo de Mello e Maia, intitulado “Mulheres na USP: as primeiras professoras de geografia formadas na FFCL entre 1934 e 1960”, o qual contribui para a história da Geografia brasileira.

Nos estudos urbanos, temos o artigo de Fernando Luis Farias da Silva e Estevan Bartoli sobre o “Capital mercantil, transportes fluviais e a rede urbana sub-regional de Parintins – AM.” e o artigo de Gustavo Prado e Luciene Cristina Riso sobre “A cidade e suas representações: um estudo com mapas mentais em Pirassununga/SP”.

No tema sobre patrimônio cultural, temos o artigo de Felipe Yera Barchi e Fabiana Lopes da Cunha intitulado “Identidade Nacional e Patrimônio Cultural intangível: uma análise do samba, fado e tango”; o artigo de Alexandre Augusto da Costa intitulado “Pac cidades históricas: análise da experiência de Congonhas sob a ótica do culto moderno aos monumentos” e o artigo de Milena Santos Mayer sobre o “Museu do Tropeiro de Castro: uma discussão sobre a atividade tropeira e o patrimônio cultural no Paraná”.

As editoras desejam uma boa leitura!

Comissão editorial

Prof.^a Dr.^a Fabiana Lopes da Cunha

Prof.^a Dr.^a Luciene Cristina Riso

Mulheres na USP: as primeiras professoras de Geografia formadas na FFCL entre 1934 e 1960

Women in USP: the first geography teaches graduated at FFCL between 1934 and 1960

MÁRCIA CRISTINA DE OLIVEIRA MELLO^A
GEYCE IRIS GOERING MAIA^B

^a Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Ourinhos.
E-mail: marcia.mello@unesp.br

^b Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Ourinhos.
E-mail: geycegoering@hotmail.com

Neste artigo apresentamos resultados da pesquisa que visou a identificar quem foram os primeiros professores de Geografia a atuarem na escola paulista, entre 1930 e 1960. Trata-se de uma pesquisa de fundo histórico, documental e bibliográfica desenvolvida por meio de procedimentos de identificação, reunião, organização e análise de fontes documentais referentes aos aspectos do primeiro curso de formação de professores secundários de Geografia, oferecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e em seu Instituto de Educação. Busca-se refletir em que medida esses sujeitos contribuíram para a constituição de uma história da formação docente em Geografia no Brasil. Destaca-se a figura da mulher professora e as contribuições de Maria Conceição Vicente de Carvalho, formada em 1938, e *Amélia Americana* Domingues de Castro, em 1940. As mulheres totalizaram 68% do número de formados da época. A formação docente em Geografia presente na FFCL da USP, e em seu Instituto de Educação, apresenta características das teorias pedagógicas e da formação específica do geógrafo, favorecendo uma análise da transmissão de saberes e de metodologias necessárias à prática docente da época.

Palavras-chave: ensino de geografia, formação de professores de geografia, didática da geografia, mulheres geógrafas, escola nova.

In our article, we show partial results of a research that aims at identifying the first teachers of Geography to work in the school of São Paulo, between the 1930s and 1960s. It is a historical, documentary and bibliographic background research developed by identification, meeting, organization and analysis of documentary sources referring to aspects of the first training course of secondary teachers of Geography, offered at the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters (FFCL) of the Universidade de São Paulo (USP) and its Institute of Education. We will try to reflect to what extent these subjects contributed to the constitution of a history of teacher education in Geography in Brazil. The figure of the female teacher and the contributions of Maria Conceição Vicente de Carvalho, graduated in 1938 and *Amélia Americana* Franco de Castro, in 1940, stood out. They totaled 68% of the number of trainees. The teacher training in Geography present at the FFCL of USP and in its Institute of Education brings characteristics of the pedagogical theories and the specific training of the geographer, favoring an analysis of the transmission of knowledge and methodologies necessary to the teaching practice of that time.

Keywords: geography teaching, training of geography teachers, geography teaching, geographer women, new school.

INTRODUÇÃO

No sentido de compreender aspectos da história da formação de professores de Geografia no Brasil, foi desenvolvido o projeto regular “Orientações metodológicas destinadas aos professores de Geografia para o ensino secundário da escola paulista (1934-1960)”, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A pesquisa aqui apresentada está articulada ao referido projeto, e teve andamento de 2017 a 2018, enquanto atividade desenvolvida em nível de Iniciação Científica (IC), junto a Pró-reitoria de Pesquisa da Unesp.

Em 1934, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL da USP). O curso de Geografia foi inicialmente ofertado junto com o de História, e era dividido em duas modalidades: a primeira destinada à formação de bacharel, enquanto a segunda, à formação do professor (licenciatura). Este primeiro modelo de formação docente em nível superior em nosso país ficou conhecido como “três mais um”, no qual os três primeiros anos eram destinados a formação específica e a partir do terceiro ano o aluno poderia matricular-se no Curso de Formação pedagógica do professor secundário, do Instituto de Educação da USP.

Em 1946 foi criado o departamento de Geografia com o intuito de resolver problemas em comum e co-ordenar com particularidade o ensino e a pesquisa na área. (AZEVEDO; SILVEIRA, 1949). Naquele período construiu-se um sistema nacional público de ensino, com várias mudanças para atender a nova sociedade, advinda de um contexto de desenvolvimento industrial e que pretendia reformar as políticas educacionais.

Em nossa investigação identificamos importantes nomes de geógrafos formados e diplomados entre os anos de 1934 e 1963, na USP, que trouxeram suas contribuições para o ensino de Geografia; dentre eles estão Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Aroldo de Azevedo e Amélia Americano Domingues de Castro.

Na sequência da criação deste primeiro curso, surgiram outros, em demais locais do país; a saber: Universidade do Distrito Federal, 1935 (incorporada à Universidade de Brasília, em 1939); Universidade Estadual do Paraná, em 1938; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1940; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941; Universidade Federal de Minas Gerais, em 1941; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1941; Universidade Federal da Bahia, em 1941; Pontifícia

Universidade Católica de Campinas, em 1942; e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1943.

Considerando a distribuição espacial dos cursos e seus indubitavelmente diferentes projetos de formação, o processo inicial de formação universitária do professor de Geografia para lecionar ao ensino secundário, não foi um fenômeno homogêneo: houve rupturas e permanências em relação às mudanças nas políticas educacionais que antecederam e sucederam o período em análise.

Assim, delimitamos como objetivos de pesquisa investigar quem foram os primeiros professores de Geografia para o ensino secundário formados a partir de 1930, na FFCL da USP; e, organizar os dados coletados sobre a temática para auxiliar pesquisas futuras.

METODOLOGIA

A investigação consistiu em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo documental se deu por meio da identificação, da localização e da recuperação de fontes primárias e secundárias obtidas principalmente nos acervos da FFCL da USP e nos acervos da UNESP, incluindo os periódicos da época e outras fontes documentais, como relatórios da universidade.

Foram consideradas também as bases de dados eletrônicas Dedalus (USP), Nou-Rau (UNICAMP) e Athena (UNESP)¹

Após localizar dos dados sobre os nomes dos alunos, suas produções e atuações profissionais, os títulos selecionados foram organizados em forma de tabelas e/ou quadros que auxiliarão na análise da constituição da história da formação de professores de Geografia no Brasil. Os dados completos encontram-se em Mello (2019).

RESULTADOS

Educação nos anos de 1930

Como é sabido, a partir dos anos 1930 o Brasil foi submetido a uma lógica econômica que priorizava a implantação de uma lógica urbano industrial. Após a revolução de 1930, ocorreram grandes modificações em relação às necessidades educacionais. O governo

1 Ver: <http://dedalus.usp.br/>; <http://cutter.unicamp.br/>; e <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo primeiro-ministro, Francisco Campos, tomou as medidas que criaram a FFCL, em que viriam a ser formados os professores do ensino secundário em nível superior.

O Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, estabeleceu a organização da escola secundária com o objetivo de levar a ela novos ideários pedagógicos. Outro marco da época foi a publicação, pelos escolanovistas, do “Manifesto dos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional no Brasil” em meio a reorganização política da Revolução de 1930, o que estabelecia uma renovação da educação no Brasil com um plano geral de indicar ao Estado uma escola pública, laica e obrigatória (SAVIANI, 2010).

A renovação educacional tinha como aliada teórica a Escola Nova, movimento mundial baseado na democracia liberal, que tinha o interesse de atender a necessidade da nova sociedade industrializada, o que exigia a expansão da escola pública.

A publicação do Manifesto dos pioneiros se deu no formato de um documento com várias propostas para a educação no Brasil, escrito por Fernando de Azevedo e assinado por intelectuais, como Anísio Teixeira. Algumas

das propostas eram: tornar a escola laica, gratuita e obrigatória; adaptar o ensino às características de cada região do Brasil e exigir formação superior dos professores.

Os primeiros professores de Geografia formados na USP (1934-1960)

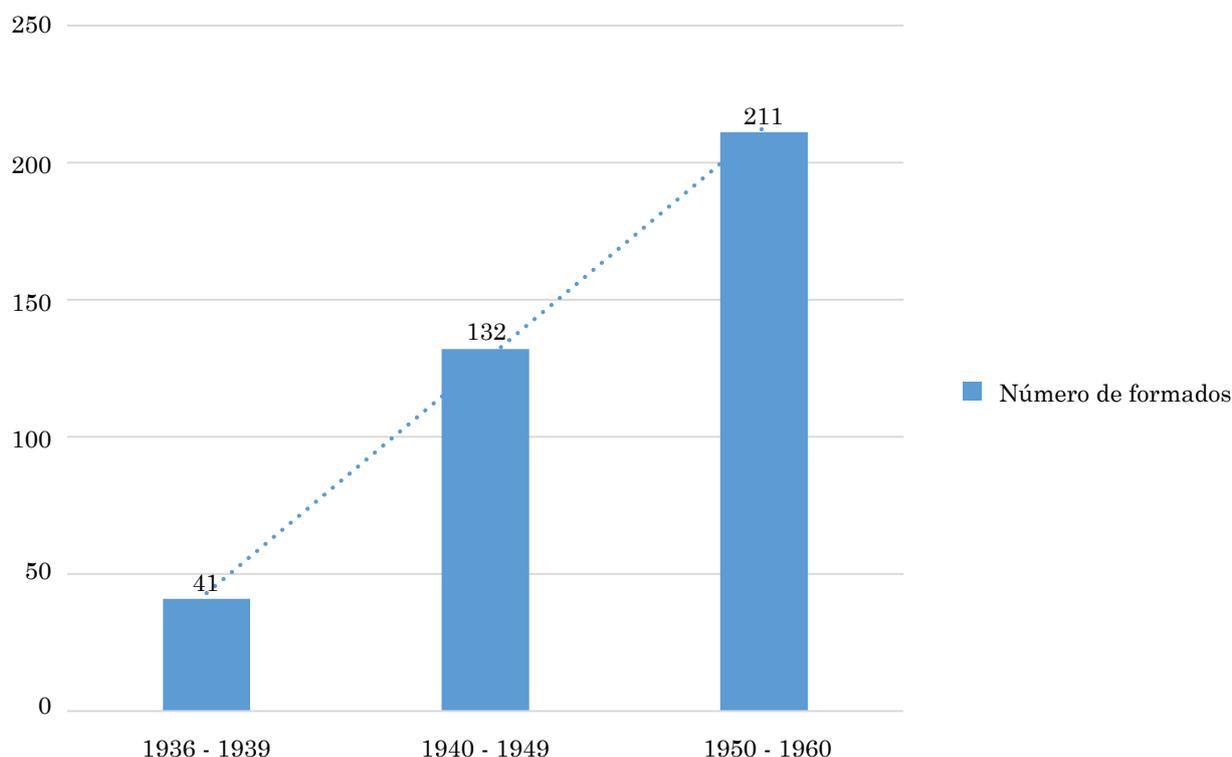
Os geógrafos formados na USP, à época, tiveram relevância no debate sobre o ensino em Geografia e na luta para que o conhecimento geográfico, com conteúdos explicativos baseados na Geografia moderna, chegasse aos poucos no debate educacional (ROCHA, 2000).

No período entre 1936 e 1960, formaram-se 476 alunos no curso de Geografia e História da FFCL da USP. Os primeiros formados foram Antonio de Paula Assis, Nelson Camargo, Rozendo Sampaio Garcia, Astrogildo Rodrigues de Mello, José Orlandi, Eurípedes Simões de Paula, Affonso Antonio Rocco e João Dias da Silveira, em 1936.

Dentre os primeiros formados em Geografia e História, João Dias da Silveira se destaca por ser nomeado como assistente adjunto à cadeira de Geografia Física e Humana ainda quando aluno.

O Gráfico 1 mostra o número de formados na modalidade licenciatura.

Gráfico 1 – Formados em Licenciatura no Curso de Geografia e História, entre as décadas de 1936 e 1960, na FFCL-USP.

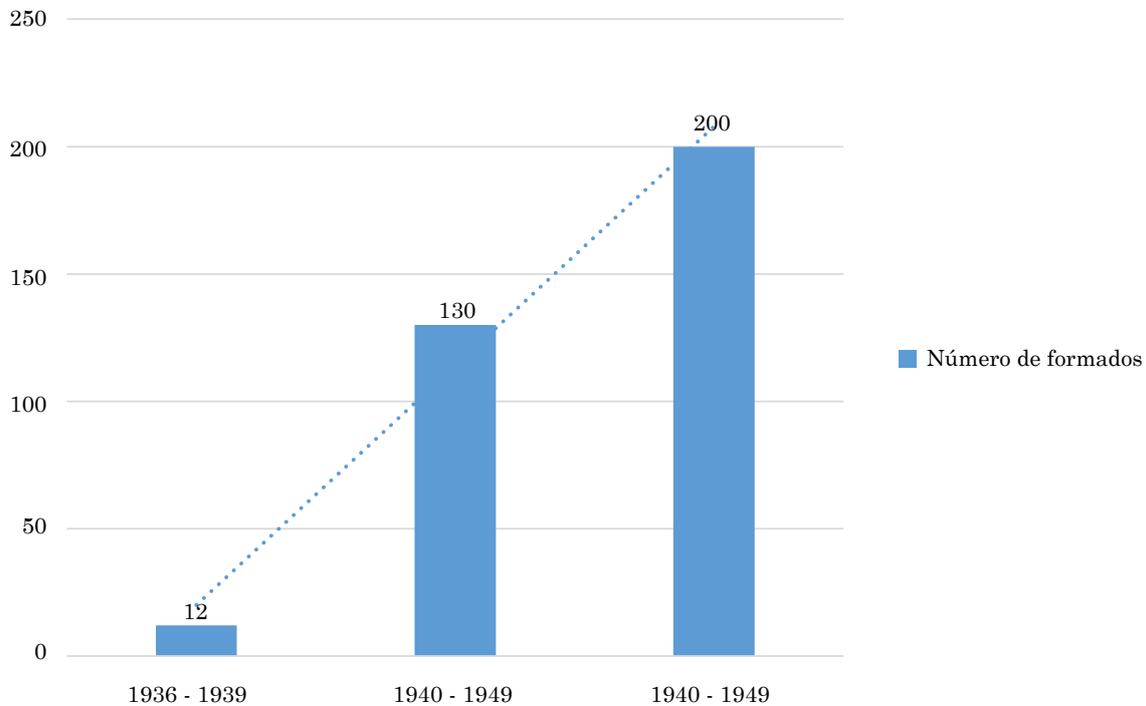


No período analisado formaram-se, na Licenciatura em Geografia e História entre os anos de 1936 e 1939, 41 alunos: 132 desses entre 1940 e 1949, enquanto no intervalo entre 1950 e 1960 se formaram os

demais 211 alunos. No total 384 alunos se formaram em Licenciatura.

O Gráfico 2 mostra o número de formados no Bacharel em Geografia e História:

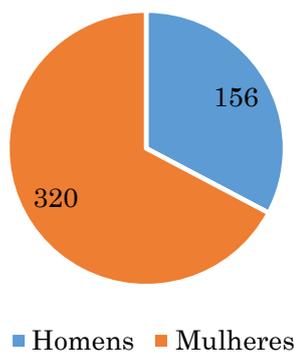
Gráfico 2 – Formados no Bacharel em Geografia e História pela FFCL da USP (1936-1960), por década.



Os dados demonstram que, entre 1936 e 1939, 12 alunos se formaram bacharéis; entre 1940 e 1949, 130 alunos; e entre 1950 e 1960, 200 alunos, totalizando 342 alunos formados bacharéis. A modalidade licenciatura, portanto, obteve maior número de formandos.

No Gráfico 3 é possível verificar que, no dado período, 320 mulheres e 156 homens se formaram, totalizando 476 formados no curso de Geografia e História pela FFCL da USP entre 1936 e 1960.

Gráfico 3 – Formados na Licenciatura em Geografia e História pela FFCL da USP (1936-1960), por gênero.



A partir dos dados apresentados, identifica-se que 68% dos formandos em Geografia e História na FFCL da USP eram mulheres. Sobre essa temática, foi a partir dos últimos anos da década de 1980 que se intensificou, na USP, o debate sobre gênero e a profissão docente incluindo questões como: “que ideias e valores estiveram associados ao processo de feminização da docência, para além da simples entrada de mulheres na profissão?”, exposta por Diana Gonçalves Vidal e Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (2001). Os estudos apontam que o fundamento de que “homens dominam as mulheres” é uma explicação que naturaliza a construção social do gênero que atribui à mulher posição inferior ao homem por características biológicas. Nos entendimentos cultural e histórico, a mulher teria ocupações femininas e o homem ocupações masculinas, o que gera uma desigualdade de gênero, já que as atividades do gênero feminino são sempre inferiores às do gênero masculino.

No âmbito escolar, a entrada da mulher na ocupação de professora atribui-se à representação de figura materna e delicada. Na concepção social, a mãe tinha o dever de educar os filhos; logo, a mulher professora educaria os

alunos. Desde o começo da organização da rede pública de ensino no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres entraram na docência mudando a dinâmica do mercado de trabalho e divisão sexual do trabalho.

A partir de então, cabia dois papéis à mulher: ser mãe e professora, sendo ambas as posições responsáveis por ensinar a humanidade e formar cidadãos. Ser professora, porém, era uma função pública que a afastava do lar e de suas ocupações privadas, como cuidar dos filhos e marido, por falta de tempo. A igreja, também, apresentava um ideal de família em que a mulher não trabalha fora de casa – esse ideal se viu ameaçado pela emancipação feminina.

Com a forte urbanização na região sudeste no começo do século XX, a cidade se expande para áreas mais afastadas, aumentando a distribuição de escolas em diversos lugares. A mulher, dessa forma, teria que se deslocar de um lugar para outro, logo de manhã, com o auxílio de vários tipos de transporte, colocando em questão a aproximação do comportamento das moças ao dos homens. Na apropriação do espaço urbano, as mulheres estavam expostas sofrerão possível assédios dos homens, e, ao chegarem à escola, ainda se deparariam com a hierarquia masculina nos cargos administrativos.

Ao mesmo tempo que a mulher se apropria do espaço urbano ao inserir-se na sociedade em busca de autonomia, rompendo, assim, com sua subordinação ao lar ao tornar-se professora, observa-se que a profissão esteve socialmente relacionada a uma figura materna, característica marcante do machismo mascarado da época.

No âmbito universitário, a FFCL deu a oportunidade a mulheres das classes alta e média de ingressarem no curso superior, mesmo que muitas não ousassem se inscrever em cursos como Engenharia, Medicina ou Direito. Muitas optavam por cursos de licenciatura, como Geografia e História, pelo estímulo do Estado à formação de professores destinados à educação de nível primário e secundário.

No artigo “Gênero e trajetórias acadêmicas das primeiras mulheres universitárias brasileiras” encontram-se dados sobre as estudantes da USP as dificuldades e preconceitos vividos por serem mulheres e a resistência para consolidarem suas carreiras universitárias no Brasil.

Dentre as mulheres geógrafas que nos deparamos durante os achados da pesquisa, foram selecionadas Maria Conceição Vicente de Carvalho, formada no ano de 1938, e Amélia Americano Domingues de Castro, em 1940.

Maria Conceição Vicente de Carvalho nasceu em 1906, em Santos, no estado de São Paulo, e faleceu em

2002. Atuou a partir dos anos 1930, período com mudanças nas políticas educacionais e na produção de conhecimento no campo da história do ensino de Geografia, que contribuiu para a compreensão de alguns problemas relacionados ao processo da política de implementação de uma “cultura pedagógica” considerada “moderna”, com transformações nas práticas pedagógicas que aspiravam a “projetos de educação”. Em 1935, publicou, junto com Pierre Monbeig e Aroldo de Azevedo, o texto “O ensino secundário da Geografia”, na revista editada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), transcrito na seção “crítica e notas” (MONBEIG; AZEVEDO; CARVALHO, 1935). Carvalho foi a primeira mulher a receber o título de doutora em Geografia no Brasil após defender sua tese “Santos e a Geografia humana do litoral Paulista”, em 1944.

Amélia Americano Domingues de Castro nasceu no dia 27 de dezembro de 1920, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1984, tomou posse na Academia Paulista de Educação. Formada em Geografia e História pela FFCL da USP em 1941, foi assistente substituta da Cadeira de Didática Geral e Especial. A tese que lhe concedeu o título de doutora em Educação pela FFCL da USP é intitulada “Princípios do método no ensino da História”, e a obtenção da livre-docência, também na FFCL, em 1963, se deu pela defesa da tese “Bases para uma Didática do estudo”. Entre 1994 e 2000, foi conselheira do Conselho Municipal de Educação. A professora Amélia morreu em 2020 deixando uma importante contribuição à Educação, já que desenvolveu inúmeros estudos sobre didática, que auxiliam também na compreensão do como ensinar e aprender Geografia.

Essas duas alunas do curso da USP aqui mencionadas representam um perfil de mulheres à frente de seu tempo, que superaram os obstáculos da época e impulsionaram a força da mulher na Geografia, na História, no ensino e na sociedade. Elas não tiveram, no entanto, o reconhecimento que outras figuras masculinas alcançaram à época, a exemplo de Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, José Orlandi e João Dias da Silveira. Assim, esta temática precisa ser melhor explorada em pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstra marcas na formação docente em Geografia, presentes na FFCL da USP e em seu Instituto de Educação, a partir do ano de 1934.

Como resultados tem-se a lista completa dos nomes dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura, não inclusa neste texto, mas disponível no relatório final de pesquisa (MELLO, 2019).

Verifica-se que no período de 1930 a 1960 formaram-se 384 professores, sendo 134 homens e 251 mulheres. A licenciatura formou, nesse período, mais alunos do que o bacharelado. É importante enfatizar que esta investigação do primeiro curso de Geografia e História e dos primeiros formandos da FFCL da USP auxilia na compreensão de alguns problemas e avanços relacionados ao processo de formação de professores, já que pode elucidar dicotomias que antecederam e sucederam o período em análise envolvendo a relação existente entre gênero e profissão docente em Geografia.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A.; SILVEIRA, J. D. O ensino da geografia na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 3, p. 76-83, 1949.
- MELLO, M. C. O. **Orientações metodológicas destinadas aos professores de Geografia para o ensino secundário da escola paulista (1934-1960)**. Ourinhos: Fapesp, 2019.
- MONBEIG, P.; AZEVEDO, A.; CARVALHO, M. C. V. O ensino secundário da geografia. **Geografia**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 77-83, 1935.
- ROCHA, G. O. R. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de geografia no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 129-144, 2000.
- SANTOS, I. S. F.; PRESTES R. I.; VALE, A. M. Brasil, 1930-1960: escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 22, p. 131-149, 2006.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.
- VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001.

Capital mercantil, transportes fluviais e a rede urbana sub-regional de Parintins-AM

Mercantile capital, fluvial transport and the sub-regional urban network of Parintins-AM

FERNANDO LUIS FARIAS DA SILVA^A
ESTEVAN BARTOLI^B

^a Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

^b Professor Doutor do curso de Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), campus Parintins, doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).

O texto tem como objetivo analisar as atividades do Capital Mercantil em Parintins (AM), cujas práticas espaciais atingem diversas áreas circunvizinhas, formando a rede urbana a partir de transportes fluviais. A coleta de dados é relativa às sete maiores empresas comerciais locais que atuam na economia em múltiplas frentes, estruturando sistemas territoriais. Tais empresas realizam intensas redes de trocas de mercadorias com: 1) Manaus enquanto centro primaz; 2) a rede urbana do estado do Pará; 3) o entorno sub-regional cuja distribuição é feita por embarcações pertencentes à economia popular. Produzem alterações no espaço intraurbano de Parintins se apropriando de espaços públicos (beiras de rio) para construção de portos, além de novos investimentos nas periferias em expansão. Constata-se que as atividades desse Sistema Territorial dominante é uma das principais forças propulsoras de influência na formação da rede urbana sub-regional de Parintins, o que a torna um importante nódulo da região.

Palavras-chave: capital mercantil, sistemas territoriais, rede urbana, transporte fluvial.

This paper aims at analyzing the activities of the Mercantile Capital in Parintins, state of Amazonas, Brazil, whose spatial practices reach several surrounding areas, forming an urban network based on fluvial transportation. Data collection is related to the seven largest local commercial companies that operate in the economy on multiple fronts, structuring Territorial Systems. Such companies conduct intense product exchange networks with: 1) Manaus as a prime center; 2) an urban network in the state of Pará; 3) the sub-regional environment, whose distribution is made by vessels belonging to the popular economy. They produce changes in Parintins' intraurban space by appropriating public spaces (river borders) for the construction of ports and by investing in the expansion of peripheries. The activities of this dominant Territorial System are one of the main driving forces that influence the formation of the sub-regional urban network of Parintins, making it an important nodule of the region.

Keywords: mercantile capital, territorial systems, urban network, fluvial transport.

INTRODUÇÃO

Este trabalho¹ traz resultados de estudos sobre as atividades do Capital Mercantil e da rede urbana que está sob sua influência a partir da cidade de Parintins (AM). Considera-se a hipótese de que as empresas comerciais que pertencem a essa fração do Capital são as principais forças propulsoras que desempenham papel articulador na ligação entre a cidade e suas áreas de entorno, compondo a rede urbana sub-regional do baixo Amazonas², colaborando para compreensão funcional e estrutural dessa rede primordialmente conectada por fluxos de transportes fluviais.

Da análise dos fluxos de transportes fluviais realizados pelas empresas pertencentes ao Capital Mercantil, bem como os fluxos de Parintins com a metrópole Manaus, se desdobram outros objetivos específicos: 1) cartografar e mapear fluxos e fixos mantidos pelas empresas comerciais; 2) elencar as diversas atividades que o capital mercantil manifesta, estruturando sistema territorial; 3) apontar as consequências das ações das empresas comerciais no espaço intraurbano de Parintins.

A metodologia empregada consiste na observação não-participativa, aplicação de questionários com perguntas abertas a uma amostra relativa às sete maiores empresas comerciais de Parintins, realizando coleta de dados secundários em instituições públicas e a consequente tabulação e elaboração de cartografia dos fluxos e fixos, com base nos resultados obtidos em campo. As informações coletadas³ originaram mapas e quadros que exprimem as redes e estratégias que as empresas comerciais adotam em suas práticas espaciais.

Os dados demonstram que há densidade de relações, qualificando Parintins como importante centro distribuidor de produtos industrializados, complementando recentes abordagens sobre suas funções enquanto

cidade média de responsabilidade territorial e enquanto fornecedora de serviços de saúde e educacionais (SCHOR; OLIVEIRA, 2016).

No primeiro subtítulo, abordamos redes urbanas e os papéis das cidades na Amazônia, levando em conta a difusão dos processos urbanos para além do espaço físico das cidades, discutindo a tese da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2003), frisando as territorialidades que o Capital Mercantil mantém em Parintins e na sub-região por meio das ações das empresas comerciais, que articulam diferentes Sistemas Territoriais.

No segundo momento, tecemos reflexões teóricas que dão suporte para as discussões sobre as ações do Capital Mercantil em Parintins: definições, funcionalidades e estruturação. Essa fração se metamorfoseia em diferentes atividades para possibilitar sua manutenção de poder econômico. As empresas comerciais são consideradas parte deste processo, pelas características de suas atuações econômicas na cidade e na sub-região. Apresentamos dados sobre os fixos que as empresas possuem (imóveis, galpões, lojas, portos etc.) e mapas que demonstram as redes que essas empresas formam na sub-região, cuja abrangência espacial consta como importante fator para a reprodução do Capital Mercantil.

No último momento descrevemos as estratégias dessas empresas e os impactos causados na configuração do espaço intraurbano. São conflitos relacionados ao uso do espaço urbano que ocorrem em determinados pontos da cidade com maior intensidade em áreas conhecidas como “beiras de rio”. Concluímos que através das formas do uso do solo urbano se estrutura um Sistema Territorial dominante, que é o principal propulsor da formação da rede urbana sub-regional, atingindo também cidades do oeste paraense.

REDES URBANAS E SISTEMAS TERRITORIAIS

Para Corrêa (2012, p. 200), as redes urbanas se definem pelo conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos. Corrêa (1997) ressalta ainda, nesta mesma linha de pensamento, que as redes, especialmente as urbanas, são um produto das relações entre indivíduos, historicamente contextualizados, e que tem como objetivo articular as sociedades numa dada porção do espaço por meio de interações sociais espacializadas, garantindo a sua existência e reprodução. Aponta que as cidades são os fixos, sendo “os vértices ou nós” (CORRÊA, 1997, p. 93) dotados de funções urbanas. Correspondem aos pontos dos quais os fluxos saem ou chegam.

1 O texto apresenta resultados do projeto de Iniciação Científica realizado na Universidade do Estado do Amazonas, campus de Parintins, nos anos de 2017/2018.

2 Quando tratamos no presente texto do termo sub-regional, nos referimos à 9ª sub-região do Baixo-Amazonas, instituída pela Constituição do Estado do Amazonas, sendo composta pelos municípios de Urucará, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá e Parintins – essa última classificada pelo IBGE como Centro Sub-Regional B (IBGE, 2007).

3 As coletas de dados foram realizadas de março a outubro de 2018.

Ao fazer uma apreciação de uma rede na escala do intraurbano, podemos interpretar um fixo como um prédio público, um hospital, uma loja ou um porto, ou seja, um ponto onde convergem ou partem trajetos de pessoas ou meios de transporte. Os fluxos são as conexões que unem os centros que formam uma rede urbana, são os caminhos ou ligações entre esses centros. “Os fluxos no âmbito dessa rede são intensos e diferenciados, qualitativa e quantitativamente, envolvendo informações, capital, pessoas e mercadorias” (CORRÊA, 2012, p. 202).

Na classificação elaborada pelo IBGE (2007) sobre as Regiões de Influência das Cidades, Parintins é caracterizada como Centro sub-regional B. Segundo Schor *et al.* (2014) as classificações do IBGE para o entendimento da rede urbana no Amazonas são insuficientes para caracterizar a dinâmica de suas cidades, defendendo outras definições históricas, econômicas, sociais e funcionais para redefinir o estudo das formas e suas funções.

Para construção da tipologia proposta à rede urbana do estado do Amazonas, Oliveira e Schor (2009, 2010, 2011) criaram metodologia de análise a partir de tipologia que abarca parâmetros relacionais que incorporam dados socioeconômicos e demográficos, com aspectos de hidrologia, biogeografia, acesso aos recursos naturais e demais temas de interação sociedade-natureza. Delimitaram ainda alguns arranjos institucionais que poderiam ser analisados em conjunto, estabelecendo uma hierarquia urbana para essas cidades. Tais arranjos institucionais foram considerados como elementos fundamentais para a consolidação da rede urbana, variando de instituições de educação e saúde aos fluxos de mercadorias (SCHOR *et al.* 2014). Para os autores, Parintins passa a cumprir importante função pela presença de instituições na cidade, ressaltando o papel de mediação política, econômica, cultural e simbólica, que caracteriza sua responsabilidade territorial.

Dentro dessa perspectiva, a abordagem sobre as redes urbanas, mais especificamente as da Amazônia, pode ajudar a compreender o papel que as empresas comerciais analisadas cumprem nas ligações realizadas com o entorno, e principalmente a capacidade de ordenamento territorial que lhes confere vantagens nas disputas por mercados.

Contribuindo para análise de como esse processo urbano ocorre, é válida a noção de *urbanização extensiva*, definida como “urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais” (MONTE-MÓR, 1994, p. 3).

Segundo Monte-Mór (2003, p. 89), essa urbanização que se estende pelo que ele chama de tecido urbano, ou seja, todo o espaço social que o urbano abrange, é a materialização de processos de produção e reprodução do capital que acabam por ser frutos do confronto do industrial com o urbano, sobrepondo essas relações socioespaciais e o processo urbano-industrial aos processos locais. O autor salienta que esse processo leva junto consigo as organizações políticas próprias da cidade – seja às periferias, regiões metropolitanas ou localidades remotas –, desencadeando a politização de todo o espaço social. Assim, esse fenômeno de expansão inclui além do que o urbano produz materialmente, como produtos industrializados e processos políticos e/ou culturais.

A urbanização extensiva, portanto, enquanto fenômeno que se dá a partir das cidades avançando para outros pontos do espaço geográfico, carrega formas e processos inerentes ao capital. Fornece base para analisar as estratégias e meios que as empresas comerciais de Parintins usam para atingir os pontos cada vez mais longínquos do nó (cidade).

Ao tecido urbano, são necessários meios de circulação para que a capacidade de influência se efetive. Os transportes, nesse caso, se tornam um dos fatores fundamentais a essa concretização, que permitem ao capitalismo – força imbricada ao urbano – a “anulação do espaço pelo tempo” (MARX *apud* HARVEY, 2005, p. 145), permitindo a ele conquistar territórios e implantar novas territorialidades de domínio.

As redes locais das empresas comerciais necessitam estabelecer fluxos através da navegação, que se torna uma estratégia para obterem vantagens comerciais, instituindo relações de poder, conformando-se um Sistema Territorial.

A partir dessas discussões é preciso entender que as empresas estudadas fazem parte da fração relativa ao Capital Mercantil, explorando mão de obra local e privatizando espaços públicos. Criam, assim, redes locais e sub-regionais, necessitando moldar o espaço urbano cujas frações são interpretadas enquanto nós multireticulares, pressionando áreas estratégicas, como as beiras de rios, por exemplo.

Dentre os estudos acerca da análise das territorialidades em cidades com intensa dinâmica ribeirinha, Bartoli (2017) propõe a existência do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR), ligado à economia popular urbana e que realiza mediação entre as áreas de entorno da cidade. Tem papel dual e de complementaridade, uma vez que serve tanto à economia popular quanto às atividades voltadas ao Capital Mercantil dominante.

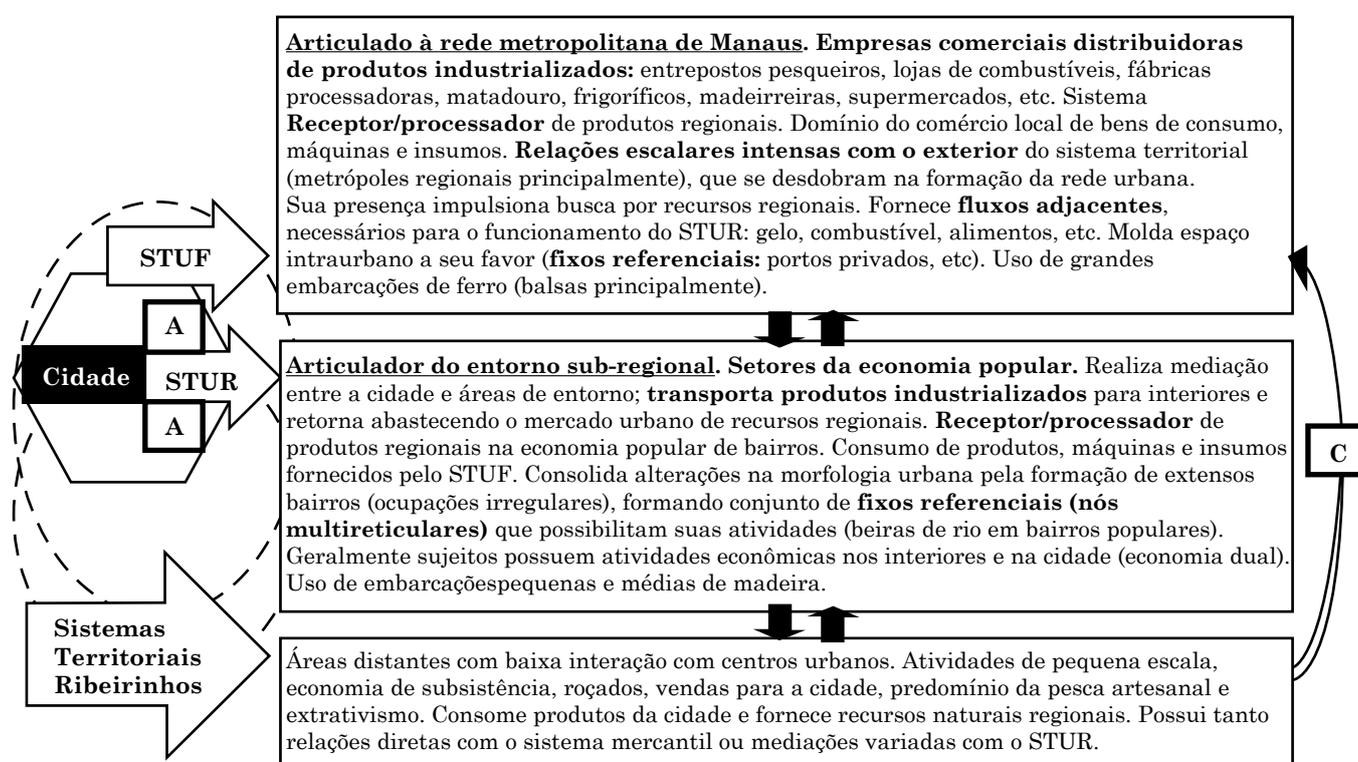
O STUR está intensamente ligado ao Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF), composto pelo capital mercantil de Parintins – que é realizado por via fluvial – e que tem como os principais sujeitos os empresários proprietários dos grupos comerciais locais (BARTOLI, 2018a).

O STUF é um Sistema Territorial que “cada vez mais se sobrepõe e absorve as dinâmicas ribeirinhas”, principalmente aquelas relacionadas ao “uso do solo urbano beira-rio” (BARTOLI, 2017, p. 93). Discorrendo sobre as funcionalidades desse sistema, Bartoli (2018a) afirma que o STUF não considera os rios como espaços intencionais para vínculos simbólico e/ou culturais, ou ainda

como espaço de subsistência, fazendo o uso destes apenas como meio para a circulação de mercadorias em escalas diferenciadas, principalmente com a metrópole Manaus, sempre tendo uma conexão bastante intensa com o Capital Mercantil, que lhe fornece meios para suas articulações.

A figura 1, elaborada por Bartoli (2017), demonstra como os dois sistemas territoriais estão estruturados e complementam-se através dos seus modos de atuação, bem como os conflitos existentes no entrelaçamento desses sistemas, onde a cidade se apresenta como ambiente mediador. Atingem ainda áreas longínquas de baixa interação com a cidade.

Figura 1 – Conexões entre os sistemas territoriais mediados por redes de sujeitos na cidade.



LEGENDA: A – Tensões e conflitos: produção do espaço urbano (ênfase nas beiras de rio); B – Hibridização: elaboração de soluções criativas e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradia, tipos de embarcações e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares; C – extração de recursos regionais (inclusive areia e seixo para construção civil) realizada por grandes empresas comerciais da cidade; não há mediações ou processamento, mantendo sujeitos populares que abastecem tal fluxo em grau elevado de territorialidade passiva.

Fonte: Bartoli (2017).

No item seguinte, demonstraremos as áreas de abrangência das empresas pertencentes ao STUF. Essas áreas são atingidas pelo que Bartoli (2018a) denomina como “força centrífuga” (cidade – interiores), ou seja, a cidade possibilita bases de ação para que sujeitos atinjam localidades

distantes da cidade realizando a distribuição de produtos industrializados, corroborando a tese da urbanização extensiva. O autor ressalta que são os sujeitos pertencentes ao Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (economia popular) os principais responsáveis pela distribuição de produtos

para as áreas de entorno. O STUR é impulsionado pela demanda do STUF, que ainda fornece base para que as embarcações populares circulem às longínquas calhas de rios, fornecendo gelo, gasolina, produtos industrializados, entre outros, como descreve a figura 1. Portanto, as empresas comerciais do STUF necessitam e se beneficiam parcialmente da navegação popular.

Já a “força centrípeta” (interiores – cidade) são os fluxos constantes de redes de sujeitos diversos para a cidade em busca de bens e serviços, acesso institucional, saúde, educação, mercados e outros (BARTOLI, 2018a).

AS EMPRESAS COMERCIAIS E O CAPITAL MERCANTIL EM PARINTINS

As empresas comerciais se estabeleceram comercialmente na cidade e estendem seus domínios para a sub-região através do comércio varejista e atacadista de uma infinidade de produtos industrializados, que vão desde materiais de construção civil até combustíveis.

Uma das características dessas empresas é a variedade de atividades que exercem, pertencendo à fração do Capital Mercantil. Para Cano (2010), essa fração pode compreender as formas comercial e usurária, tendo sua origem antes da etapa de acumulação primitiva quando se iniciaram as trocas mercantis, ou seja, antes do Capital Industrial. Porém, segundo o autor, com o capitalismo, a forma inicial não se perde, mas algumas de suas frações transformam-se em Capital Produtivo ou subordinam-se ao Capital Industrial e as outras partes assumem outras funções como o Capital Imobiliário, por exemplo (CANO, 2010).

O Capital Mercantil em Parintins veio se consolidando através de ciclos econômicos, principalmente do extrativismo vegetal do pau rosa e do cultivo da juta, utilizando e explorando mão de obra barata nas suas atividades, hoje presente na extração de madeira, areia e atividades da pesca industrial que abastecem lojas, madeireiras e frigoríficos (STUF explorando o STUR) (BARTOLI, 2018a).

Bresser-Pereira (1989), em análise da crise política brasileira na década de 1980, aprofundando estudos sobre o Capital Mercantil e Capital Industrial através da ótica de Caio Prado Júnior, atribui a Marx a denominação destas duas categorias – o Capital Mercantil fundamenta-se primordialmente na especulação, compra e venda de produtos e mercadorias a um preço que não condiz com o seu valor-trabalho, ou seja, compra-se barato e vende-se caro.

Numa perspectiva mais ampla, seria próprio do Capitalismo Mercantil o controle sobre o financiamento, domínio da produção local, armazenagem ou distribuição de mercadorias ou até mesmo o controle sobre o aparelho do Estado, que atua localmente (CANO, 2010).

Não se trata do Capital Mercantil tradicional, com modos de atuação que podem ser considerados primitivos, que mostra certa resistência em absorver novos métodos e técnicas à sua estrutura como o emprego de maquinário moderno e novas configurações de gestão. Ao se modernizar, o Capital Mercantil aumenta sua produtividade e se modifica de um modo funcional arcaico para o capital produtivo. Sobre essa questão, Bresser-Pereira (1982) afirma que “quando a produtividade ou a incorporação de progresso técnico tornam-se atividades dominantes, seu capital passa a ser industrial ou produtivo, ao invés de especulativo ou mercantil” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 271).

Questionamos esse caráter produtivo, pois há variação da pulverização dos investimentos do capital mercantil, que em constante metamorfose se adapta a diversas circunstâncias e cenários. No caso de Parintins, tais esferas também se aproveitam do *boom* gerado pelo sucesso do Festival Folclórico, se inserindo em atividades hoteleiras, redes de supermercados, agências de turismo, empresas de locação de equipamentos de som e iluminação etc.

Para Cano (2010), há uma metamorfose do capital mercantil antigo nas cidades para novas roupagens. São novas redes atacadistas, hotéis e supermercados, geralmente ocupados pelos descendentes de famílias tradicionais da região. São formas de capital que, muitas vezes, se transformam em capital industrial e bancários ou de financiamento, mas sempre garantem sua participação no poder local de forma reacionária.

Sua presença no meio rural é conhecida pelas grandes fazendas. Mesmo assim, possuem sede privilegiada no meio urbano para organizar outras atividades, como especulação fundiária e imobiliária, sempre investindo em novas frentes de acumulação⁴. No contexto de Parintins, tal setor se beneficia de exploração de recursos regionais

4 Em Parintins, os maiores produtores de gado são hoje os que mais investem no setor imobiliário local. O primeiro edifício residencial da cidade tem como proprietário um dos grandes fazendeiros. Um dos pecuaristas e dono de loja de materiais de construção entrevistado afirmou que o lucro do gado é cada vez menor e que hoje prefere investir no setor imobiliário. Casas em diversos bairros da cidade são construídas e vendidas com auxílio de financiamentos de Programas Federais.

e conta com o trabalho disponível tanto nos interiores, quanto na cidade.

A partir dessa abordagem é que surgem elementos para análise das múltiplas frentes que as empresas comerciais atuam em uma cidade com forte dinâmica ribeirinha (caso de Parintins), onde especificamente um desses aspectos refere-se aos transportes fluviais realizados pelo STUF e o STUR.

As empresas estudadas, além de pertencerem originalmente ao ramo comercial, destacam-se também por atuações em outros ramos da economia local, como a pecuária, hotelaria, locação de imóveis residenciais e comerciais, locação de automóveis, locação de embarcações de transporte de cargas pesadas e até mesmo influenciando no setor político do município.

O domínio da navegação comercial na região por essas empresas pode ser considerado um dos pontos basilares para os negócios, uma vez que, para o Capital Mercantil, a circulação de mercadorias é primordial para sua reprodução.

Assim, as empresas comerciais analisadas são importantes distribuidoras varejistas – primordialmente por via fluvial – da cidade de Parintins: Grupo Baranda, Grupo Brito, Alírio Ferragens, Grupo Natal e Grupo Chiquinho, Grupo Brasileiro e Grupo Oliveira, destacam-se pela relativa solidez econômica e comercial dentro e fora do município.

De maneira geral, Parintins se destaca na sub-região como centro de distribuição de produtos industrializados. Influi diretamente nas localidades que se encontram abaixo na hierarquia urbana, tendo o REGIC/IBGE (2007) classificado a cidade como centro sub-regional de categoria B, por possuir, segundo a metodologia dessa classificação, 71 relacionamentos com os outros centros urbanos que fazem parte da sua rede urbana.

A situação de Parintins é um fator favorável às atividades dessas empresas comerciais, pois possibilita a efetivação de redes e o emprego de técnicas que permite a concretização de relações econômicas das mesmas. Segundo Damiani, situação refere-se a “um espaço geográfico relativizado que se molda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relações” (DAMIANI, 2006 *apud* BARTOLI, 2017, p. 60). Assim, as atividades pertencentes ao STUF,

que incentivam maiores deslocamentos dos sujeitos que pertencem ao STUR, nos auxiliam no entendimento do contexto situacional que o nó urbano possui. A posição estratégica da sede municipal, com plano urbano com acesso ao rio Amazonas e estando na rota entre as duas metrópoles regionais (Belém e Manaus), é outro fator que amplia a dinâmica.

As atuações das empresas são pautadas em combinações escalares da sub-região de Parintins com a metrópole Manaus e escalas mais amplas. Como aponta Bartoli (2017), a relação STUF/STUR estabelece elos mediadores necessários para que produtos de empresas globais sejam distribuídos na rede urbana do baixo Amazonas. Este afirma ainda que existe uma diferença na maneira em que esses dois tipos de fluxos se dão, a partir da tipologia das embarcações que os efetivam (BARTOLI, 2017).

No quadro 1 estão destacados os fixos, que correspondem aos imóveis e propriedades que pertencem às empresas estudadas e as principais mercadorias comercializadas na rede urbana.

Os fixos representam trunfos obtidos pelas empresas, configurando pontos estratégicos para concretizar as redes estabelecidas, indicando ainda que ambos se concretizam na formação de redes e escalas com cidades maiores e no espaço sub-regional.

O grupo que concentra maior estrutura e mantém mais fixos obtém maior influência na formação das redes sub-regionais, como é o caso do Grupo Chiquinho que possui 15 imóveis, se destacando no ramo de combustíveis, peças automotivas, distribuição de gás de cozinha e água mineral, uma série de atividades no setor imobiliário (locações comerciais e residenciais) e locação de veículos. Atua também realizando empréstimos financeiros em troca até mesmo de imóveis como garantia no negócio, prática típica do capital mercantil. O grupo atua em setor que à primeira vista não parece ser de sua alçada, como o ramo da educação, construindo a recente Unidade da Fаметro – Faculdade Metropolitana de Parintins (instituição particular de ensino superior). Através destas ações é que ficam claras as múltiplas estratégias visando à diversificação de área de atuação para a manutenção de poder comercial (CANO, 2010).

Quadro 1 – Número total de imóveis para cada empresa e mercadorias mais vendidas em Parintins e na sua Sub-região.

Grupos	Baranda	Brito	Alírio	Natal	Chiquinho	Brasileiro	Oliveira
Número total de imóveis	07	05	03	08	15	12	7
Portos particulares	1	-	-	2	1	-	-
Galpões	2	1	1	1	2	2	-
Lojas	3	4	2*	3	2	2	-
Postos de combustíveis/ Postos Flutuantes	-	-	-	-	5	8**	7***
Postos de venda de gás de cozinha	1	-	-	2	5	-	-
Mercadorias mais distribuídas em Parintins e/ou na sub-região pelas empresas comerciais	Cimento, seixo, areia, ferro	Cerâmica, telha, vaso sanitário	Ferragens, tintas, materiais, elétricos	Cimento, tijolo, ferro, gás de cozinha, água mineral	Gás de cozinha, cimento, areia, ferro, seixo, material hidráulico, moto peças, tintas, automotivas, baterias automotivas, óleos lubrificantes, combustíveis	Cesta básica, Açúcar; feijão; óleo de soja, produtos de limpeza, frios (carnes, frango, e outros), combustíveis	Combustíveis

NOTA: * 1 em Terra Santa (PA)

** 1 em Terra Santa (PA), 1 em Juruti (PA) e 1 em Vila Amazônia – Parintins

*** 1 em Nhamundá e 1 em Terra Santa (PA)

Fonte: Pesquisa de campo (SILVA, 2018).

A empresa possui ainda ligação com o poder público municipal por meio de aluguel de imóveis que abrigam instituições públicas e fornecimento de combustíveis para automóveis de instituições do Governo Federal em Parintins. A proximidade com as redes de poder locais torna tais grupos ainda mais fortes, o que deixa lacunas para estudos futuros sobre a centralidade política de Parintins enquanto cidade média de responsabilidade territorial (SCHOR; OLIVEIRA, 2016). O investimento do grupo no setor de transporte fluvial é intenso, obtendo vantagem no setor de navegação entre Manaus e Parintins por possuir 5 balsas de ferro com alta capacidade de transporte de carga, abastecendo empreendimentos da cidade.

O Grupo Baranda é a empresa comercial que atua no ramo de materiais para construção civil, gás de cozinha, água mineral e gêneros alimentícios e que articula uma diversidade de fixos. Possui um dos maiores supermercados da cidade que conta com estrutura melhor com relação aos concorrentes. Dispõe de maior diversidade

de produtos e gêneros alimentícios e está localizado na principal avenida da cidade, exercendo centralidade por contar com galpões de armazenamento e distribuição de gás, água mineral e estiva. Pela proximidade dos seus principais portos, facilita o tempo de armazenagem e distribuição dos produtos.

Possui ainda a maior loja de materiais para a construção civil da cidade, atuando ainda no setor hoteleiro e de entretenimento, com imóveis localizados às margens do Lago Macurany, realizando eventos festivos em determinadas datas do ano, atuando na hospedagem de pessoas que possuem maior poder econômico e que alugam esses espaços na época do Festival Folclórico de Parintins, que acontece todo ano no último final de semana do mês de junho.

Na política local esse grupo exerce influência em articulações político-partidárias eleitorais em escala local e sub-regional, com intensas ligações políticas com a capital do estado, além de possuir forte influência em uma das agremiações folclóricas, o boi-bumbá Caprichoso. As

agregações têm sido alvos de disputas políticas acirradas entre os setores dominantes da cidade, almejando controle (através da eleição de presidentes das agregações folclóricas) devido à enorme visibilidade que possuem, e manejo de vultosas cifras na realização do espetáculo, que é de grande porte.

É uma das empresas comerciais mais antigas da cidade, que cresceu pela intensa ligação com Manaus, utilizando 3 balsas que trazem seus insumos e mercadorias.

Destaca-se também o Grupo Natal, cujas atividades são mais voltadas ao comércio de materiais para a construção civil, distribuição de gás de cozinha e água mineral, se diferenciando dos grupos anteriores que apresentam maior diversidade de atuações. Esta empresa também adota o modal de transporte fluvial por meio de balsas, fundamentais na vantagem concorrencial para diminuição de custos na realização de sobrelucros, como nos grupos Chiquinho e Baranda.

Já o Grupo Brasileiro se destaca por possuir dois grandes supermercados e comércio de combustíveis, possuindo 8 postos de gasolina. Vem expandindo este ramo para cidades da sub-região de Parintins e ao oeste do estado do Pará, como mostra o quadro 1.

Algumas de suas filiais atualmente foram inseridas em bairros oriundos de ocupações irregulares nas duas últimas décadas, formando novas centralidades em eixos recentes de valorização. Isso resulta da rápida propagação e explosão de vendas de motocicletas na cidade, beneficiando esse tipo de investimento.

Das empresas estudadas, é a única a estabelecer ligação fluvial com a cidade de Santarém, abastecendo Parintins com produtos alimentícios para seus supermercados. Porém, Manaus ainda figura como seu principal centro fornecedor.

Assim como as demais empresas, utiliza balsas de ferro no transporte de mercadorias e de combustíveis. Associou-se à rede de distribuição Smart Supermercados, que tem gerado enorme concorrência com o supermercado Baranda. Isso indica como grupos locais passam a sofrer cada vez mais influência de grupos empresariais de fora da cidade. A instalação das Lojas Americanas (uma das maiores redes de lojas de departamentos do Brasil) em Parintins, em 2018, causou enorme desconforto aos empresários locais, acostumados à falta de concorrência.

O grupo Oliveira talvez seja o mais novo no mercado local e sub-regional. Tem como ponto econômico principal a atuação no ramo de distribuição de combustíveis. Sua rápida expansão permitiu a criação de uma rede de postos de combustíveis que atua tanto na cidade de

Parintins quanto na sub-região de influência. Com forte ligação com Manaus através de balsas de combustíveis, tem filial em Terra Santa, no extremo oeste do estado do Pará. A concorrência com demais grupos leva à maior articulação de investimentos comerciais na sub-região. O grupo ainda não direcionou investimentos a outros setores, como é praxe do capital mercantil.

Os outros dois grupos empresariais de menor porte e em ascensão são os grupos Brito e Alírio Ferragens. Atuam majoritariamente no ramo do comércio de materiais para a construção civil, embora o Grupo Brito possua investimento em uma academia de ginástica e musculação. A concorrência levou o grupo Alírio Ferragens a instalar loja filial na cidade de Terra Santa no Pará. Tal fato mostra o interesse de expansão comercial de empresas para além de seu centro de gestão principal. Por não possuírem balsas próprias, esses dois grupos acabam dependendo da locação de balsas dos grupos concorrentes ou locação dos barcos de linha para o transporte de suas cargas.

As grandes balsas de ferro e empurradores são de alto custo de aquisição e manutenção. O uso desse tipo embarcação gera necessidade da construção de portos rústicos nas “beiras de rio” pelas empresas, causando conflito em locais antes públicos, agora restritos ao Capital Mercantil.

As balsas estabelecem rede no trecho Manaus/Parintins, onde a metrópole é o principal centro fornecedor de produtos industrializados para as empresas comerciais, distribuindo gêneros alimentícios, combustíveis, areia, seixo, ferro, cimento, tintas, materiais elétricos e hidráulicos, peças, automotivas entre outros – e entre Santarém e Parintins. Apesar de citada apenas uma vez na pesquisa, Santarém (PA) aparece como centro fornecedor secundário que distribui apenas carregamentos de feijão ao supermercado do Grupo Brasileiro.

As empresas que não dispõem de tal vantagem para o transporte de cargas, ou fretam balsas dos grupos que possuem, tornando-se “reféns” dos preços do frete, ou utilizam os chamados “barcos de linha”, também conhecidos localmente como “navios” de estrutura de ferro. Tais embarcações de ferro realizam transporte de cargas de menor volume de maior valor agregado, como fios elétricos, materiais de hidráulica e itens de maior valor vendidos em supermercados.

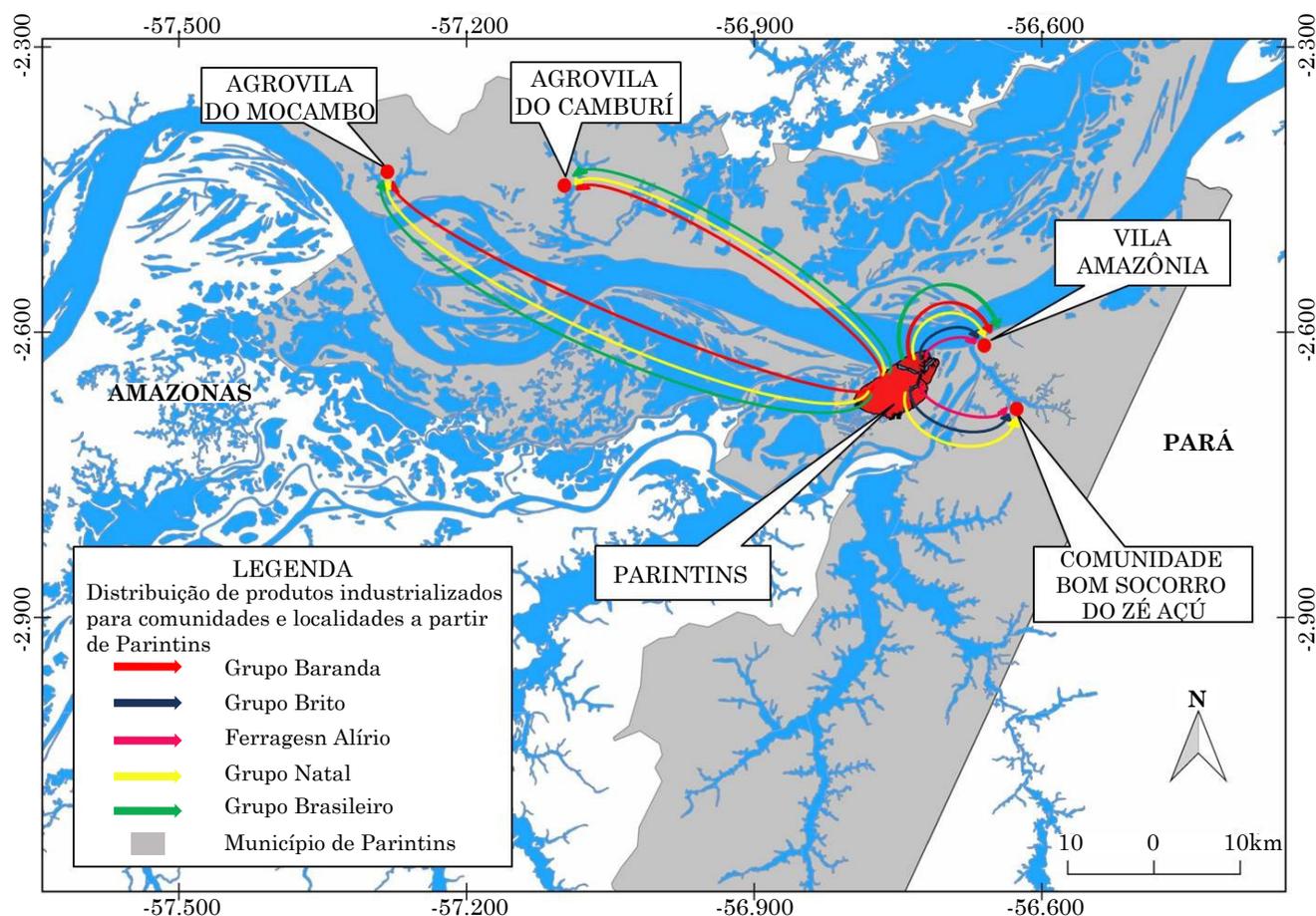
Outro atributo importante da rede urbana que as empresas formam corresponde aos diversos nós urbanos secundários formados por agrovilas e distritos, que funcionam como centros para redistribuição de produtos para as demais comunidades adjacentes e as mais distantes. Entre elas estão as agrovilas do Mocambo e Caburí, Vila

Amazônia e comunidade do Bom Socorro do Zé Açú (todas pertencentes a Parintins). Por serem locais dotados de maior estrutura física e populacional do interior do município, tornam-se consumidoras em maior quantidade de produtos das empresas comerciais (SILVA, 2018). As mercadorias mais consumidas por essas localidades são materiais para a construção civil e gêneros alimentícios.

Os combustíveis são transportados para as Agrovilas através de barcos rústicos de madeira adaptados com tanques, chamados regionalmente de “charutos”. O mapa 1

(Figura 2) demonstra o papel que Parintins exerce sobre essas áreas de entorno, reafirmando que a cidade distribui bens de consumo através das empresas comerciais exercendo força centrífuga (como apoio das embarcações populares do STUR). Além dos fluxos de distribuição, acontecem fluxos contrários que convergem em direção à cidade (força centrípeta), por consequência da presença de instituições de ensino, saúde e administrativos, corroborando o que afirma Bartoli (2018a).

Figura 2 – Nódulos secundários no interior do município de Parintins sob influência das empresas comerciais.



Fonte: Silva (2018)

Consolida-se uma hierarquia urbana na distribuição de produtos industrializados, corroborando a tese da urbanização extensiva, onde o trecho Manaus-Parintins é predominantemente articulado pelo STUF, e a partir da cidade, até atingir nódulos secundários depende das embarcações e redes de sujeitos pertencentes ao STUR, atingindo comunidades distantes posteriormente.

As balsas de Manaus abastecem a cidade (STUF), e embarcações diversas distribuem para os interiores (STUR). De acordo com Bartoli (2018), nessa fase

do processo de distribuição, partindo de Parintins, os sistemas territoriais se complementam, interpenetram ou se sobrepõem, principalmente por parte do STUF, que utiliza os saberes – principalmente relacionados à navegação dos rios – próprios do STUR e da economia popular – como meio de distribuição de produtos industrializados, se revelando como articuladores da sub-região.

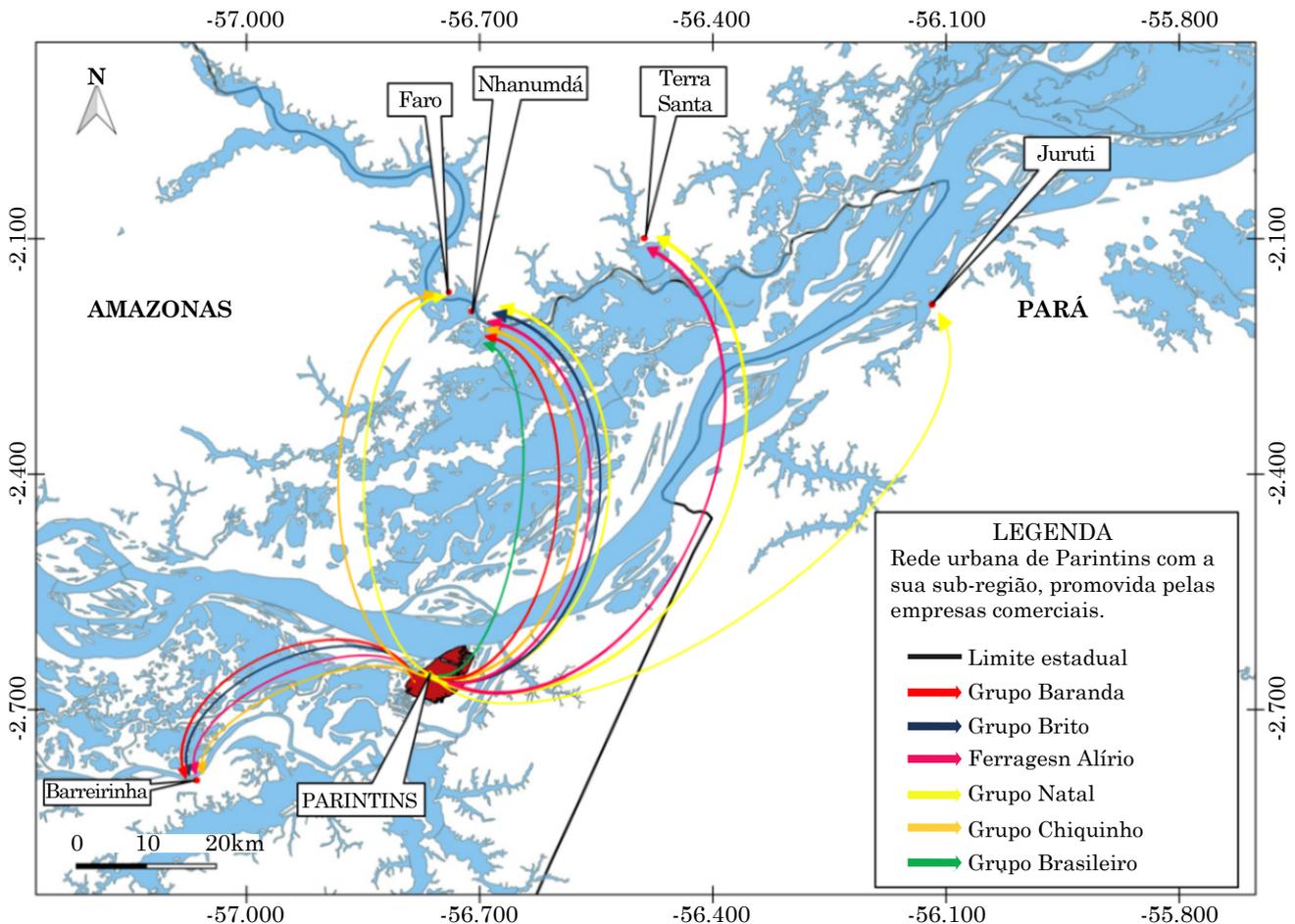
É através dessa influência que as empresas comerciais articulam escalas para manutenção de suas

territorialidades, justapondo seus territórios de influência na sub-região. A rede urbana que se estabelece é resultado de estratégias de dominação de mercado, traçadas pelas empresas a partir de Parintins.

Na análise do mapa 2 (Figura 3) fica claro que as atividades das empresas comerciais ultrapassam os

limites do estado do Amazonas, avançando sobre o oeste paraense formando a rede de influência enquanto cidade média. Ultrapassam ainda a hierarquia estabelecida pelo Regic (IBGE, 2007), abrangendo uma sub-região de influência mais ramificada e de maior abrangência espacial.

Figura 3 – Rede urbana formada pela comercialização atacadista de Parintins para municípios da sub-região e oeste paraense.



Fonte: Silva (2018).

Os fluxos representados no mapa 2 (Figura 3) são primordialmente compostos por itens da construção civil, gêneros alimentícios, gás de cozinha, combustíveis e água mineral⁵. Barreirinha e Nhamundá (AM), assim como Faro, Terra Santa e Juruti (PA), são pequenas cidades com baixa complexidade econômica e comercial

que compõem a rede urbana de Parintins, tendo forte dependência em relação ao fornecimento de produtos industrializados e de serviços. Embora a cidade de Santarém possua complexidade superior de distribuição de bens e oferta de serviços, Parintins ainda assim disputa pequenos centros sob seu poder de influência direta.

Nessas pequenas cidades locais do entorno, existem apenas estabelecimentos comerciais mais “generalistas”, que vendem de tudo: alimentos, eletrodomésticos, até materiais de construção, adquiridos via Parintins, mas transportados pela enorme quantidade de embarcações de madeira pertencentes a populares residentes nas

5 Essas mercadorias foram citadas pelas empresas de maneira geral como as mais vendidas por cada uma delas, reservando-se estas a não especificar quais cidades consomem em maior quantidade cada um desses produtos.

idades, que são os principais articuladores do STUR. Algumas comunidades mais próximas e de fácil conexão fluvial (inclusive na vazante dos rios), também possuem pequenos comércios desse tipo, funcionando como nós secundários de distribuição para comunidades menores e mais longínquas (BARTOLI, 2018a).

Quanto aos aspectos do espaço intraurbano, o Capital Mercantil se influencia na morfologia da cidade para suporte das suas práticas espaciais, cuja disposição dos vários portos privados do STUF demonstra estratégias de controle e do poder de configurar espaços. Durante as últimas duas décadas, as empresas mercantis expandiram investimentos para bairros populares originados por ocupações irregulares. São zonas de expansão urbana onde o comércio é crescente. A própria presença das lojas de materiais de construção (ferragens) nessas áreas se deve à lenta substituição das moradias de madeira por alvenaria, através do processo de autoconstrução pelos moradores. Investem ainda em postos de combustíveis, pontos de distribuição de água mineral e gás de cozinha e filiais, incentivados pelo consumo nas áreas de crescente expansão de bairros periféricos desde os anos 1990, obtendo pontos estratégicos.

Dos espaços onde as empresas comerciais atuam, as “beiras de rio” talvez sejam os locais que mais resultam impactos pelas atividades, devido aos conflitos que o processo envolve. São locais que ganham novos significados, em que até a década de 1980 se estabeleciam primordialmente práticas de uso das populações locais, como pescadores, ribeirinhos e moradores que compõem o STUR, utilizando margens para atracação de barcos, bajáras, canoas, rabetas e outros tipos de embarcações.

A expansão da cidade enquanto centro distribuidor de mercadorias na sub-região gera disputas por espaços para atracação de embarcações em diversos pontos (BARTOLI, 2018b). São beiras de rio que apresentam fluxos intensos de embarcações, gerando constantes disputas por acessos. Tais locais onde esses processos são mais incidentes estão na margem do Rio Amazonas, conhecida localmente como “frente da cidade” (centro e bairros do entorno) e às margens da Lagoa da Francesa (BARTOLI, 2018b). O centro é uma área com forte presença do comércio, onde está concentrada a maior parte das instituições bancárias, administrativas e o terminal hidroviário da cidade. Concentra portos particulares, um Terminal Flutuante e poucos acessos ainda públicos, propiciando constantes fluxos de embarcações, pessoas e mercadorias.

A maioria das empresas comerciais estudadas teve suas origens nesta parte da cidade e a partir daí

começaram sua expansão para áreas como a Lagoa da Francesa, local onde ocorre fluxo intenso de embarcações no período das cheias dos rios, sendo uma nova centralidade de Parintins. O resultado desse fator foi o crescimento no número de empreendimentos de comércio implantados na área. Porém, existe determinada época do ano em que a sazonalidade dos rios também interfere na dinâmica do local. Com a vazante o fluxo de embarcações reduz praticamente a zero, pois o que resta no local é apenas um filete de água que impossibilita a navegação até mesmo de pequenas canoas. Devido a esta condição, as embarcações que antes ali circulavam passam a utilizar os portos particulares ou pequenas faixas de terra ainda não privatizadas, na “frente da cidade” às margens do Rio Amazonas.

Um desses portos particulares tem extrema importância para a navegação da região. Localizado às margens do Rio Amazonas o “porto do Dodó Carvalho” como é conhecido localmente, se torna ponto para atracação de balsas de ferro de diversas empresas da cidade que não possuem portos privados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão das atividades do Capital Mercantil em Parintins vem reforçando características relativas ao que Bartoli (2017) denominou como Sistema Territorial Urbano-Fluvial (STUF), com aumento da capacidade dessa rede de sujeitos em criar fluxos compondo a rede urbana sub-regional elevando o grau de importância de Parintins para sua rede urbana. Seja pelo uso de balsas que conferem maior poder concorrencial frente às demais empresas, ou na capacidade de moldar o espaço intraurbano, as dinâmicas que o Capital Mercantil imprime são fortalecidas pela diversidade de atividades de empreendimentos comerciais como lojas, postos de combustíveis, supermercados entre outros.

As escalas de atuação das empresas se valem dos sistemas territoriais para sua efetivação. O STUF realiza os fluxos com a capital Manaus e posteriormente dependendo do STUR para distribuição aos interiores. Nós urbanos secundários são parte da hierarquia intramunicipal, cumprindo função de distribuição de produtos a comunidades mais longínquas.

Assim, as empresas comerciais estudadas são mediadoras nas relações de Parintins com a Sub-região, contribuindo para que a cidade aumente o grau de centralidade na rede urbana quanto à oferta de bens industrializados.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Amazonas**. Versão atualizada até a Emenda Constitucional nº 96 de 24.03.2017. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2017.
- BARTOLI, E. **O retorno ao território a partir da cidade**: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- BARTOLI, E. Cidades na Amazônia, sistemas territoriais e a rede urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-16, 2018a.
- BARTOLI, E. Entre o urbano e o ribeirão: territorialidades navegantes e sistemas territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 169-185, 2018b.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. De volta ao capital mercantil. In: D'INCAO, M. A. **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Jr.. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 279-297.
- CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **IE/UNICAMP**, Campinas. n. 177, p. 1-22, 2010.
- CORRÊA, R. L. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HARVEY, D. A produção Capitalista do Espaço. – São Paulo: Annablume, (Coleção Geografia e Adjacências), 2005. 252p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de Influência das Cidades (2007). Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. *et al.* (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 169-181.
- MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e novas fronteiras urbanas no Brasil. In: NETO, E. R.; BÓGUS, C. M. (org.). **Saúde nos aglomerados urbanos**: uma visão integrada. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003. p. 79-95.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte a metrópole regional. In: CASTRO, E. (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 41-98.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Urbanização na Amazônia: o local e o global. In: VAL, A. L.; SANTOS, G. M. (org.). **Caderno de debates**. Manaus: Inpa, 2010. p. 147-189.
- SCHOR, T. Cities, rivers and urban network in the Brazilian Amazon. **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 258-276, 2014.
- SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 10, p. 15-30, 2011.
- SILVA, F. L. F. **Capital mercantil, transportes fluviais e a rede urbana sub-regional de Parintins – AM**. 2018. Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2018.

A cidade e suas representações: um estudo com mapas mentais em Pirassununga (São Paulo, Brasil)

The city and its representations: a study with mental maps in Pirassununga/SP

GUSTAVO FERREIRA PRADO^A
LUCIENE CRISTINA RISSO^B

^a Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), campus Rio Claro.

E-mail: gfprado@yahoo.com.br

^b Professora na Unesp, campus de Ourinhos, doutora em Geografia pela Unesp

E-mail: luciene.risso@unesp.br

Na ciência geográfica, a cidade e o urbano são refletidos a partir de diversas correntes de pensamento. No caso dessa pesquisa, utilizou-se a fundamentação teórica da geografia humanista cultural, em que o lugar é considerado como conceito relevante para a ciência geográfica, que vincula o ser humano ao meio pela perspectiva das experiências vividas. O objetivo principal foi investigar, observar e compreender as percepções e representações da praça central da cidade de Pirassununga (SP) pela população jovem. A interpretação foi realizada através da análise de mapas mentais, dialogando com a metodologia proposta por Kozel e à luz de outros autores. Como resultado, identificou-se as imagens urbanas e a significação do lugar para esse público com vistas a políticas públicas de proteção dos patrimônios. Conclui-se que os mapas mentais foram de extrema relevância na interpretação das subjetividades deste grupo social, tornando possível compreender os desejos e necessidades dos jovens em relação aos espaços públicos urbanos, bem como suas funções sociais.

Palavras-chave: lugar, mapas mentais, praça central, representações.

In geographical science, the city and the urban are reflected from different currents of thought. In the case of this research, we used the theoretical foundation of cultural humanist geography, where the place is considered as a relevant concept for geographical science, which links the human being to the environment through the perspective of lived experiences. The main objective was to investigate, observe and understand the perceptions and representations of the central square of Pirassununga (SP) by the young population. The interpretation was performed through the analysis of mental maps, dialoguing with the methodology proposed by Kozel and the light of other authors. As a result, we identified the urban images and the significance of the place for this public with a view to public policies of heritage protection. It is concluded that the mental maps were of extreme interpretation in the interpretation of the subjectivities of this social group, making it possible to understand the desires and needs of young people in relation to urban public spaces, as well as their social functions.

Keywords: place, mental maps, central square, representations.

INTRODUÇÃO

As cidades são estudadas em diversas áreas do conhecimento e de formas múltiplas. Nesta pesquisa, a cidade foi estudada a partir das lentes da geografia humanista cultural, mostrando as experiências urbanas e representações sociais dos mais jovens.

Tendo como recorte espacial a praça central da cidade de Pirassununga (SP), um espaço público muito frequentado pelos moradores e jovens e que possui importância para eles, “guardando” muitas histórias, fatos e eventos que, com o passar dos anos, foi fazendo parte da vida de cada um de maneira singular. Para os mais velhos, a praça é um lugar de memória, já para os jovens, não havia uma pesquisa específica, fazendo que surgisse a ideia de investigar o que os jovens percebem e experienciam nesse espaço.

Assim, o objetivo geral foi apresentar a visão dos mais jovens sobre a praça e entorno interpretando os mapas mentais solicitados como uma forma de auxiliar na proteção desse patrimônio urbano e na geração de políticas.

Os mapas mentais se inserem nas investigações relacionadas às experiências vividas e foram interpretados à luz dos conceitos geográficos de autores como Yi-Fu Tuan, no que diz respeito à percepção, atitude, ambiente e lugar, e Kevin Lynch, com seu diálogo sobre as experiências, evidenciando-se o lugar enquanto categoria de análise merecedora de destaque.

Como resultados, notou-se nos mapas mentais produzidos pelos jovens que a praça foi um lugar reconhecido e valorizado. Dessa maneira, a geografia humanista foi de extrema relevância para este estudo pois ela nos levou a refletir, a descrever e a interpretar as subjetividades presentes na paisagem urbana.

METODOLOGIA

As experiências urbanas foram coletadas através da solicitação de produção de mapas mentais para o público escolar. A metodologia está apoiada na metodologia de Kozel (2007), mantendo conexões com os indispensáveis conceitos de Tuan (1983, 2012) sobre a percepção, lugar, experiências e atitudes, e as experiências de Lynch (2006).

De acordo com a metodologia de Salette Kozel (2007), os quesitos de observações dos mapas mentais são: a) interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem; b) interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem; c) interpretação quanto à

especificidade dos ícones: elementos da paisagem natural, elementos da paisagem construída, elementos móveis e imóveis, elementos humanos, além da complementação de análises: i) como as formas aparecem nas imagens? (letras, em forma de mapa, linhas, figuras geométricas); ii) a distribuição dos elementos: horizontalmente, isolados, forma dispersa, em perspectiva, circular. Dessa forma, o método busca ampliar as interpretações relevando as linguagens verbais e não-verbais, além de dados e informações explícitas ou implícitas.

Os mapas mentais foram coletados com um grupo de estudantes na faixa etária entre 15 e 16 anos, alunos da Escola Estadual Professora Therezinha Rodrigues, em Pirassununga/SP, da 1ª série do Ensino Médio, cuja curso aborda os conceitos relacionados a cartografia, croquis, atributos e elementos dos mapas. Todos os estudantes em questão têm como professor de geografia o próprio pesquisador do presente trabalho.

Os mapas mentais constituíram-se fundamentais nessa pesquisa e tiveram papel central em sua metodologia.

A CIDADE: PERCEPÇÕES E SUAS REPRESENTAÇÕES

Diante das habilidades cognitivas, cada indivíduo produz associações diferenciadas sobre os diversos ambientes da cidade. As ruas, as obras arquitetônicas, os parques, os bairros residenciais, as vias de acesso, os espaços públicos, enfim, todos os pontos e marcos que existem em ambientes urbanizados geram estímulos à imagem, ou seja, o designer da cidade em diferentes cenários vai colaborando na construção da imageabilidade das pessoas justamente sobre os ambientes. Assim Lynch (2006, p. 11) define imageabilidade:

A característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado, é aquela forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis do ambiente.

Observa-se que isso ocorre de maneira singular, embora seja possível obter dados relativos a uma imageabilidade coletiva através de mapeamentos em grupos sociais, evidenciando as características que são comuns nas imagens mentais dos indivíduos. Sobre isso, Paula da Cruz Landim (2004, p. 50) afirma que:

A construção de uma imagem do ambiente urbano, fruto da percepção e da cognição, é um processo bilateral existente entre a cidade e seus cidadãos, mediante o qual o cidadão atribui valores a esse espaço urbano, sendo, portanto, algo extremamente subjetivo e particular. A cidade, por sua vez, também influencia o cidadão diferentemente. Mas, de qualquer forma, parece existir uma imagem entre os indivíduos de um mesmo grupo, e é essa imagem que nos interessa preservar, resgatando-a de nossa memória e de gerações anteriores, como um instrumento de identificação, de ligação, entre os cidadãos e sua cidade.

É necessário compreender que a criação de imagens contribui para se ter uma maior clareza das formas e do espaço urbano, à medida que se desenvolvem várias habilidades cognitivas, como a de se deslocar pelos locais com autonomia e assim suprir as necessidades das pessoas. Portanto, a criação de imagens claras e compreensíveis seria um ideal humano.

Uma cidade altamente “imageável”, nesse sentido específico (evidente, legível ou visível), pareceria bem formada, distinta, digna de nota; convidaria o olho e o ouvido a uma atenção e participação maiores. O domínio sensorial de tal espaço não seria apenas simplificado, mas igualmente ampliado e aprofundado. Uma cidade assim seria apreendida, com o passar do tempo, como um modelo de alta continuidade com muitas partes distintas claramente interligadas. O observador sensível e familiarizado poderia absorver novos impactos sensoriais sem a ruptura de sua imagem básica, e cada novo impacto não romperia a ligação com muitos elementos já existentes. Ele seria bem orientado e poderia deslocar-se com facilidade. A cidade de Veneza poderia ser tomada como exemplo de um ambiente assim, dotado de alta imaginabilidade. (LYNCH, 2006, p. 11)

A imageabilidade da cidade é carregada de associações, lembranças, imagens e experiências, o que pode trazer à tona a consciência humana da importância dos espaços urbanos, bem como da valorização dos ambientes e das construções humanas através da familiarização e das afetividades, assim sendo, pode haver uma constante significação e ressignificação do lugar e da cidade.

O primeiro requisito para esse apoio perceptivo é a conquista da identidade por meio da qualidade singular e contínua de paredes, pavimentos, detalhes, iluminação, vegetação, topografia ou linha de horizonte do ponto nodal. O essencial, nesse tipo de elemento, é que seja um lugar distinto e

inesquecível, impossível de ser confundido com qualquer outro. Sem dúvida, a intensidade de uso reforça essa identidade, e às vezes a própria intensidade de uso cria formas visuais de características únicas, como acontece em Times Square. (LYNCH, 2006, p. 113-114)

É através da imageabilidade que o ser humano constrói as imagens da cidade. Ao sentir, ver, tocar e ouvir o ambiente urbano ao seu redor, o observador interpreta-o à sua maneira, através de suas habilidades cognitivas. Podemos, com isso, afirmar que os sentidos humanos possuem uma capacidade indescritível em revelar as diferentes e individuais formas que os habitantes de uma cidade percebem o meio ao seu entorno. É com esta referida perspectiva que se estuda os aspectos e elementos relacionados à percepção geográfica.

A percepção é um processo contínuo de contato com o ambiente, que inclui processos sensoriais e cognitivos. Nesse processo perceptivo, vamos experienciando o espaço. Assim Yi-Fu Tuan define a experiência: “experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (TUAN, 1983, p. 9).

Através das experiências com o espaço, esse torna-se lugar, como nos diz Tuan (1983, p. 14): “Lugar é o sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido. No lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes.

A cidade experienciada, de acordo com Marandola Jr. e De Paula (2013, p. 142), “é intermediada por várias esferas do nosso modo de vida, desde nossos trajetos e deslocamentos diários até as formas mais efêmeras de nos relacionarmos com as pessoas e os lugares.

Lima e Kozel (2009, p. 209) dizem que “com a utilização dos sentidos que captam sensações, o homem constrói um mapa mental do seu mundo”. Com os mapas mentais, a capacidade visual aliada com o uso de imagens e através da cartografia cultural procura perceber o fenômeno à luz de representações realizadas com a práxis cognitiva dos indivíduos que a todo o tempo decodificam sensações, sons, cores e aromas por meio dos cinco sentidos que exploram o ambiente urbano por sua infinidade de informações objetivas e subjetivas.

Dessa forma, Kozel (2007, p. 1) conceitua mapas mentais como:

Entendemos os mapas mentais como uma forma de linguagem que retrata o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais. Eles podem ser construídos por intermédio de imagens, sons, formas, odores, sabores, porém seu caráter significativo prescinde de uma forma de linguagem para ser comunicado.

Não se deve esquecer que o uso de imagens como representação do espaço sempre foi algo inerente à espécie humana desde os primórdios das civilizações, e com essa ideia os procedimentos parecem ir de encontro com os objetivos esperados. Segundo Lima e Kozel (2009, p. 211), “os mapas mentais são desenhos concebidos a partir das observações sensíveis da experiência humana no lugar e não se baseiam em informações precisas e rigorosamente estabelecidas”, até porque faz parte da existência e das experiências humanas um conhecimento que seja tácito, simbólico e subjetivo.

Os significados das diferentes representações ou linguagens são construídos a partir dos sentidos que na sua construção semiótica se transformam em enunciados. Podemos considerar como tal, imagens construídas a partir das sensações e percepções, assim como signos verbais ou não-verbais construídos a partir do mesmo processo. (KOZEL, 2007, p. 3)

Assim, o diálogo entre Kozel (2007), Lynch (2006) e Tuan (1983, 2012) permitiu a análise dos mapas mentais, que serviram para representar aquilo que o cognitivo absorveu dos sentidos humanos, através da observação das noções de distância, relações espaço-tempo, apreensão das dimensões, formas e tamanhos, limites afetivos e outras demandas espaciais. A meta é fornecer materiais para se obter um estudo da imagem da cidade que revele as ações, intenções e vivências dos cidadãos pela perspectiva da experiência e estabelecer relações entre a topofilia e a topofobia à luz de autores e estudos inerentes às experiências urbanas que constroem e conceituam o lugar enquanto categoria de análise geográfica.

ESPAÇO PÚBLICO: A PRAÇA

Espaços públicos como parques e praças podem se tornar lugares que favorecem a qualidade de vida e a intensificação das relações sociais. Os projetos de revitalização e o direito à cidade servem para satisfazer as necessidades dos indivíduos e beneficiá-los através do lazer e de momentos insubstituíveis que são compartilhados com outras pessoas.

A reflexão nos leva a pensar sobre a relevância dos espaços públicos enquanto espaços de cultura e construção da sociedade. O direito à socialização bem como as manifestações culturais se expressa majoritariamente nos espaços públicos urbanos, locais onde as relações sociais são intensas, o real e o imaginário coexistem, e dessa forma a história da cidade e de seus habitantes vai sendo escrita pouco a pouco a cada nova interação e a cada nova atividade.

Em se tratando de espaços públicos por excelência, é importante ressaltar as praças em áreas urbanas como meio de sociabilidade e interações humanas. Criadas e utilizadas há milênios para diferentes fins, as praças acompanharam as evoluções históricas e sociais e sempre participaram ativamente da construção sócio-histórica das cidades. Benevolo (2007), ao estabelecer contextos históricos, sociais e arquitetônicos sobre as cidades, já cita em seus estudos da Grécia Antiga que a assembleia dos cidadãos ocorria usualmente na “praça” do mercado, denominada *ágora*. Durante o período medieval, as casas se abriam para o espaço público e tinham uma fachada que contribuía para formar o ambiente da rua ou da “praça”. Benevolo (2007, p. 487) cita ainda a formação de praças nas cidades durante o período da América colonial:

As novas cidades seguem um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retílineas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas dos mercadores e dos colonos mais ricos.

Isso nos leva a entender um destacável aspecto: muitas cidades do continente americano, inclusive no Brasil, seguiam o mesmo modelo descrito em que as praças estão relacionadas à formação de cidades.

As praças são espaços públicos carregados de manifestações culturais e símbolos, palco de acontecimentos históricos e de lazer, que acompanham gerações e modificações sociais, mas que também colabora para que tais mudanças ocorram.

O espaço público urbano praça, portador de símbolos, mítico, que congrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e socioculturais, é fundamental para a cidade e seus cidadãos. Local de convívio social, por excelência, esse espaço existente há milênios, utilizado

por civilizações de distintas maneiras, jamais deixou de exercer a sua mais importante função, a de integração e sociabilidade da população de um município. (DIZERÓ, 2006, p. 7)

Segundo a citação anterior, percebe-se que a principal função de uma praça é a de integrar a população local e favorecer a socialização entre os envolvidos. Portanto, partindo-se do princípio de que o ser humano é, antes de mais nada, um ser social por natureza, considera-se extremamente importante que existam tais espaços públicos dentro dos perímetros urbanos das cidades com a finalidade de atender a uma das necessidades naturais das pessoas, fomentando que as relações sociais sejam saudáveis e construtivas.

É importante, pois, salientar que as referidas relações sociais construtivas auxiliam na formação no cidadão e possuem ampla capacidade de contribuir de maneira positiva para a formação cultural e conseqüentemente para a minimização de problemas sociais.

As praças, um dos mais característicos exemplos de espaços livres, são unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas. Têm presença marcante na composição das cidades, levando-se em consideração sua diversidade e seu uso pela população, representando importantes elementos, tanto históricos como culturais. (SILVA; LOPES; LOPES, 2011, p. 199)

É importante perceber que ao longo da história da humanidade as praças urbanas acompanharam os habitantes de determinado local não só historicamente, mas socialmente, visto que o desenvolvimento das relações sociais e produções culturais locais sempre foi propagado pelos diversos espaços urbanos presentes no cotidiano das cidades. Ressalta-se que se a cidade tem a tendência a aglomeração e concentração, assim também os espaços públicos estarão sujeitos a uma intensidade maior de ações culturais e relações interpessoais.

Ao se tratar das relações interpessoais, observa-se que nas praças o fenômeno é bem representativo, porém não único, até porque é latente a existência das relações intrapessoais para com os espaços públicos, ou seja, é possível dizer que as praças são lugares onde existe uma infinidade de relações coletivas, mas que também é capaz de evidenciar inúmeras experiências individuais no íntimo de cada ser humano.

A PRAÇA “CONSELHEIRO ANTONIO PRADO” DE PIRASSUNUNGA (SP)

A praça central de Pirassununga possui 11.107,59 metros quadrados, 140 bancos de granito e limita-se entre as ruas Siqueira Campos, José Bonifácio, General Osório e Duque de Caxias (figura 1).

Figura 1 – Área de estudo: imagem de satélite da praça central de Pirassununga.



Legenda:

- 1 – Rua General Osório
- 2 – Rua Siqueira Campos
- 3 – Rua José Bonifácio
- 4 – Rua Duque de Caxias

Fonte: Google Maps (2018) (com alterações)

A praça foi criada por volta de 1880, época que refletia a ascensão do café na cidade e na região. Acompanhou, ao longo dos tempos, os desenvolvimentos sociais, tecnológicos e urbanos locais.

Várias revitalizações ocorreram na praça no decorrer dos anos, como obras no coreto (de 1939), substituição dos

bancos de madeira por bancos de granito e de espécies vegetais (eucaliptos/arbustos-Ficus-Sibipirunas), iluminação etc. E alguns elementos desapareceram, como o alto-falante.

As últimas reformas ocorreram em 2012, principalmente no sistema hidráulico, no calçamento, na iluminação e na restauração do coreto (figura 2).

Figura 2 – A Praça atual

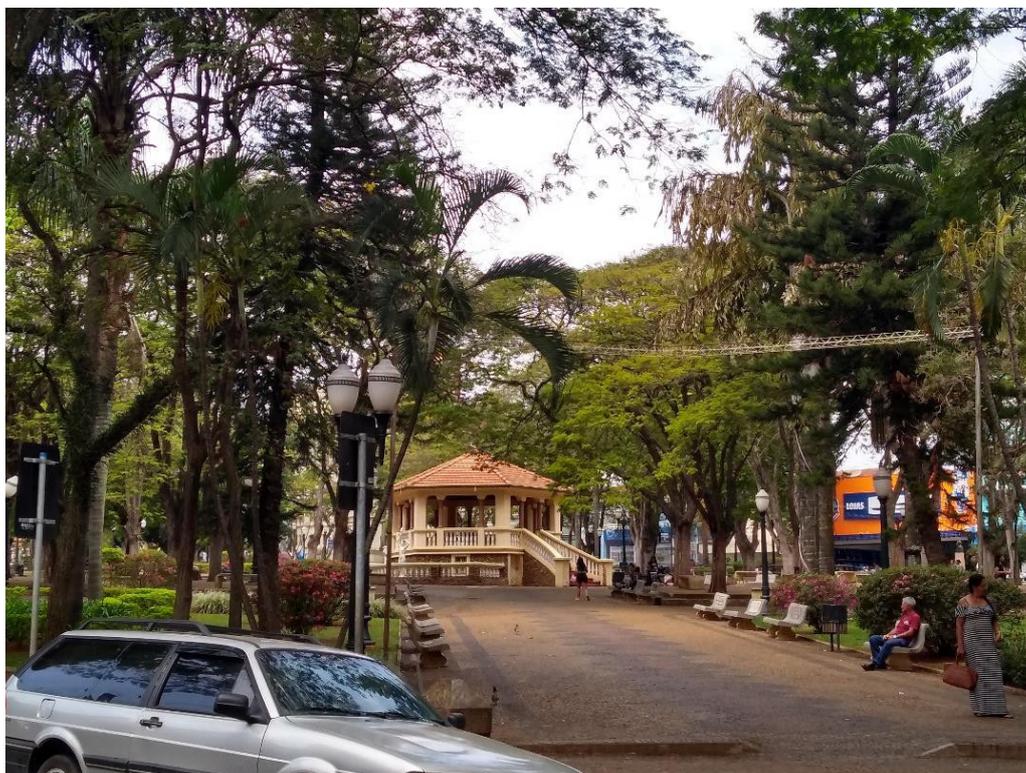


Foto de Gustavo Prado.

Na praça, chamam atenção o coreto e os bancos de granito ofertados pelos principais comércios. Vários tipos de comércio foram extintos da cidade, mas seus nomes ainda podem ser vistos nos bancos da praça, evidenciando assim a importância do resgate histórico e dos estudos do espaço geográfico como análise sistemática social e cultural, pois revelam o poder econômico da cidade ao longo da história. São as “marcas” que as gerações passadas deixaram no espaço através da produção e da reprodução de suas ações e atividades.

Até hoje as famílias se reúnem na praça para ver e ouvir a corporação musical de Pirassununga tocar. A corporação musical “16 de julho” surgiu em 1902 e servia para homenagear o diretório do partido republicano existente no período. A banda passou a tocar na praça aos domingos e feriados por uma determinação da Câmara Municipal.

AS REPRESENTAÇÕES DA PRAÇA E ENTORNO PELA POPULAÇÃO MAIS JOVEM

Os mapas mentais foram confeccionados por adolescentes entre 15 e 16 anos de idade, visando o reconhecimento e aspirações sobre a praça central e seu entorno por parte da população mais jovem.

Os adolescentes que participaram da elaboração dos mapas são alunos da rede pública e estudam na Escola Estadual Profª Therezinha Rodrigues, escola que se localiza na área urbana de Pirassununga.

Em 2019, durante o 1º bimestre letivo, a turma dos alunos citados, já na 1ª série do Ensino Médio, estudava a cartografia na disciplina de geografia, em que foram aproveitados conceitos como título, escala e elementos dos mapas, e assim solicitou-se que os estudantes confeccionassem um mapa mental do percurso realizado em volta

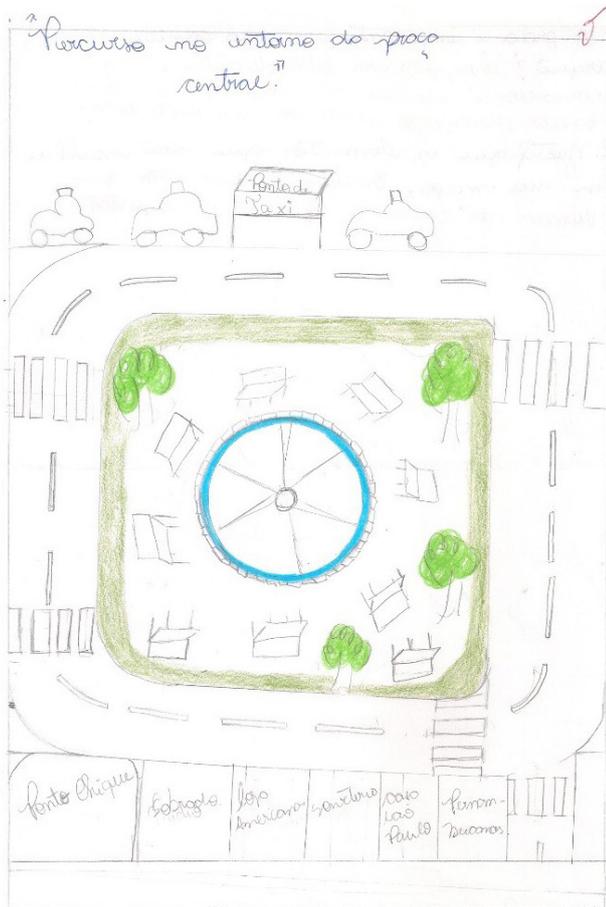
da praça Conselheiro Antônio Prado. Os mapas serviram de referência para se estudar a percepção da população mais jovem sobre o local, extraindo aspectos do “lugar”.

Tuan (1975, p.206) afirma que “os fenômenos mentais se tornam mais “tangíveis” ao relacioná-los com situações da vida real” (tradução nossa), e após reflexões, este trabalho com mapas mentais visa, portanto, tornar mais “tangíveis” as experiências reais a fim de poder compreender fatos e atividades do local abordado.

A análise dos mapas mentais seguiu o método fenomenológico segundo Lima e Kozel (2009) e através da abordagem qualitativa foram coletados dados e informações por amostragem.

A seguir, foram selecionados sete dos 25 mapas coletados (figuras 3 a 9) com posteriores ponderações a respeito de cada um.

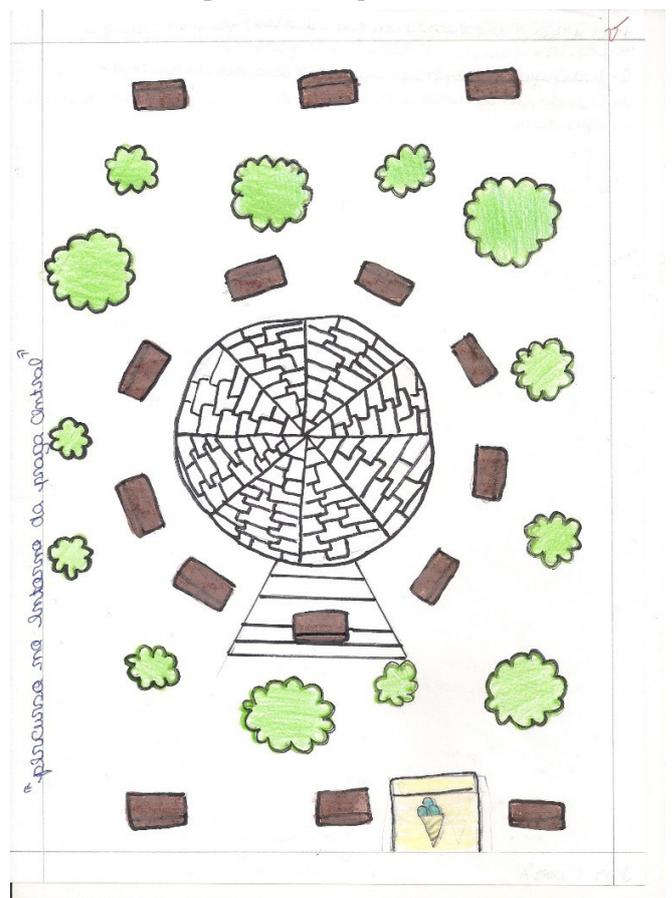
Figura 3 – Mapa mental 1



O mapa mental de G. F. M., 16 anos, representa uma forma fechada, que, de acordo com Tuan (1983), simula conforto e segurança, essenciais para a vida humana. Dentro da representação fechada, há a praça central da cidade, com destaque para os bancos que rodeiam o coreto.

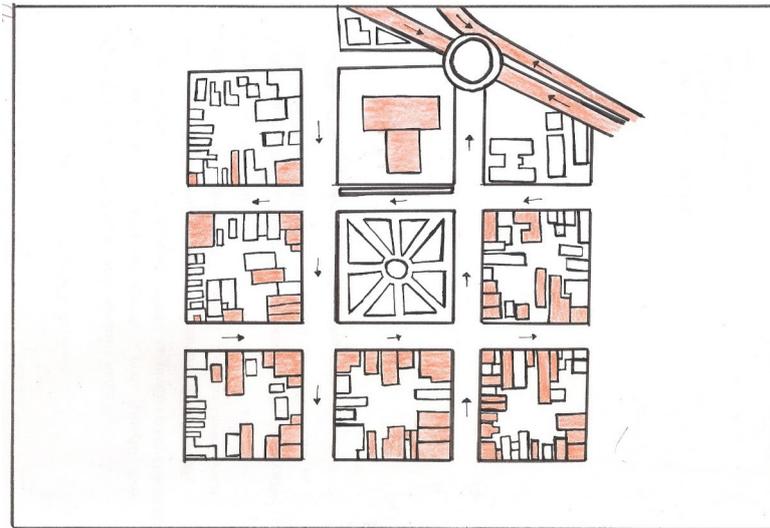
As pinturas feitas com verde e azul demonstram uma ênfase ao lago do coreto e à vegetação existente no local. No entorno da praça foram desenhadas faixas de pedestres em todas as esquinas e, junto às faixas, representando o meio da rua, nota-se empenho em ilustrar um fluxo considerável de automóveis e pedestres. Chama a atenção que fora da área fechada foram representados apenas os comércios da rua principal – a Duque de Caxias. Na parte superior, o ponto de táxi passa a admitir uma perspectiva horizontal, diferente do restante do desenho.

Figura 4 – Mapa mental 2



No mapa mental de J. M. dos S., 16 anos, a ênfase foi na praça e não no entorno. Os ícones da praça são representados próximos ao observador. Há uma perspectiva circular dos elementos dispostos com grande referência partindo do coreto. Os bancos da praça, bem como a arborização, são elementos naturais e culturais que se destacam, além de um comércio ser ilustrado isoladamente, no caso a sorveteria defronte à rua da praça central, de certo um local muito valorizado pelo adolescente. Nota-se uma despreocupação com as linhas, grades e solo do terreno, existem apenas as representações dos símbolos percebidos.

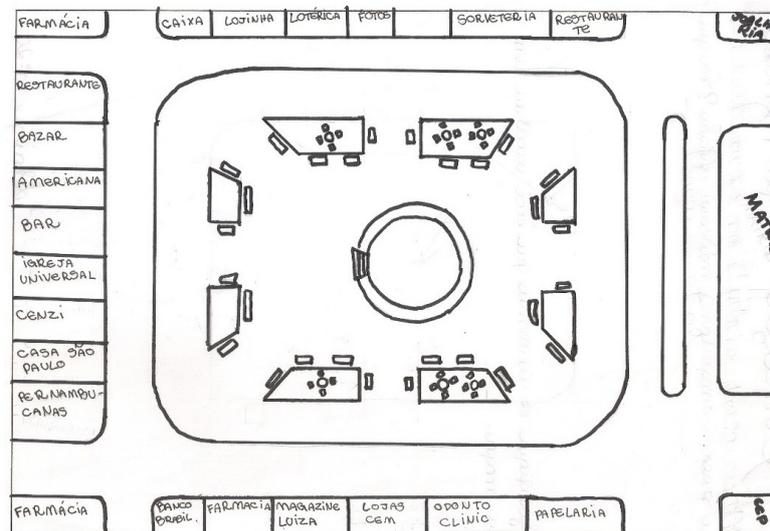
Figura 5 – Mapa mental 3



No mapa mental de T. R. B, 15 anos, os objetos, pontos e construções estão dispostos em quarteirões e demonstram que há conhecimento espacial da área, com visão ordenada e traçados geométricos enfatizados. As cores escolhidas explicam a tentativa de destacar os prédios comerciais como numerosos, bem como as vias principais. O percurso é representado com rigor através dos sentidos corretos dos fluxos no trânsito de veículos nas ruas principais do centro.

Lynch (2006, p. 58-61) diz que “as pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo dessas vias [...]. Vias específicas podem tornar-se importantes [...]; o hábito de deslocar-se [...]; a concentração de um costume ou de atividades especiais [...]”. A praça é ilustrada com linhas e formas geométricas, explicitando as entradas e calçamentos que convergem ao coreto.

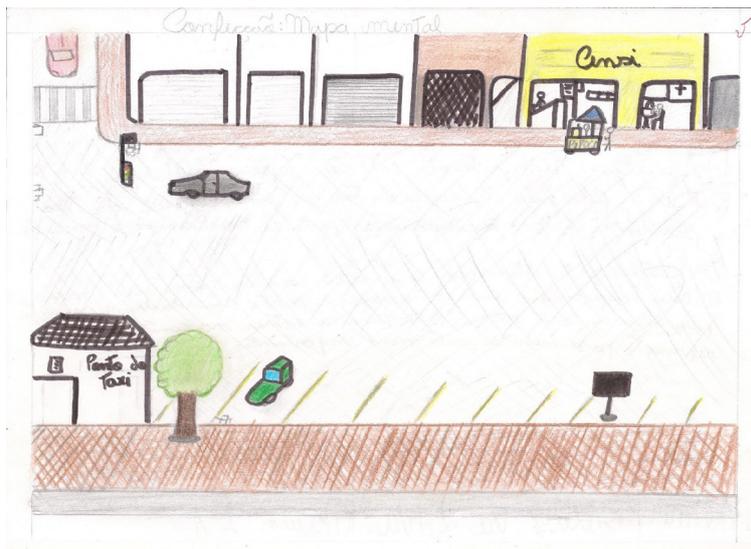
Figura 6 – Mapa mental 4



O mapa mental de L. Ap. P., de 16 anos, destaca o coreto, bancos da praça e as mesinhas com bancos para jogos que foram feitos pela prefeitura, além da parte em que há presença frequente de jovens. As constantes palavras foram utilizadas devido à necessidade da expressão, a linguagem formal é nítida no desenho com a finalidade

de fixar a ideia que se buscou mostrar (LIMA; KOZEL, 2009, p. 218). Há uma preocupação em formalizar todos os comércios existentes no entorno da praça, explanando a importância destes na área central. Há também a indicação escrita das instituições públicas mais próximas. Inexiste qualquer detalhe a respeito do trânsito.

Figura 7 – Mapa mental 5



No mapa mental 5, de I. da S. R., 16 anos, a perspectiva horizontal foi utilizada como sinal de aproximação e a paisagem é humanizada, proximidade descrita por Lima e Kozel (2009, p. 210): “A distância é um elemento essencial na estruturação do mundo, experimentada como qualidade. O perto e o longe, o lá e o aqui, expressam qualidades subjetivas”. Foram enfatizadas características relacionadas ao trânsito, como a faixa de pedestres,

semáforo, automóveis, vagas para estacionamento e ponto de táxi. Destaque para a tentativa de representar o calçamento tipo português e a rua com paralelepípedos. A escolha foi da rua Duque de Caxias, a principal, e há necessidade de expressão formal em apenas um comércio: a sorveteria, único local ilustrado com presenças humanas, denotando-se o local mais frequentado pela autora.

Figura 8 – Mapa mental 6



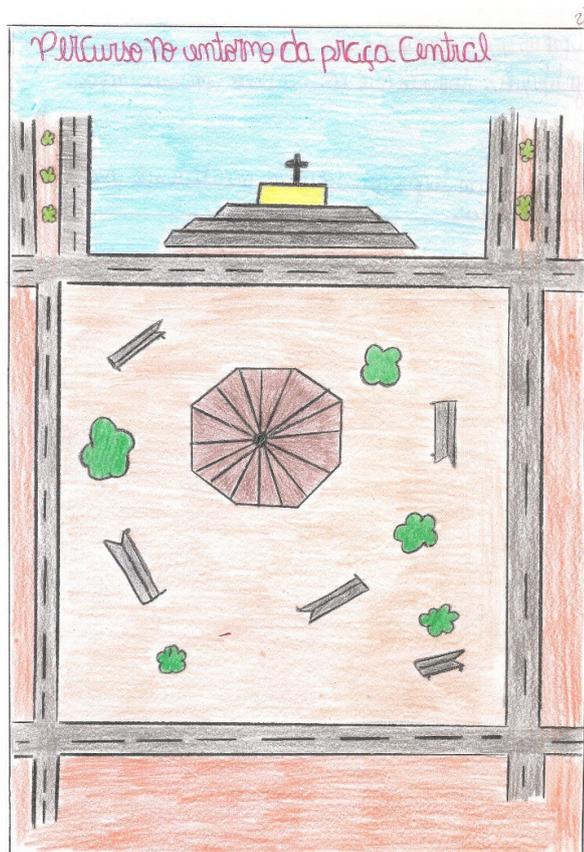
O mapa mental de P. F. B., 15 anos, foi realizado de forma aérea. Possui uma forma rigorosa, atentando-se às linhas, formas e tamanhos, explanando grande conhecimento sobre a área. Ao receber a missão de ilustrar o “percurso no entorno da praça”, o autor decidiu representar um recorte do centro da cidade, pois para ele o entorno não significa somente as ruas que limitam sua

volta, mas sim as várias quadras que possuem a praça como referência. Nota-se que há destaque nos quarteirões onde se localizam a praça central e o Santuário Bom Jesus dos Aflitos, com apresentações diferenciadas na visão aérea quando comparados aos demais quarteirões. Além disso, as linhas suaves e sinuosas utilizadas para demonstrar o espaço da praça contrastam com as linhas firmes

e retas usadas para retratar as residências e comércios. Não há cores no desenho, com a finalidade de chamar a atenção para as formas e simetrias. Valorizam-se os espaços construídos. Para Yi-Fu Tuan, os mapas mentais também podem ser imagens de mapas reais:

Um mapa mental pode ser a imagem de um mapa real, ou seja, uma abstração de um mapa real que é em si uma abstração da realidade [...] As imagens discretas de uma cidade – por exemplo, cenas de lojas, monumentos e esquinas. – pode ser reestruturado mentalmente em um plano. (TUAN, 1975, p. 209, tradução nossa)

Figura 9 – Mapa mental 7



No mapa mental de V. R. dos S., 16 anos, a parte central, feita com vermelho mais claro, retrata uma afetividade em relação ao lugar, cuja área é fechada, demonstrando segurança e aconchego. Os ícones representados são os bancos e as árvores ao redor do coreto. Nota-se principalmente as arborizações fora da praça, mais distantes do observador, que as que estão dentro dela. Não há preocupação com os comércios que circundam o local pois há ênfase no espaço público. É percebida uma importância na igreja, o Santuário Senhor Bom Jesus dos Aflitos, onde foi ilustrada uma escada que lembra uma

pirâmide, com a cruz acima, em destaque; o amarelo é utilizado somente para isso. A escolha foi retratar a igreja na parte superior do desenho com coloração azul, representando o céu, ou seja, o divino – cosmografias (TUAN, 1996, p. 92).

Além da confecção dos mapas mentais, foi solicitado aos alunos que respondessem duas perguntas no verso do desenho com a finalidade de obter maiores informações dos estudantes com relação ao lugar representado.

A primeira pergunta foi: “A praça central da cidade é importante em sua opinião?”, em que os adolescentes responderam por unanimidade que sim e justificaram a questão de diversas formas com apontamentos diferentes.

Os estudantes disseram que a praça faz parte da história de Pirassununga e que é uma atração por estar no centro da cidade. Ressaltaram que é um lugar que representa um ponto referencial, estando nas proximidades de outros pontos importantes e que o local favorece lazer para a população. Chama a atenção também o fato de que elencaram a Escola Estadual Pirassununga e o Santuário Senhor Bom Jesus dos Aflitos como patrimônios da cidade e citaram, ainda, atividades que consideram importantes, como o carnaval e as batalhas de rima que ocorrem às sextas-feiras.

A segunda pergunta foi: “Justifique os elementos que você escolheu em seu mapa”, em que os alunos descreveram ícones, símbolos e demais elementos que foram escolhidos por eles para representar no desenho e em seguida escreveram o porquê das respectivas escolhas.

Notou-se, em geral, que os elementos que apareceram com mais frequência nos mapas mentais foram o coreto, as árvores, os bancos, os lugares destinados aos jogos, a igreja, a escola e o ponto de táxi. A maioria dos estudantes justificaram suas escolhas dizendo que são áreas de maior movimento de pessoas, locais que proporcionam lazer, atrações da praça, pontos e objetos mais conhecidos e, além disso, citaram que as escolhas foram feitas porque são as coisas mais importantes do local.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As representações da imagem urbana da praça pelos jovens destacaram que eles percebem a praça como um referencial espacial, um espaço público de lazer e como o principal patrimônio do centro da cidade. Isso significa que usam (tomam sorvete, participam de eventos culturais, como a batalha de rimas e carnaval) e valorizam a praça, já que lá existem atividades que esses jovens frequentam. O coreto da praça ainda é um espaço para

apresentação de artistas e os bancos são importantes para a socialização e contemplação.

Dessa forma, a praça não é somente um espaço, mas um lugar. Sendo como tal, é necessário que o poder público continue realizando ações culturais na praça, cuidando para que esse espaço público continue valorizado. Quanto mais as pessoas frequentam, menos entrada para vandalismos e violências. Os jovens perceberam, também, a escola e a igreja como patrimônios importantes da área central.

Considera-se, portanto, que os mapas mentais podem ser metodologias inovadoras pela abordagem da geografia humanista quando há a finalidade de investigar o lugar e suas representações.

Através deste estudo conclui-se que os mapas mentais representando imagens da cidade foram de extrema relevância na interpretação das subjetividades, focando o próprio grupo social e, dessa forma, tornando possível compreender os desejos e necessidades das populações em relação aos espaços públicos urbanos, bem como suas funções sociais.

REFERÊNCIAS

- BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DIZERÓ, J. D. **Praça do interior paulista**: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP. 2006. Dissertação (Mestrado em Urbanismo)– Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.
- KOZEL, S. Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. *In*: KOZEL, S. *et al.* (org.). **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007. p. 114-138.
- LANDIM, P. C. **Desenho de paisagem urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LIMA, A. M. L.; KOZEL, S. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 1, 2009.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MARANDOLA JR., E.; DE PAULA, L. T. Imagem e ilegitimidade da forma urbana de Campinas. **Revista Rua**, Campinas, n. 19, v. 2, p. 141-160, 2013.
- SILVA, G. C.; LOPES, W. G. R.; LOPES, J. B. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 197-212, 2011.
- TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.
- TUAN, Y-F. Images and mental maps. **Annals of the Association of American Geographers**, Abingdon, v. 65, n. 2, p. 205-213, 1975.
- TUAN, Y-F. **Cosmos and hearth**: a cosmopolite's viewpoint. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

Identidade nacional e patrimônio cultural intangível: uma análise do samba, fado e tango

*National identity and intangible cultural heritage:
an analysis of samba, fado and tango*

FELIPE YERA BARCHI^A
FABIANA LOPES DA CUNHA^B

^a Professor rede municipal de Paraguaçu Paulista, doutor em História pela Unesp
E-mail: felipeyerabarchi@gmail.com

^b Professora Adjunta da UNESP, Campus Experimental de Ourinhos, doutora em História pela USP
E-mail: fabiana.cunha@unesp.br

Através de análise comparada investigamos aqui os processos de nascimento do fado em Lisboa, do tango em Buenos e do samba no Rio de Janeiro e a transformação desses estilos em símbolos nacionais de seus países. Os três gêneros surgiram no século 19, na periferia de capitais portuárias, e passaram a ter alcance nacional na era do rádio. Tal processo de se deu em meio à tutela de governos autoritários em busca de legitimação e disciplinarização popular (Salazar em Portugal, Péron na Argentina e Vargas no Brasil). Pela censura explícita de letras e comportamentos desagradáveis aos regimes, pelo patrocínio de artistas convenientes ou pelo cadastramento e habilitação de artistas “autorizados”, esses estilos foram, por um lado, catapultados ao estrelato nacional e, de outro lado, viram sua liberdade artística ficar restrita. Posteriormente, analisamos a transformação desses estilos consagrados pelo público em patrimônio cultural imaterial e ativos turísticos das cidades em questão. Defendemos que esse último fator é ponto chave para se entender as iniciativas de patrimonialização nos três casos.

Palavras-chave: patrimônio cultural, turismo cultural, fado, tango, samba.

By comparative analysis, we investigate the processes of birth of fado in Lisbon, tango in Buenos Aires and samba in Rio de Janeiro and the transformation of these styles into national symbols of their countries. The three genres appeared in the 19th century in the periphery of port capitals and began to have national reach in the radio era. This process took place amidst the tutelage of authoritarian governments seeking legitimization and popular discipline (Salazar in Portugal, Péron in Argentina and Vargas in Brazil). By explicit censorship of lyrics and unpleasant behavior to the regimes, by the sponsorship of convenient artists, or by the registration and qualification of “authorized” artists, these styles were, on the one hand, catapulted to national stardom and, on the other, had their artistic freedom restricted. Later on, we analyzed the transformation of these styles consecrated by the public into intangible cultural heritage and tourist assets of the cities in question. We defend that this last factor is a key point to understand the patrimonialization initiatives in the three cases.

Keywords: cultural heritage, national identity, cultural tourism, fado, tango, samba.

INTRODUÇÃO

Atualmente, gêneros musicais como o fado, tango e samba soam de forma similar na aldeia global: música popular e símbolo identitário de Portugal, Argentina e Brasil, respectivamente. No fim do século XX e início do XXI, além dessas duas características, esses gêneros se tornaram importantes atrativos da indústria turística, sobretudo para três cidades: Lisboa, Buenos Aires e Rio de Janeiro.

As trajetórias desses estilos musicais guardam semelhanças notórias: nasceram em setores marginais de capitais portuárias ao fim do século XIX, se “dignificaram” e dominaram as rádios no momento-chave de expansão (décadas de 1930 a 1960) e ao fim do século XX passam por processos internos de patrimonialização (mais tarde também canceladas pela Unesco) que atendem também, mas não exclusivamente, interesses comerciais da indústria do turismo.

Ainda, não podemos nos esquecer que os movimentos que lançam esses gêneros marginais ao protagonismo dentro de cada país estão intrinsecamente relacionados a governos autoritários que usaram o rádio como estratégia principal de comunicação com as massas. Essa observação não visa negar o apelo popular genuíno e espontâneo que cerca o tango, o fado ou o samba, o objetivo é jogar luz a um período decisivo em que surgem ídolos artísticos, e esses gêneros, até então concentrados em redutos específicos, ganham amplitude nacional¹.

Em que pese as diferenças notórias e significativas entre governos como o de Peron, Vargas ou Salazar, há paralelismos vitais no modo como manifestações legítimas da cultura popular são cooptadas ou instrumentalizadas por governos autoritários numa estratégia de comunicação com as massas. Porém, é necessário destacar tanto ações de resistência, quanto de negociação e adesão entre artistas e políticos, bem como considerar o impacto tecnológico tanto do rádio, quanto das técnicas de gravação nas práticas cotidianas desses gêneros populares.

Ao final, também analisamos como as iniciativas de patrimonialização estão ligadas por um lado ao contexto de redemocratização nos três países e valorização da cultura popular e, de outro, a emergência da indústria do turismo receptivo como atividades econômicas protagonistas.

1 O samba tem a particularidade de um surgimento mais difuso, tanto no tempo, quanto no espaço, porém, neste trabalho lidamos com a vertente carioca do samba, que foi a que passou por processos similares ao fado e tango.

OBJETIVOS

Nosso intuito principal é traçar um quadro comparativo internacional para melhor entendermos as dinâmicas que envolvem a produção de narrativas identitárias, políticas e patrimoniais envolvendo gêneros musicais de grande apelo popular. Se as trajetórias iniciais podem ser vistas como fenômenos coincidentes no que diz respeito à questão patrimonial – e turística –, podemos notar conexões. Como aponta Eduardo Falcão:

A classificação do fado a Patrimônio Cultural Imaterial não é um caso isolado de gênero musical patrimonializado. Antecedem a classificação do fado como Patrimônio Cultural Imaterial, o samba-de-roda no Brasil, em 2004, o canto a tenore na Itália, em 2008, o tango na Argentina-Uruguai, em 2009, e o flamenco na Espanha, em 2010. (FALCÃO, 2017, p. 13)

Por mais que apelem à “alma nacional” e à originalidade, esses estilos guardam semelhanças e fazem parte de um quadro geral da cultura ocidental no século XX. Por isso a abordagem comparativa se faz necessária.

METODOLOGIA

Abordar as trajetórias de fado, tango e samba de maneira comparada nos permite ampliar o entendimento da relação entre música, sociedade, identidade e patrimônio, e é essa nossa proposta nesse trabalho. Otilia Lage aponta que o método comparativo oferece “a possibilidade de duas ou mais realidades histórico-sociais diferentes, contíguas e/ou separadas no espaço e/ou no tempo, serem comparadas sistematicamente, com vista a estabelecer semelhanças, diferenças, generalizações e individualizações” (LAGE, 2018, p. 64).

Conforme aponta José d’Assumpção Barros, a história comparada começa a tomar corpo na década de 1930, quando os excessos dos diferentes nacionalismos europeus passam a representar um mal-estar entre intelectuais, de Marc Bloch a Toynbee, por exemplo. Em suas palavras “‘comparar’ era, de algum modo, abrir-se para o diálogo, romper o isolamento, contrapor ao mero orgulho nacional um elemento de ‘humanidade’” (BARROS, 2007, p. 9).

Barros também esclarece que a história comparada se refere tanto a um “modo específico de observar a história” como também ao estabelecimento de um duplo ou múltiplo campo de observação (BARROS, 2007, p. 9). Assim estão

dadas as premissas deste trabalho, partimos do estabelecimento de conexões entre esses três gêneros que nasceram em periferias de capitais portuárias no fim do século XIX e passam as primeiras décadas ligados a setores marginais da sociedade. O uso da expressão ‘capital portuária’ aqui não é mero detalhe, as capitais em questão eram núcleos culturais, demográficos, políticos e tecnológicos, bem como o fato de estarem juntas de grandes portos lhes proporcionavam maior conexão internacional.

O rádio também imprimiu suas marcas nesses gêneros musicais: as músicas ficaram mais curtas (padrão comercial) e as letras foram disciplinadas (tanto em relação ao pudor moral, quanto na crítica política). Em contrapartida, o rádio ofereceu a possibilidade do estrelato aos outrora marginais (CUNHA, 2004), fazendo-os chegar a parcelas mais abastadas da população e aos rincões mais distantes. Esse arcabouço teórico não pretende eliminar as singularidades e especificidades desses gêneros, mas entendê-los num contexto mais amplo.

Se por um lado o método comparativo busca uma visão conjunta de fenômenos que se repetem com certa frequência, por outro, pretende mostrar as especificidades de fenômenos semelhantes. Desse modo, contemplamos a trajetória comum do fado, tango e samba em meio ao crescimento do sistema de radiodifusão e a ação de governos autoritários – fenômenos globais da época –, bem como os modos peculiares pelos quais artistas tiraram proveito do patrocínio estatal, adaptaram seus repertórios e mutilaram sua liberdade artística. Seguindo a mesma lógica, podemos vislumbrar os processos mais recentes de transformação do fado, tango e samba em símbolos nacionais num esforço de reafirmar originalidade, autenticidade e unicidade.

RESULTADOS

Dividimos essa apresentação dos resultados em cinco tópicos que abrangem desde os primórdios desses gêneros musicais – marcados pela marginalidade – até a atualidade – como ativos turísticos e símbolos identitários.

Os primórdios

Se hoje nos parece quase impossível uma pessoa comum com cultura geral mediana confundir fado, tango e samba, antes da consolidação do rádio e de uma melhor definição dos estilos isso era mais comum. Em 1859, um botânico alemão em excursão pelo interior do Brasil, mais especificamente pelo Ceará, escreveria sobre um “fado, que eles chamam de samba, onde se dançam

várias danças” (TINHORÃO, 1988, p. 72-73). Mais tarde, na década de 1920, o grupo *Os oito batutas*, dirigido por Pixinguinha e contando entre seus integrantes o compositor Donga (autor de *Pelo Telefone*, o primeiro samba registrado fonograficamente), em viagem pela Argentina anunciava fados e maxixes como repertório tipicamente brasileiro (BASTOS, 2013, p. 22). Ainda que esse segundo caso não demonstre confusão, assinala a confluência desses três estilos notadamente marginais e carregados de influência africana.

Dos três gêneros em questão, o fado, enquanto rótulo, parece ter sido o pioneiro. Estudiosos da cultura portuguesa e do fado apontam que ele nasceu em meados do século XIX em bairros periféricos de Lisboa, ligado a parcelas marginais da sociedade tal qual rufiões e prostitutas (GASPAROTTO, 2019; NERY, 2004). Maria Severa, meretriz, cantadeira e guitarrista é considerada a fundadora mítica do gênero.

Se a região de origem do samba é assunto ainda polêmico – Rio ou Salvador –, não resta dúvida quanto ao samba ter nascido de grupos marginais da sociedade, escravizados e seus descendentes. É também na segunda metade do século XIX que o termo *samba* vai tomando feições mais conhecidas e reconhecíveis, vinculado inicialmente à roda – fator de maior identificação nos primórdios do samba, em que se executava ritmos diferentes como o maxixe e o corta-jaca, entre outros. No Rio de Janeiro, as rodas de samba começaram na região da Pequena África e então foram ganhando adeptos, mas até a década de 1920 o gênero ainda era visto como coisa do populacho.

O tango também tem origem similar, comumente se diz que ele surgiu na década de 1880, nas duas margens do Rio da Prata, Buenos Aires e Montevideo, porém no lado pobre das duas cidades. Assim como o fado e o samba, o que entendemos por tango hoje era bem diferente do praticado no fim do XIX. A dança entre casais, eternizada pelo cinema, só passou a fazer parte do gênero quando o tango adentrou os ambientes dos bordéis de Buenos Aires – já mais próximo da virada de século. Essa característica marcaria o gênero nas primeiras décadas do século XX, o gênero seria proibido até 1925, por sua obscenidade e erotismo vulgar em combinação com a marginalidade de seus adeptos:

O desaguadouro desta bomba humana, feita de gente humilhada e desprezada, foi o tango. Gringos, *criollos* e negros fazem a síntese de suas desesperanças e aflições. Os italianos, com sua nostalgia; a melancolia dos galegos, o recato dos vascos, “bárbaros por fora e infantis por dentro”; a sensualidade

negra do candomblé, a raiva dos *criollos* despojados, o amor bêbado dos marinheiros, a malevolência dos malandros. São os desamparados, os deserdados, os excluídos, os marginalizados que esta música vem amparar. Pela primeira vez o tango assume, ‘em seu sorriso desdentado, o ar triste do mundo. (FERNANDES *apud* SANTOS, 2011, p. 3)

Rejeição

Na década de 1860 o fado passa a ser ouvido em ambientes mais nobres, como quintas e teatros, mas ainda carregava a pecha de indignidade (GASPAROTTO, 2019, p. 27). Eça de Queiroz, um dos grandes literatos daquele tempo, expôs:

Atenas produziu a escultura, Roma fez o direito, Paris inventou a revolução, a Alemanha achou o misticismo. Lisboa que criou? O Fado... Fatum era um Deus no Olimpo; nestes bairros é uma comédia. Tem uma orquestra de guitarras e uma iluminação D cigarros. [...] A cena final é no hospital e na enxovia. O plano de fundo é uma mortalha. (QUEIROZ *apud* GASPAROTTO, 2014, p. 85)

Com o tango acontece algo parecido. Depreciado pela influência africana numa época em que vigorava o racismo pretensamente científico e identificado com a gente dos *conventillos* (espécie de cortiço bonaerense onde se apinhavam dezenas de imigrantes em poucos metros quadrados) e dos bordéis, custou a ser aceito pela elite cultural do país, conquanto já fosse apreciado por alguns grupos abastados (ROMERO, 2012). Mais tarde, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o tango alcançaria Paris – espécie de capital cultural mundial de então -, e mesmo assim não era visto com bons olhos pela elite platina. O embaixador argentino na cidade luz, Enrique Larreta, em entrevista à jornais franceses diz:

É uma dança reservada à lupanares [...] de onde saiu para conquistar a Europa [...] é mais uma espécie de aperitivo sexual que dança. [...] Não; em minha casa não. Há em Paris ao menos um salão onde não se dança o tango argentino e este salão é o da legação argentina. (LARRETA *apud* ROMERO, 2012, p. 418)

No Brasil, um dos bastiões da ilustração e cultura acadêmica, o senador Rui Barbosa, faria discurso similar quanto ao corta-jaca durante o governo de Marechal Hermes, um gênero muito popular na época e associado ao que mais tarde seria conhecido como samba.

Uma das folhas de ontem estampou em fac-símile o programa da recepção presidencial em que diante do corpo diplomático, da mais fina sociedade do Rio de Janeiro, aqueles que deviam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados elevaram o corta-jaca à altura de uma instituição social. Mas o corta-jaca de que eu ouvia falar há muito tempo, que vem a ser ele, Sr. Presidente? A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba. Mas nas recepções presidenciais o corta-jaca é executado com todas as honras de música de Wagner, e não se quer que a consciência deste País se revolte, que as nossas faces se enrubescam e que a mocidade se ria! (BARBOSA *apud* GASPAROTTO, 2019, p. 22)

Em um contexto de redefinição da identidade cultural lusitana marcado pelo signo da decadência, a geração de Eça de Queiroz estava empenhada em entender o atraso português – diante das potências europeias da época – ao mesmo tempo em que folcloristas românticos se ocupavam de inventariar o cancionário rural “típicamente português”. Não havia espaço para um gênero recente, sem tradição, popular e marginal entre os bastiões respeitáveis da cultura (GASPAROTO, 2014, p. 85). Tal espaço só surgiria com um novo regime, que procurava redefinir a cultura e a identidade do país. A República chegou em 1910, embora o impulso decisivo nessa questão só tenha acontecido na década seguinte.

O caso argentino soa similar, embora tenha ocorrido mais tarde. Após um excelente período de crescimento econômico – em 1880 a economia argentina era metade da brasileira, em 1916 equivalia ao dobro (ROMERO, 2012, p. 384) – e o recebimento de grandes contingentes migratórios, os planos da elite para a cultura centravam-se na massificação escolar e nacionalização dos imigrantes, priorizando o *criollismo* em detrimento do cosmopolitismo, estando o tango associado a este último na virada do século. “Circulando por prostíbulos, bares, cafés e festas populares, os primeiros tangos refletem um mundo social avesso ao que haviam ideado as elites” (ROMERO, 2012, p. 372). Essas tendências fizeram surgir um novo rótulo, o tango *criollo* com apelo a essa identidade (ROMERO, 2012, p. 372).

Ainda na virada do século, outra variedade seria adicionada ao estilo, o tango-canção. Mais adiante, na década de 1920, o panorama se torna ainda mais variado. A obscenidade típica dos primórdios dá lugar à introspecção e o tango adquire caráter de “crônica popular e melancólica da vida cotidiana” (SANTOS, 2011, p. 4). O compositor Enrique Discépolo introduz a problemática social em suas canções, que aliam pessimismo e militância anarquista.

Como nos casos do fado e do samba, os anos 1920 seriam decisivos para consagração do rótulo, aprimoramento do estilo e difusão em território nacional.

A era do rádio

O fado passa por uma série de transformações na década de 1920: surge uma nova geração de fadistas, como Berta Cardoso, Hermínia Silva, Ercília Costa e Alberto Costa – é criada a profissão de fadista pelo Decreto nº. 13.564/1927; surgem casas de espetáculo dedicadas ao fado, entre as quais o Solar da Alegria (1928) é o maior exemplo.

Já num contexto ditatorial, o decreto citado instituiu normas para a apreciação do fado: recomendava o silêncio durante as apresentações artísticas com o objetivo de diminuir a arruaça típica de então e obrigava o registro e licenciamento de canções, censurando as letras, porém estabelecendo um sistema de recompensa financeira para os compositores. Nery (2004) ressalta que essas medidas acabariam por engessar a prática fadista interferindo na característica principal do gênero naquela altura: a improvisação.

Simultaneamente a esse processo de institucionalização, ocorria o desenvolvimento das tecnologias de gravação em disco e radiodifusão que também viriam a deixar suas marcas na formatação do gênero. As novas tecnologias também possibilitaram a difusão do fado para fora da capital e para fora de Portugal, tornando-o um produto tipicamente português aos olhos dos lusitanos e em outros países. Tal processo ocorre no regime salazarista, com seu apoio, ainda que o fenômeno não deva ser reduzido a essa relação.

No caso do fado, pontua Falcão:

A ampliação da divulgação do fado através da rádio e da indústria fonográfica e do cinema encontram em Amália Rodrigues a sua expressão máxima. A importância de Amália está relacionada com o seu papel de celebridade, como o maior mito do fado e, segundo alguns, como uma personificação do fado (HALPERN, 2004, p. 47). A primeira gravação da fadista ocorreu durante uma digressão, em 1944, no Rio de Janeiro, Brasil. O seu sucesso na capital brasileira, seguida de uma digressão em Paris, fizeram da cantora um ícone com interesses para representar a imagem de Portugal no exterior. Amália Rodrigues foi uma estrela do fado divinizada por seus fãs, denominados por Gray de “amalianos”. (FALCÃO, 2017, p. 48)

No caso brasileiro, ainda que internamente não seja um ícone do samba à primeira vista ou o nome mais lembrado

quando se fala no gênero, Carmem Miranda desempenhou papel similar ao de Amália, tanto na indústria fonográfica e cinematográfica, quanto aos olhos do público internacional. Esse contexto internacional de circulação de mídias e modelos artísticos não é de menor importância – própria Carmem Miranda nasceu em Portugal, ainda que tenha chegado ao Brasil com apenas dez meses de vida.

A troca de regime no Brasil se dá em 1930, e durante a Era Vargas (1930-1945) o samba vai “da marginalidade ao estrelado” (CUNHA, 2004). Mais uma vez, essa ascensão não deve ser reduzida exclusivamente à relação com Vargas, embora tenha suas ligações. Se tomarmos duas canções ícones, como a já mencionada *Pelo Telefone*, de 1916, e a mundialmente famosa *Aquarela do Brasil*, composta por Ary Barroso em 1939, veremos um processo de disciplinarização patrocinado por Vargas, no qual temas como a malandragem e boemia são substituídos pela exaltação patriótica e elogio do trabalho.

O tango continuou a se popularizar nos anos 1930, agora sendo tocado por grandes orquestras ao vivo e ganharia ainda mais força nos anos 1940, graças ao rádio e a Juan Perón. A essa altura, o *tanguero* Discépolo se torna um dos maiores responsáveis pela difusão do estilo, agora alinhado ao peronismo.

Ao definir o tango como a expressão de “todas as latitudes do sentir argentino”, Giacobre, um dos ideólogos peronistas, demonstra a preocupação do regime em consagrar o tango como a genuína música argentina, estratégia que fez parte da política estatal de valorização da cultura popular numa tentativa de se aproximar dos grupos marginalizados da sociedade, especialmente os trabalhadores urbanos, que se constituíram na principal base de sustentação do governo de Juan Perón entre os anos de 1946-1955. (SANTOS, 2011, p. 2)

Cabe esclarecer que o tango já desfrutava do gosto popular, principalmente em Buenos Aires, a novidade com Perón é a nacionalização do gênero, no âmbito de sua política para as massas e da possibilidade tecnológica criada pelo sistema de radiodifusão.

Descritas essas trajetórias e constatadas algumas semelhanças fundamentais, passaremos a seguir à discussão da transformação dessas manifestações da cultura popular em patrimônios protegidos e ativos turísticos.

A questão patrimonial nos anos 1990

Ao fim do século XX, a noção de patrimônio cultural se apresenta bem diferente de um século atrás. Durante

alguns séculos – pelo menos desde a Revolução Francesa – imperou um modelo *preservacionista* de gestão patrimonial, marcado pela forte ação do Estado e caráter elitista na eleição de produtos para serem preservados. Sob esse paradigma, objetos eram escolhidos pela excepcionalidade estética ou vinculação a acontecimentos memoráveis da história nacional. Tal modelo era marcado por uma perspectiva imobilista que buscava manter os objetos “congelados” – preservados sem nenhuma mudança. A preocupação fundamental nesse sistema era a preservação e pouco importava se as peças estariam aos olhos do grande público. Já com o avançar do século XX surgiram outros modelos de gestão patrimonial, como o da *conservação integrada*, que visava o entorno, a ambiência e o significado para além dos objetos colecionáveis e preserváveis (STARLING, 2011, p. 5). Acompanhando a metamorfose do conceito de cultura – que passa a abranger as manifestações populares e os produtos de massa –, essa concepção de patrimônio demandava novas ações: “o simples tombamento de edificações ou conjuntos urbanos dá lugar às ações que visam conservar o equilíbrio da paisagem urbana e natural” (STARLING, 2011, p. 5).

O modelo de *conservação integrada* teve origem na Itália e Espanha dos anos 1970, segundo Mônica Starling:

Nos dois países, a conservação integrada serviu como argumento teórico e prático para as administrações municipais de esquerda, e suas realizações como bandeira para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano e regional. (STARLING, 2011, p. 6)

A preocupação com as comunidades locais e ações das municipalidades em face as ações dos Estados Nacionais típicas do modelo anterior era uma das linhas mestras desse modelo. Contudo, se inicialmente a conservação integrada visava ao uso social do patrimônio, com o passar das décadas essa referência se perdeu e os resultados econômicos advindos das revitalizações, sobretudo relacionadas a empreendimentos imobiliários, foram priorizados. O esgarçamento dessa noção viria a resultar num terceiro modelo de gestão patrimonial, o de *reabilitação*:

pautando-se, da mesma forma que o modelo da conservação, por uma por uma concepção ampliada de patrimônio cultural e tendo também como objeto o “patrimônio ambiental urbano”, o modelo de reabilitação tem como principal diferencial em relação ao modelo anterior, a importância atribuída ao desenvolvimento e sustentabilidade econômica das áreas

conservadas. Esse diferencial se desdobra em novos elementos e características que passam a compor as intervenções com foco no desenvolvimento urbano. (STARLING, 2011, p. 8)

Essa transformação não se dá ao sabor do aca-so, mas justamente em um contexto de crise da social-democracia e ascensão do neoliberalismo em nível global, além do desmanche soviético. Para Starling, outra diferença importante entre esses dois modelos de gestão patrimonial é a constituição das equipes por trás desses projetos: enquanto no modelo de conservação integrada predominavam arquitetos e historiadores, na *reabilitação* atores empresariais ganham protagonismo. Segundo a autora, acontece um enobrecimento de espaços antes degradados, porém com o efeito colateral da segmentação e exclusão social de grupos que não se encaixam no novo e alto padrão de consumo instituído nos espaços reabilitados.

Também partindo de uma concepção ampliada de patrimônio, o mais recente modelo de gestão patrimonial, dentre os definidos por Mônica Starling (2011), busca a inclusão de mais atores nos processos decisórios:

o diferencial mais importante nesse modelo – que denominaremos *governança deliberativa* – é a inclusão de novos atores à discussão e ao debate das políticas públicas que pode estimular uma maior capacidade de negociação entre interesses públicos e privados. [...]

Destaca-se ainda a integração de profissionais de diversas áreas: antropólogos, cientistas sociais, historiadores, arquitetos, planejadores urbanos, profissionais do turismo, produtores culturais e profissionais do *marketing*, de forma a construir um olhar mais abrangente e adequado a concepção alargada de patrimônio cultural. (STARLING, 2011, p. 14)

A transformação do conceito de cultura e a evolução da noção de patrimônio coincidiram temporalmente com o desenvolvimento da indústria turística de modo a se retroalimentarem. Com o adiantamento do processo de globalização, principalmente pela integração de mercados pós-Guerra Fria, observa-se um processo – ainda em curso – de valorização das culturas locais e de seus patrimônios típicos. Diante de uma cultura internacionalizada que avança barreiras com a força do capital, a valorização de produtos peculiares de cada cultura passou a ser visto como fator de marketing, além dos aspectos identitários já conhecidos. No caso brasileiro, se o país tem belas praias, mas não possui uma rede hoteleira de qualidade suficiente para disputar o topo dos

destinos receptores, o samba poderia ser o diferencial e dar gosto único à paisagem brasileira. Nessa lógica são estimulados projetos que buscam o “resgate e promoção da cultura”.

No entanto, entre as diversas manifestações culturais originais e legítimas que os diversos povos produzem, aquelas que tinham maior potencial turístico receberam maior atenção e investimento por parte dos governos. Além do esmaecimento de práticas e patrimônios “não turísticos”, outro efeito colateral surgido nesse processo é o encarecimento desses fenômenos culturais como o samba, tango e fado para suas comunidades originárias, motivado pela diferença cambial (CUNHA, 2009; MOREL, 2013; RODRIGUES, 2016). Eduardo Falcão conclui que:

a utilização do selo “fado património da humanidade” da Unesco está marcada por interesses privados que empregam o património como ferramenta para finalidades distintas das propostas pelo Convenção do PCI. A atribuição de valor patrimonial aparece pautada por um imperativo de diversos usos económicos consoante os diferentes atores sociais implicados. Assim, sustento que a utilização e prática do fado na cidade do Porto foi apropriada, em certa medida, pela indústria do turismo, onde o surgimento de novos espaços para a prática do fado se destina principalmente aos turistas. Neste sentido, o fado foi ressignificado como valor simbólico da marca Portugal e transformou-se em mais um recurso disponível para gestão dos setores privados. (FALCÃO, 2017, p. 125)

Contudo, seria errôneo considerar apenas o aspecto econômico, pois:

Atualmente o fado desempenha um duplo papel na sociedade portuguesa contemporânea: de valor identitário e de potencial económico. Assiste-se, assim, à ampliação e à consolidação do fado como um bem cultural capaz de ser consumido e de prover uma identidade portuguesa. (FALCÃO, 2017, p. 126)

Devemos estar atentos para os processos de patrimonialização do fado, tango e samba dentro desse panorama complexo: ampliação da noção de cultura, surgimento de novos modelos de gestão patrimonial, redemocratização de Portugal, Argentina e Brasil e, finalmente, o desenvolvimento da indústria do turismo ao longo do século XX e XXI. Contudo, retomando a perspectiva comparativa, há de se ressaltar que fado e tango receberam a chancela de patrimônio cultural imaterial da Unesco, ao passo que ela foi inicialmente negada ao samba (carioca) por não haver risco de extinção. Anos

depois, o samba do recôncavo baiano foi agraciado com a honraria. Note-se que a própria política de preservação de patrimônio imaterial da Unesco foi alterada nessas décadas. Quando da tentativa de patrimonialização do samba, o instrumento legal acordado pela Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade era a declaração de “Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade”. Já nos processos que envolveram Tango e Fado, estava em jogo a chancela de Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) e o “risco de extinção” não era mais um critério (FALCÃO, 2017, p. 24). Apesar dessa diferença, há de se notar que, quanto ao caminho da patrimonialização dentro de cada país, os três processos são razoavelmente parecidos.

Patrimônio e Turismo: fado, tango e samba como ativos turísticos

Existe uma tensão entre a preservação da autenticidade do patrimônio e o crescimento da indústria turística em importantes cidades do mundo, de Veneza a Paraty. Ela também se faz presente em Lisboa no tocante ao fado, de acordo com Rodrigues:

Cada vez mais encenado para um público estrangeiro, o fado vai procurando manter a sua autenticidade e dando voz ao galardão recebido, através da preservação e valorização da identidade cultural presente no bairro mais antigo da capital portuguesa. Por sua vez, Alfama tenta conservar o seu cunho tradicional e bairrista, como sempre foi conhecida, acompanhando uma nova dinâmica social devido à presença de forasteiros, ao mesmo tempo que se tenta evitar a sua descaracterização. (RODRIGUES, 2016, p. 5)

O turismo é um dos seus pilares econômicos de Portugal e o fado contribui para atração de turistas. Reconhecido como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco em 2011, desde então passou a ser uma das estrelas publicitárias das campanhas de divulgação do país como destino turístico (SOUZA, 2014, p. 192). Bairros tradicionais de Lisboa como Mouraria, Madragoa e Bairro Alto, junto de Alfama – “o berço do fado” – assistem a proliferação de restaurantes e casas de espetáculo visando o apelo turístico conferido ao fado. O modo como essas casas combinam fado e gastronomia é um fenômeno importante de se observar, pois apesar de aumentarem a lucratividade de tais estabelecimentos e da indústria turística em geral, trazem efeitos colaterais, como aponta Souza:

O fado faz parte do conjunto da vida cultural e social portuguesa, sendo que os preços cobrados pelos estabelecimentos em muitas ocasiões são altos, afugentando moradores e maximizando a presença dos turistas que vão aos bairros tradicionais à procura do gênero. (SOUZA, 2014, p. 193)

Segundo Jorge Mangorrinha, “no turismo o que conta é cada vez mais a diferença dos destinos e produtos para a captação de uma procura qualificada que valorize a nossa oferta turística” (MANGORRINHA *apud* SOUZA, 2014, p. 198) e, nessa busca por autenticidade, tanto por parte dos turistas que procuram novas experiências, quanto dos destinos receptores que visam agregar valor ao produto, há de se tentar equilibrar esses interesses diferentes – e por vezes conflitantes – para que a indústria do turismo não sufoque a cultura. Quanto ao fado, alinhado às críticas de Morel no caso do tango, Falcão aponta que

o novo contexto em que se encontra a prática fadista e o respetivo sucesso da legitimação enquanto política patrimonial da Unesco acarretou a transformação do fado num objeto comercial genérico. Isto traduz-se numa certa homogeneização da oferta que, segundo Ronström (2014, p. 46), é um dos pré-requisitos necessários para o desacoplamento da prática musical de seu antigo contexto, com o objetivo de alcançar uma maior distribuição global. Nesta homogeneização três aspetos são destacados por Ronström acerca da padronização da música: a “historização”, a “estetização” e a “autenticidade”. Assim, aplicados ao estudo de caso do fado, é verificável a presença destes aspetos. Em primeiro lugar a oferta de um fado patrimonializado acarreta uma forte “historização”, através da anexação de um carregado discurso histórico. (FALCÃO, 2017, p. 116)

Na Argentina, o tango ascende à categoria de grande ativo turístico nos anos 2000 e, logo nos primeiros anos, já era possível observar alguns dos efeitos colaterais que apontamos. Casas de espetáculo destinadas a turistas recebiam clientes que gastavam, em média, 160 pesos, enquanto nas casas voltadas à população local o gasto médio era apenas 16 pesos. Na lista dos dez lugares da capital mais visitados por turistas, cinco são ligados ao tango, e as estimativas da economia *tanguera* para 2006 eram de 400 milhões de pesos (SENKIW, 2017).

Segundo Hernán Morel, desde os anos 1990 há um esforço em transformar Buenos Aires na “Meca do Tango”, tanto pelo caráter identitário, quanto turístico-econômico. Houve até quem chamasse o tango de “a soja portenha” (MOREL, 2013, p. 69). Morel ressalta que o aspecto

cultural, identitário, tem ficado em segundo plano diante do turístico e isso se traduz em ações como a organização de grandes festivais voltados ao público estrangeiro ao invés de apoiar iniciativas locais. Até mesmo a agenda desses eventos segue o calendário europeu e contribui para uma elitização dos espetáculos com elevação dos preços, excluindo a população local. O preço é tão alto que se torna impraticável como hábito rotineiro da maior parte da população, promovendo um descolamento do tango perante sua comunidade produtora.

Ao lado das medidas que visam a lucratividade do tango como negócio, adotam-se ações preservacionistas como a criação da *Academia del Tango*, por Carlos Menem em 1990, nascida com o objetivo de recompilar, ordenar, estudar e salvaguardar de toda possibilidade de perda ou destruição o tango e suas produções. A academia também indicava que o gênero deveria ser objeto de docência e tinha como missão difundir-lo nacional e internacionalmente e ainda incentivar novas criações (MOREL, 2013, p. 61). Esse movimento de salvaguarda atinge maior grau com a chancela de Patrimônio Imaterial dada pela Unesco em 2009, o que lhe confere maior autenticidade. Observe-se que os processos museológicos e patrimoniais postos em prática pela *Academia del Tango* embasam o processo institucional de salvaguarda que culmina no reconhecimento por parte da Unesco.

Quanto ao samba, também seria nos anos 2000 que sua patrimonialização e transformação em ativo turístico ganhariam contornos mais evidentes. Desde as iniciativas do Iphan ao inscrever no Livro de Registro de Expressões de Bens Imateriais três tipos de samba – o partido alto, o de terreiro e o samba-enredo – até outros projetos como a criação do Museu a Céu Aberto do Morro da Providência, por exemplo – museu idealizado pela arquiteta Lu Petersen para revitalizar a zona portuária junto da criação da Cidade do Samba e da Vila olímpica da Gamboa (CUNHA, 2009, p. 52). Ainda poderíamos citar a criação do Museu do Samba e o Centro Cultural Cartola. Todas essas medidas que criam um arcabouço institucional e aumentam o reconhecimento à cultura popular pelo poder público, são ações que ajudam a formatar o samba como produto turístico.

Como nos outros casos, são observados efeitos colaterais, como o encarecimento dos espetáculos para o público local. Vale notar que no Rio de Janeiro, e principalmente em Buenos Aires, isso se agrava pela disparidade cambial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aguilar Criado aponta que a dinâmica atual do patrimônio cultural tende a fazer emergir a força dos valores locais como marca de distinção diante da homogeneização de práticas culturais globais (MOREL, 2013, p. 59-60). Esse é um ponto importante que justifica nossa opção pelo método comparativo na medida em que é possível observar certas premissas nos três casos, e ainda haveria outros já que se trata de condições senão globais, ao menos internacionais. Nos referimos especificamente ao contexto de circulação transnacional de modelos culturais na *Belle Époque* (COOPER-RICHET, 2012.), período que nutriu uma utopia liberal baseada no intercâmbio global de produtos “nacionais” segundo a lógica do diamante liberal – cada aresta é um país que contribui para o Concerto das Nações com seu melhor lado (SEVCENKO, 1983), bem como a era do rádio, entre os anos 1930 e 1950 e, por fim, o contexto neoliberal dos anos 1990, transcorrido nos três países, após o fim de experiências ditatoriais.

Nos casos observados aqui podemos notar um movimento que envolve internacionalização de práticas culturais simultâneo a um resgate da tradição e valorização das culturas e identidades locais nos vetores temporais que abordamos. Como aponta Clifford Geertz, o capital é móvel e:

Não importa o que desejemos ou encaremos como esclarecimento, a diversidade das culturas persiste e prolifera, mesmo em meio e até em resposta às poderosas forças de vinculação da indústria, das finanças, das viagens e do comércio modernos. Quanto mais as coisas se juntam, mais ficam separadas: o mundo uniforme não está muito mais próximo do que a sociedade sem classes. (GEERTZ, 2001, p. 217)

Nas décadas iniciais do século XX, a tecnologia aliada ao capital e poder político transforma práticas culturais locais em símbolos nacionais. Ao fim do século XX e início do XXI, observamos um movimento de patrimonialização, marcado pelo resgate da tradição enquanto elemento identitário e desenvolvimento da indústria turística e consequente exploração econômica.

O impacto do capital e do poder político nesses processos é inegável e decisivo, contudo, seria errôneo deslegitimar o caráter popular e original de cada uma dessas manifestações. Buscamos mostrar a complexidade desses fenômenos culturais global e localmente. Do mesmo jeito que a objetificação turística produz efeitos perversos nas comunidades de origem, o bom funcionamento da indústria

turística pode assegurar emprego e melhores condições de vida contingentes preteridos há séculos.

Não existe uma estratégia que articule automaticamente os interesses patrimoniais e culturais aos turísticos e econômicos, desse impasse é que emerge a necessidade do modelo de gestão patrimonial da *governança deliberativa*, instrumento que visa a salvaguarda do patrimônio, mas que evita tanto a museificação dos espaços e a elitização dos espetáculos.

Movimentos de resgate, valorização, panteonização, patrimonialização e museificação de diversas manifestações culturais populares no fim do século XX tomaram corpo após a redemocratização de Portugal, Argentina e Brasil e isso não é mera coincidência. Mas, ao lado desses gestos políticos e sociais, a influência neoliberal também se fez presente, formatando e filtrando manifestações culturais com apelo turístico, por vezes imputando o esquecimento social e abandono por parte do poder público de expressões culturais não atrativas para a indústria turística. A criação desses produtos turístico-culturais coincidiu com a promoção do multiculturalismo por parte da ONU e Unesco. Por sua vez, o multiculturalismo cresceu e ganhou adeptos com a intensificação do turismo internacional nas últimas décadas.

Diante deste cenário, as atuais políticas patrimoniais procuram operar de forma a fornecer certezas de um porto seguro em que se torne possível atracar uma identidade. Diante da pluralidade cultural global, a patrimonialização permite a reivindicação dos particularismos, em que cada localidade pretende afirmar-se ao elaborar um discurso de ligação às raízes e de valorização de uma herança cultural única. A patrimonialização e as reafirmações particularistas funcionam como meios de personalização, de ser autêntico e de se sentir orgulho nelas. (FALCÃO, 2017, p. 32)

O novo contexto de circulação de bens e pessoas, marcado pela internacionalização da mão de obra e pelo intercâmbio de estudantes aliados ao potencial de difusão midiática da internet, estimulou a busca por produtos culturais “autênticos” e “únicos”. É nesse movimento de busca pelo “original” – às vezes exótico – que emergiram políticas públicas de salvaguarda de patrimônios culturais, principalmente os imateriais e os empreendedores do século XXI entenderam que as marcas de sucesso pautam suas operações em experiências de consumo. Nesse elo repousa a possibilidade de articular turismo e patrimônio.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, R. O fado como integrante do sistema de transformações lundu-modinha-fado: notas para um modelo histórico-antropológico das relações musicais brasil/portugal/áfrica. *In: VALENTE, H. (org). **Trago o fado nos sentidos**: cantares de um imaginário atlântico.* São Paulo: Letra e Voz, 2013. p. 18-31.
- BARROS, J. D. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007.
- COOPER-RICHET, D. **Transferências Culturais, circulação de ideias e práticas**: o caso da França e do Brasil no século XIX. Tradução de Valéria Guimarães. Assis: VI Encontro do CEDAP, 2012.
- CUNHA, F. **Da marginalidade ao estrelato**: o samba na construção da nacionalidade. São Paulo: Annablume, 2004.
- CUNHA, F. As matrizes do samba carioca e carnaval: algumas reflexões sobre patrimônio imaterial. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 5, n. 2, p. 34-57, 2009.
- FALCÃO, E. **Toda a gente virou fadista**: ressonâncias do processo de patrimonialização do fado na cidade do Porto. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Porto, Porto, 2017.
- GASPAROTTO, L. Alma e destino do povo português: a fado como identidade nacional lusa no limiar do Estado Novo (1927-1933). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 80-96, 2014.
- GASPAROTTO, L. **Se não é canção nacional, para lá caminha**: a presentificação da nação na construção do samba e do fado como símbolos identitários no Brasil e em Portugal (1890-1942). 2019. Tese (Doutorado em História) – PUC-RS, Porto Alegre, 2019.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LAGE, O. História comparada e método comparativo historiográfico: problemas e propostas. Atas do Workshop Alto Douro e Pico. Paisagens culturais vinhateiras Patrimônio mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada, Porto, 2018.
- MOREL, H. Buenos aires, la Meca del tango: procesos de activacion, megaeventos culturales, turismo y dilemas en el patrimonio local. **Publicar**, Buenos Aires, v. 11, n. 15, p. 55-74, 2013.
- NERY, R. V. **Para uma história do fado**. Lisboa: Público: Corda Seca, 2004.
- RODRIGUES, I. **O Fado e a valorização turística dos bairros lisboetas**: estudo de caso no bairro de Alfama. 2016. Dissertação (Mestrado em Turismo e Educação) – Universidade de Lisboa, 2016.
- ROMERO, A. Buenos Aires, história e tango: crise, identidade e intertexto nas narrativas “tangueras”. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2012.
- SANTOS, R. “Mi Buenos Aires querido”: o tango como expressão da nacionalidade argentina nas políticas culturais do regime peronista (1946-1955). *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS*, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Itaú Cultural, 2011.
- SENKIW, M. Tango, dimensión económica y turismo. **Blog Fractura Exposta**, [S. l.], 17 mar. 2017. Disponível em: <http://www.fracturaexpuesta.com.ar/tango-economia-y-turismo/>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- SEVCENKO, N. O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 85-94, 1983. São Paulo, 1983, p. 85-94.
- SOUZA, R. N. de. Um turismo afadistado: uma análise dos usos turísticos e de lazer do fado nos bairros tradicionais de Lisboa. **Revista Semina**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 189-199, 2014.
- STARLING, M. Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS*, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa e Itaú Cultural, 2011.

Pac cidades históricas: análise da experiência de Congonhas sob a ótica do culto moderno aos monumentos¹

Pac historical cities: analysis of Congonhas' experience from the perspective of the modern cult of monuments

ALEXANDRE AUGUSTO DA COSTA^A

^aDocente do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, (Unipac), Barbacena, mestre em Comunicação Social pela UFJF.
E-mail: llexxander@gmail.com

Este artigo propõe um debate entre as ações do programa PAC Cidades Históricas do governo federal em investimentos e requalificação dos sítios históricos e do entorno urbano a partir da experiência nos últimos anos da cidade de Congonhas – MG, observando as conceituações do historiador austríaco Alois Riegl (2014) sobre o culto moderno aos monumentos. Congonhas guarda o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, reconhecido pela Unesco como patrimônio da humanidade (1985): a obra-prima do mestre barroco Antonio Francisco Lisboa (Aleijadinho) com os 12 profetas em pedra-sabão e as 66 esculturas dos passos da paixão de Cristo no conjunto da Basílica. Na segunda década do presente século a Prefeitura Municipal criou uma equipe de trabalho permanente para elaboração, captação, gerenciamento e execução das obras do programa do governo federal, que envolvem os principais prédios do período colonial e, de forma mais abrangente, o entorno da região da Basílica com intervenções de restauro e requalificação urbana. Nesse sentido, este trabalho busca pensar as categorias de Riegl (2014) sobre o “querer da arte” na modernidade como ponto central e, de forma preliminar, suscitar algumas discussões sobre o conceito de reflexividade de Henri-Pierre Jeudy (2005).

Palavras-chave: monumento, patrimônio, restauração, preservação, políticas de salvaguarda.

This article proposes a debate between the actions of the PAC program Historic Cities of the Federal Government in investments and requalification of historical sites and urban surroundings based on the experience in the last years of the city of Congonhas, state of Minas Gerais, Brazil, by observing the concepts of the Austrian historian Alois Riegl (2014) on the modern cult of monuments. Congonhas keeps the Sanctuary of Senhor Bom Jesus de Matozinhos, recognized by UNESCO as a World Heritage Site (1985): the masterpiece of baroque master Antonio Francisco Lisboa (Aleijadinho), with 12 prophets in soapstone and 66 sculptures of the steps of the passion of Christ in the whole of the Basilica. In the second decade of the 20th century, the Municipality created a permanent work team for the elaboration, collection, management and execution of the works of the Federal Government program that involve the main buildings of the colonial period and in a more comprehensive way the surroundings of the Basilica region with restoration and urban requalification interventions. In this sense, this study seeks to think the categories of Riegl (2014) about the “wanting of the art” in modernity as a central point and, preliminarily, to raise some discussions about the concept of reflexivity by Henri-Pierre Jeudy (2005).

Keywords: monument, patrimony, restoration, preservation, safeguard policies.

1 Texto oriundo do II Simpósio Internacional: Patrimônios, Cultura, Identidades e Turismo. Ourinhos-SP, 25 de abril de 2019.

INTRODUÇÃO

Ao ser contratado pelo governo da Áustria em 1902 para fazer um inventário e construir as bases de uma política pública de preservação do patrimônio, o historiador Alois Riegl talvez não imaginasse que no decorrer de sua investigação construiria categorias de análise que inspirariam a proteção e salvaguarda do patrimônio, sobretudo nos países da Europa e da América Latina nos séculos seguintes. As colaborações do historiador dedicadas à evolução histórica, aos valores de rememoração e ao culto moderno aos monumentos forneceram aos campos da pesquisa e da gestão pública um mapa precioso com indicações iconográficas e rotas que podem ser tomadas para a compreensão e gestão dos legados patrimoniais que são fruto das manifestações artístico-culturais de determinada época.

Como bem explica Carlos Ferreira de Almeida, ao longo dos séculos a palavra monumento sofreu metamorfoses. Derivada do verbo latino *monere*, de ‘advertir, lembrar’, este sentido do termo, como obra que lembra, se manteve durante a Idade Média, quando a “palavra ‘moimenta’ significava, sobretudo, uma construção tumular” (ALMEIDA, 1993, p. 411). De acordo com Alois Riegl (2014, p. 31), o que é central nas sociedades na constituição de um monumento é a busca pela imortalidade que se materializa por meio da arte ou da escrita. Riegl profetiza que a criação e conservação dos monumentos volúveis (aqueles feitos com a intenção de atravessar outras temporalidades) se encontram nas mais remotas épocas da cultura humana – o que pode ser verificado até os dias atuais. Neste sentido, o monumento atua como âncora em que se firmaria a memória das pessoas, das sociedades ou de um povo, como indicadores de identidade e de classificação – ou lugar de memória.

Mas o teórico faz questão de reforçar que a preocupação principal do seu trabalho não é abordar a conservação e o culto moderno dos monumentos volúveis, mas sim aos monumentos históricos e artísticos. Afinal, o que é artístico e o que é histórico? Com a intenção de esclarecer esta questão, pontua que a “[...] obra de arte é toda criação humana tangível, visível ou audível, que apresenta valor de arte; sendo monumento histórico toda obra de constituição análoga que possui valor histórico” (RIEGL, 2014, p. 32).

De forma a esclarecer este problema, o teórico afirma que todo monumento de arte, sem exceção, é ao mesmo tempo também uma construção histórica, já que em determinada escala na evolução das artes

plásticas – a rigor – não encontra um substituto equivalente (RIEGL, 2014). Inversamente proporcional, podemos considerar que “todo monumento histórico é também um monumento de arte”, pois mesmo um escrito banal, como um pedaço de papel com uma curta nota sem muita importância, contém um valor histórico no que diz respeito à evolução técnica da fabricação do papel, do desenvolvimento da escrita, dos materiais e recursos usados para a execução da escrita etc. Esta concepção veio a partir do século 15, na Itália, quando as obras da Antiguidade começaram a ser reconhecidas mais pelas características artísticas e históricas e não apenas por representarem símbolos dos feitos da Grécia ou de Roma. Françoise Choay (2001) relembra que nesta época o homem ainda não tinha descoberto as grandes navegações, então não tinha uma relação com o futuro, com o novo e nem com o passado. Essa percepção veio muito depois, após inaugurada esta etapa geográfica e mercadológica.

Nestas novas rotas é que surge o valor de rememoração, que deixa no caminho – sem abandonar totalmente – aquela ligação à memória coletiva e segue nutrindo o leito de um terreno histórico-artístico. Ao resolver este enlace, Riegl (2014, p. 33) propõe uma nova reflexão ao indicar que estes conceitos não são paradoxais, mas se entrelaçam em uma perspectiva que antes inclui, não exclui. Pensando desta maneira, o monumento possuiria, além do valor artístico, uma qualidade histórica, tornando-se histórico-artístico.

A modernidade teria inaugurado, então, nesta perspectiva, um novo tipo de culto aos monumentos, muito mais ligado ao valor que lhe é atribuído. Esta veneração estaria diretamente relacionada à compreensão do *Kunstwollen* – querer da arte ou vontade artística de cada época.

OBJETIVOS

O presente artigo tem por objetivo principal analisar as políticas públicas, em especial a experiência do PAC Cidades Históricas em Congonhas (MG) à luz das categorias de Riegl (2014) sobre o “querer da arte” na modernidade.

Como objetivos secundários, o trabalho propõe observar o processo de implementação destas políticas públicas, problematizar a inflação de patrimônios e o tipo de cidade que está sendo espelhada, utilizando como aporte teórico o conceito de reflexividade de Henri-Pierre Jeudy.

O CONCEITO DO CULTO MODERNO AOS MONUMENTOS

Na obra *O culto moderno aos monumentos* (2014), Alois Riegl estabelece alguns dos preceitos para a compreensão e desenvolvimento do olhar contemporâneo para os valores de memória, a saber: 1. valor de antiguidade; 2. valor histórico; e 3. valor volitivo da memória.

O primeiro ponto é fruto das transformações do “valor histórico” (que se transfigurou do individual, insolúvel) ao coletivo e modificou-se em “valor evolutivo”. “Esse valor evolutivo é o valor de antiguidade, que conhecemos há pouco e que pode ser definido como o produto lógico do valor histórico que o precedeu quatro séculos atrás” (RIEGL, 2014, p. 44). Esta aproximação denota que a existência do valor de antiguidade é uma consequência do valor histórico. Se o segundo valor foi predominante no pensamento europeu do século 19, o primeiro despontou como a principal preocupação do século 20.

Já no valor de antiguidade, o monumento é interpretado como um objeto dinâmico (orgânico), que traz em si o desgaste natural das marcas do tempo e das forças da natureza. Este valor reforça os contrastes, as diferenças que podem ser percebidas, não apenas pelos estudiosos ou por pessoas de classes mais instruídas, mas também pelas massas. O valor faz também uma contraposição com o tempo presente e se mostra como algo incompleto, talvez por certa inclinação à dissolução da forma e da cor. Rejeita toda e qualquer ação interventora na conservação ou restauração que tente ir contra o desenrolar das leis naturais da natureza. Essa posição de não-intervenção, porém, se excetua em casos de ameaças de uma destruição violenta, seja pela ação do homem ou da natureza. Este posicionamento “maduro” da relação com o monumento é considerado, no entendimento de Riegl (2014), um traço da modernidade, um ícone da emancipação do indivíduo.

O historiador, porém, reconhece que no século 19 a apreciação ao máximo do valor histórico se constituiu como uma proteção legal aos monumentos. No segundo pressuposto teórico (valor histórico), “expande-se o círculo com a inclusão das obras que indicam um determinado momento, mas cuja escolha foi resultado da nossa vontade subjetiva” (RIEGL, 2014, p. 39). Este conhecimento, no entanto, dificilmente alcança as massas, limitando-se aos especialistas, conhecedores da história da arte. O monumento é compreendido neste conceito como

testemunho de uma determinada época, de um certo estágio da evolução humana pertencente ao passado. Pelo fato de possuir esta dimensão documental, deve ser o mais fiel possível, ou o mais aproximado do momento da sua criação. Deve, portanto, ser preservado, de forma preventiva ao desgaste das forças naturais.

No centro da discussão está a prerrogativa de que o monumento deve ser intocável, mantendo os aspectos de autenticidade, para que, eventualmente, abra a possibilidade de se fazer uma restituição histórico-artística. Esta mimese, porém, é permitida desde que sirva para auxiliar a pesquisa científica, e não se propor como uma substituta da original com vistas à mera apreciação estética. Riegl, de maneira otimista, acredita que, no futuro, devido às possibilidades de técnicas de reprodução, as exigências da pesquisa histórica impulsionadas pelas novas descobertas tecnológicas possam ser satisfeitas pelo uso de “substitutos perfeitos dos originais” (RIEGL, 2014, p. 62).

Quanto aos momentos volíveis, são reconhecidas, na compreensão de Riegl, aquelas obras em que seus criadores manifestaram desejo de lembrar um determinado momento do passado, buscando a eternidade. Em outras palavras, a premissa fundamental dos monumentos comemorativos volíveis é a restauração – valor de atualidade. O historiador austríaco ressalta que estes anseios geralmente são amparados pela legislação que fornece os instrumentos legais para as intervenções. A fim de esclarecer estas distinções, Riegl coloca em uma mesma mesa, frente a frente, o valor volitivo de memória e o de antiguidade:

O conflito dessa classe de monumentos com o culto de antiguidade está dado a priori e de forma ininterrupta. Sem restauração, tais monumentos deixariam logo de ser volíveis e de existir. O culto de antiguidade é, portanto, desde o início, o inimigo mortal do valor comemorativo volível. (RIEGL, 2014, p. 64)

Este valor, no entender de Riegl, visaria sempre a integralidade das obras, de maneira a atenuar ou eliminar as marcas do desgaste natural do tempo. Porém, alerta que, cedo ou tarde, pode-se alcançar os limites destas interferências.

Os elementos valorativos da contemporaneidade estariam diretamente relacionados com dois tipos de necessidades do homem na visão de Riegl (2014, p. 66): 1. sensíveis: diz respeito aos valores práticos ou utilitários; e 2. especiais: compreende as demandas sensíveis

ou espirituais. Esta última dimensão se divide ainda em: a) valor elementar ou de novidade – depende do estado de integralidade de uma obra recentemente concluída; e b) valor relativo: alicerçado na aceitação do *Kunstwollen* (querer da arte) moderno.

Compreende-se por valores utilitários, nos aspectos sensíveis, aqueles que são de caráter funcional destinados a fins pragmáticos – sejam eles religiosos ou profanos. Em outras palavras, são elaborados para uma determinação de uso que não poderia encontrar um substituto para a mesma utilização. Estes valores estariam em permanente conflito com o de antiguidade. Nesta perspectiva, somente as obras sem utilidade poderiam ser apreciadas segundo o valor de antiguidade. A degradação ou desgaste natural do tempo poderiam ser vistas pela ótica contemporânea como algo que poderia incomodar o olhar, ao não apresentar o valor atual esperado (RIEGL, 2014, p. 68). Já o valor utilitário poderia colocar em colisão mesmo os argumentos dos defensores do valor utilitário, quando a não-interferência no desgaste natural de um monumento colocasse em risco iminente a vida das pessoas. Neste caso, a integridade humana deve ser prioridade.

A abordagem dos valores especiais do homem pressupõe que todo monumento tem um valor estético que seja capaz de atender às exigências do *Kunstwollen* moderno. Dito de outra maneira, deve-se assumir o compromisso de que os traços de degradação sejam eliminados, priorizando os aspectos originais da obra em forma e cor (RIEGL, 2014, p. 70). Este valor seria mais perceptível ao olhar do cidadão comum, componente das massas, pois traz em si a simbologia do vencedor, da superioridade do novo sobre o velho. Por outro lado, haveria uma vontade contemporânea, segundo Riegl, de se afirmar o presente sobre o passado. A visão moderna advoga não apenas que se mantenha a integralidade perfeita das formas e das cores das obras de outrora, mas também que se estabeleça uma distinção do estilo quanto às obras do presente em relação ao passado. Os monumentos contemporâneos necessitam ser os mais distintos possíveis no detalhamento e nas formas: o presente deve se sobrepor ao passado (RIEGL, 2014, p. 73).

OS MONUMENTOS E A RELAÇÃO QUE ESTA-

BELECEM COM A MEMÓRIA

Não é precipitado dizer que o trabalho de Alois Riegl forneceu um importante norte na construção de uma certa consciência patrimonial nas sociedades ocidentais. Cabe ressaltar que durante mais de dois milênios – desde a Antiguidade até quase nossos dias – a palavra patrimônio preconizava um conjunto de bens materiais, ou pertença de uma pessoa jurídica, indivíduo, casa ou instituição.

O aspecto contemporâneo da palavra patrimônio tem sua origem na Revolução Francesa. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1993) lembra que em meio à destruição, às pilhagens e deterioração dos bens da igreja e da monarquia, alguns políticos daquele tempo começaram a falar metaforicamente em proteger o “patrimônio artístico e monumental da nação” (ALMEIDA, 1993, p. 409).

Esse sentido foi se perdendo ao longo do século 19. Pensava-se muito em “monumentos históricos”, em “monumento histórico” e pouco depois, em “monumentos nacionais” (ALMEIDA, 1993). Françoise Choay frisa que até a primeira década do século 20, patrimônio e monumento eram quase sinônimos, com uma maior predominância da ideia de pedra e cal (edificações). Essa conotação se modificou na década de 1960, mais precisamente a partir da Recomendação de Paris, em 1962, que ampliou o conceito de patrimônio cultural, estendendo-se à beleza das paisagens e sítios, rurais ou urbanos (IPHAN, 1962). Esta concepção passou a ser compreendida como uma “[...] herança que não para de aumentar, por via da anexação de novos tipos de bens e através do alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior dos quais se inscrevem estes bens” (CHOAY, 2001, p. 12). Esta ótica foi ampliada pela atuação da Unesco na centralização das políticas internacionais de identificação e salvaguarda, sobretudo a partir da Conferência de Nairóbi, em 1976, que reforçou a preocupação da função dos conjuntos históricos e sua ambiência na vida contemporânea, e estabeleceu algumas diretrizes para se pensar o turismo (IPHAN, 1976).

É sempre válido salientar que a construção da identidade possui uma estreita ligação com a memória. Toda comunidade humana busca esta referência, substância fundamental da constituição do Patrimônio Cultural. Os monumentos são uma espécie de âncora em que se acorrenta o barco da memória. São eles que proporcionam segurança às comunidades e as permite a tranquilidade de se verem no presente e projetarem o futuro. Nesta

abordagem, o patrimônio não deve ser observado apenas como uma reserva, nostalgia ou recordação do passado, mas também servir como um meio para compreender o presente – e integrar a vida contemporânea. A declaração de Québec² (1984) também reconhece a importância da memória e chama a atenção dos governos locais para que coloquem à disposição e convoquem equipes de pesquisa multidisciplinar para melhor compreender e transmitir a “alma do lugar”. Estes elementos nos permitem pensar, na contemporaneidade, nas políticas públicas desenvolvidas na cidade de Congonhas por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas, que será detalhado adiante.

Porém, o zelo e o entusiasmo muitas vezes podem fazer saltar notas desagradáveis da tessitura de memórias e provocar impasses ou certos tipos de violência que se estabelecem na imposição de uma suposta qualidade sobre outra. Os conceitos de Alois Riegl sobre o culto moderno aos monumentos, neste sentido, são essenciais para o entendimento da relação moderna da memória e da estética.

É o que denuncia Carlos Alberto Ferreira de Almeida quando faz uma dura crítica ao excesso de patrimonialização das gestões, sobretudo nacionais, denominadas por ele como “Complexo de Arca de Noé” – uma certa tendência contemporânea que causa impasses e estagnações, já que não se pode conservar tudo o que se tem interesse.

A mesma observância é anotada por Henry-Pierre Jeudy, em *Espelhos da Cidade* (2005). Neste trabalho, o historiador condena, nas gestões urbanas, o que chama de “reflexividade” – a tentativa de se criar uma equivalência geral com certas singularidades culturais. No entendimento do teórico, isso acaba criando simulacros, espelhamentos que miram sobretudo o passado, com olhos negligentes para o presente, provocando uma certa mortificação do que está vivo.

Em outras palavras, é como se a única saída para a afirmação cultural de uma cidade ou comunidade fosse a iniciativa de olhar-se no espelho, replicando enquadramentos de um mesmo objeto. O maior perigo desta tendência contemporânea das sociedades ocidentais é a cidade tornar-se um museu de si mesma na busca obsessiva por uma eterna identidade mantida por retoques de cirurgia plástica ou liftings.

Para Jeudy, a noção de reflexividade é um modo determinante de preservação da ordem simbólica de uma sociedade. Mas essa preservação, no entanto, se tornou mundial, “globalizada”. O que interessa hoje é a forma pela qual um certo enquadramento simbólico assegura a transmissão de sentido. A questão patrimonial se torna cada vez mais um problema de como se processa esta dinâmica. O enquadramento simbólico supõe uma determinada gestão das representações comuns de uma sociedade ou de uma cultura.

A gentrificação, que consiste na espetacularização dos espaços por meio da standardização e a consequente expulsão (mesmo que indireta como consequência das intervenções da especulação imobiliária gerada por este processo) dos moradores nativos dos locais por outros de classes elitizadas é outro alerta importante que faz Jeudy (2005, p. 74). A nova paisagem urbana é composta por um apelo turístico das cidades que faz novas interpretações dos espaços, criando equipamentos sociais que se associam ao patrimônio local. Novos layouts são justapostos ao tecido urbano já presente, criando sobreposições em desenhos, estilos e técnicas de representar a identidade que acabam padronizando as representações e, por conseguinte, causam a gentrificação.

Ao trabalhar o contexto português de preservação, Almeida (1993) acredita que uma das saídas para uma melhor preservação é a tomada de consciência por meio do poder público e da comunidade local a respeito do patrimônio que possuem. Nesta perspectiva, somente o entendimento do patrimônio como substância primária permitirá que se desdobrem em cores secundárias que, olhadas em conjunto, podem formar o mosaico da memória coletiva ou a alma do lugar.

Presumimos que a gestão pública local possui, neste sentido, um papel central na classificação e gerenciamento dos patrimônios. Desta forma, este artigo propõe fazer um debate sobre a atuação da prefeitura de Congonhas na captação, gerenciamento e implementação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Cidades Históricas) do governo federal nos últimos anos. A cidade da região central do estado de Minas Gerais é polo econômico do Quadrilátero Ferrífero, detém as maiores empresas de mineração do país, como a Vale, CSN e Gerdau³,

2 Disponível em: <https://bitly.com/9QaRE>. Acesso em: 22 nov. 2020.

3 Além do ICMS das mineradoras, é cobrada a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) – uma das principais fontes de arrecadação do

e abriga na Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos a obra-prima do artista barroco brasileiro Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), com os 12 profetas em pedra sabão e as 66 esculturas em cedro da *Via Crucis*. Em 1985, a Unesco concedeu a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade ao santuário.

A prefeitura de Congonhas criou, em 2013, uma equipe de trabalho permanente composta por técnicos em diversas áreas da administração pública⁴ para elaborar, submeter, captar e executar obras de restauração e de requalificação dos monumentos e sítios históricos. Os recursos adquiridos no programa PAC Cidades Históricas do governo federal são da ordem de R\$ 25 milhões⁵. Os detalhes dos recursos adquiridos e a atuação do grupo de trabalho de gestão do programa federal serão detalhados nos parágrafos seguintes.

A EXPERIÊNCIA DO PAC CIDADES HISTÓRICAS EM CONGONHAS (MG)

O PAC foi lançado em 2007 pelo governo federal e coordenado pelo Ministério do Planejamento com atenção especial na elaboração e execução de obras de infraestrutura social, urbana e logística. Em 2011 entrou na segunda fase e ampliou a parceria com estados e municípios. No ano de 2013, o Ministério do Planejamento, em parceria com universidades, governos municipais e a Caixa, criou uma linha específica de atuação centrada nos sítios históricos protegidos pelo Iphan: PAC Cidades Históricas. Os recursos do programa são liberados pelo

município de Congonhas. Após 10 anos de uma batalha que envolveu empresas mineradoras e governos municipais, foi sancionada em 19 de dezembro de 2017 e publicada no *Diário Oficial da União* a Lei 13.540/2017, que altera alíquotas da CFEM. Disponível em: <https://bityli.com/S9Y0J>. Acesso em: 23 nov. 2020.

4 A equipe é composta pelo secretário de Planejamento e coordenador, Antônio Odaque da Silva, a secretária de Obras da cidade, Rosemary Aparecida Benedito, o diretor de Patrimônio Histórico, Luciomar Sebastião de Jesus – que é também escultor e pintor – além de dois arquitetos, três engenheiros civis, uma advogada, dois economistas e um urbanista.

5 Disponível em: <https://bityli.com/hvKNn>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Iphan à medida que os projetos são aprovados e as obras executadas pelas gestões municipais.

O PAC Cidades Históricas está sendo implantado em 44 cidades de 20 estados da federação. Ao todo foram selecionadas 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos com um investimento de R\$ 1,6 bilhão⁶. Em Minas Gerais foram aprovados investimentos nas cidades de Belo Horizonte, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Serro e Congonhas. Na Cidade dos Profetas de Aleijadinho foram selecionados 10 projetos de intervenção no restauro de bens históricos com um total de R\$25,08 milhões, como detalharei adiante. É importante ressaltar que o fato de ter a chancela de Patrimônio da Humanidade não garante por si própria a captação e implementação das obras. Os recursos somente são liberados após a aprovação dos projetos e de acordo com o andamento da execução das obras⁷.

Antes de adentrar na análise da captação e efetivação dos recursos do PAC Cidades Históricas em Congonhas, cabe destacar que a cidade recebeu outros investimentos importantes em projetos de requalificação urbana que buscaram estabelecer um diálogo entre os sítios históricos e o centro do município como: a reforma e modernização da Praça JK, que interliga as igrejas da Matriz e do Senhor Bom Jesus; e a construção do moderno Museu de Congonhas (centro de referência em educação patrimonial) que fica localizado entre a Basílica e a Romaria. O Museu é de iniciativa da Prefeitura de Congonhas, que utilizou recursos próprios e outros captados pela Lei Rouanet, em diálogo com o programa Monumenta, do Iphan, e buscou o patrocínio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Vale, Gerdau e o Banco Santander.

O espaço⁸ funciona como “museu de sítio”, fazendo a mediação entre o Santuário e o público e busca

6 Disponível em: <https://bityli.com/xumlU>. Acesso em: 23 nov. 2020.

7 Disponível em: <https://bityli.com/TEEfQ>. Acesso em: 23 nov. 2020.

8 Inaugurado oficialmente em 15 de dezembro de 2015, o Museu de Congonhas está instalado em um edifício de 3.452,30 m² e foi construído ao lado do Santuário, a partir de um projeto do arquiteto Gustavo Penna, vencedor de um concurso nacional. O edifício contempla em três pavimentos: sala de exposições, reserva técnica, biblioteca, auditório,

qualificar a experiência de visitação ao intensificar os sentidos e a percepção, seja por meio de descrições, interpretações ou da criação de condições favoráveis à fruição. O museu ainda guarda a maior coleção de ex-votos do Brasil. O acervo que pertencia à colecionadora Márcia de Moura Castro e foi doado ao Iphan em 2011 é composto por 342 peças de devotos que manifestaram a fé na entrega de objetos como lembrança de uma graça alcançada. O espaço ainda abriga cópias em gesso de dois profetas (Joel e Daniel) – a partir de cópias em 3D⁹ destas e das demais esculturas em pedra sabão feitas a partir de um projeto de iniciativa da Unesco, que mapeou digitalmente as obras para garantir réplicas perfeitas caso as mesmas sofressem alguma deterioração grave¹⁰.

Após a descrição das principais e recentes intervenções da prefeitura municipal na malha urbana,

ateliê, espaço educativo, cafeteria, anfiteatro ao ar livre e áreas administrativas. Disponível em: <https://bitly.com/KCa3F>. Acesso em: 23 nov. 2020.

- 9 Na proposta original do museu de Congonhas, cogitou-se a transferência completa dos 12 profetas em pedra sabão de Aleijadinho (em processo de degradação, com marcas de vandalismo e desgaste do tempo) e a substituição por cópias perfeitas. Porém, com o amadurecimento da discussão, optou-se por realizar as cópias para fins de pesquisas e estudos histórico-artísticos. Disponível em: <https://bitly.com/CqnyS>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- 10 Em 4 de junho de 2020 o BNDES aprovou projeto proposto pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas – FUMCULT para a confecção de réplicas de dez dos 12 profetas do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos. Serão produzidos moldes de segurança dos profetas Isaias, Jeremias, Baruc, Ezequiel, Daniel, Oseias, Abdias, Amós, Habacuque e Naum. Até então só havia sido feita as réplicas de Joel e de Jonas, realizadas em 2011 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional – IPHAN e pela UNESCO. O projeto ainda contemplará a expansão do Museu de Congonhas, espaço anexo ao santuário inaugurado em 2015 com o apoio do BNDES. O museu, que pretende disseminar a importância da história local através do uso de recursos tecnológicos, construirá a Galeria dos Profetas. Ali serão expostas as réplicas dos profetas, de forma também a reunir o conhecimento na preservação de esculturas em pedra-sabão. Está previsto ainda no projeto o funcionamento de um anfiteatro para receber ações culturais complementares. Os recursos do BNDES serão utilizados, por fim, na estruturação de ações para melhoria da sustentabilidade financeira do Museu de Congonhas. Disponível em: <https://bitly.com/A4eBv>. Acesso em 23 de nov. 2020.

adentremos na atuação da equipe de trabalho criada pelo governo local em 2013 para a captação, gerenciamento e execução das obras do PAC Cidades Históricas. Assim que foi criado, o grupo apresentou ao Iphan 27 projetos de intervenções que incluíam o restauro de elementos artísticos de igrejas coloniais, a construção e a requalificação dos espaços públicos no entorno dos sítios históricos, em especial os pertencentes à área reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade. No processo seletivo do Iphan participaram 44 municípios brasileiros com bens reconhecidos nacionalmente e mundialmente. Congonhas teve 10 projetos aprovados através da portaria do Iphan nº 383 de 20 de agosto de 2013 (ver tabela 1).

Tabela 1 – Projetos selecionados: portaria do Iphan nº 383, 20/8/2013.

Restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos
Restauração do prédio da antiga Câmara de Vereadores
Restauração do Cine Teatro Leon
Restauração do Museu da Imagem e Memória
Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal
Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
Restauração da Igreja do Rosário
Implantação do Parque Nacional Municipal da Romaria
Requalificação e reforma do Centro Cultural Romaria e Teatro
Requalificação do adro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas (2018).

Dos recursos garantidos do PAC Cidades Históricas, foram concluídas (ver tabela 2) e entregues em 2017 as obras de: requalificação da Alameda Cidade Matosinhos de Portugal (R\$ 2,3 milhões); restauração da Matriz Nossa Senhora da Conceição (R\$ 1.398.370,69) – com o apoio da Igreja católica e do MPF; e a reconstituição dos elementos artísticos da igreja de Nossa Senhora do Rosário, datada do século 17, no valor de R\$ 904.933,96 pelo Iphan.

Em 2018 foram entregues as obras de restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, com o aporte de R\$ 2,7 milhões do governo federal (que transferiu a ordem dos recursos para o programa Agora

é Avançar) e outros R\$ 492.931,42 para o projeto da obra, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público Federal. Todas as obras contaram com a colaboração da Igreja Católica e equipe técnica da Prefeitura Municipal, que acompanhou e orientou os trabalhos.

Tabela 2 – Obras e ações concluídas.

	VALOR UTILIZADO (IPHAN)	APOORTE (complemento) MUNICÍPIO	VALOR TOTAL
Elaboração de projetos restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos	56.712,89		56.712,89
Elaboração de projetos restauração do prédio da antiga Câmara de Vereadores	94.254,48		94.254,48
Elaboração de projetos restauração do Cine Teatro Leon	116.458,85		116.458,85
Elaboração de projetos restauração do Museu da Imagem e Memória	128.305,08		128.305,08
Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal* – obra	1.984.847,50	20.326,21	2.005.173,71
<i>Restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos* – obra</i>	<i>2.277.338,61</i>		<i>2.277.338,61</i>
<i>Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição* – obra</i>	<i>1.378.718,67</i>		<i>1.378.718,67</i>

Restauração da Igreja do Rosário – obra*

* Foi executada a restauração dos elementos artísticos integrados. Em elaboração projetos para utilização do saldo de recursos.

Valor pactuado: valor previsto no termo de compromisso.
Valor IPHAN utilizado: valor efetivamente gasto ou utilizado até julho de 2018

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas (2018).

Estão ainda em execução obras iniciadas no fim de 2018: a construção do Parque Natural Municipal da Romaria e o teatro Municipal (que está sendo erguido ao destinado ao projeto de intervenção e execução na obra de restauro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, o MPF está custeando o projeto de intervenção e execução de serviço de desinfestação e imunização das esculturas de madeira da *Via Crucis*, como indica o Quadro 1.

entregue a 899.465,36 conclusão da restauração do prédio da Romaria, que foi transformado em centro cultural, abrigando museu, a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo (Fumcult), e estúdios de rádio e TV educativa¹¹. Já o projeto do adro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, o Iphan assumiu a execução da obra que ainda está em fase de estudos devido aos problemas estruturais de declividade onde estão situados os profetas de Aleijadinho.

Há outras frentes importantes sendo lideradas pelo Ministério Público Federal. Além do Termo de Ajustamento de Conduta no valor de R\$ 492.931,42

Quadro 1 – Frente do Ministério Público Federal na captação e destinação de recursos ao patrimônio de Congonhas.

Demais Informações: Existe um TAC PRMG/GB/MML

nº 07/2017, firmado com o Ministério Público Federal e a empresa Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A, para desvolvimento das seguintes ações:

– projeto de intervenção e eexecução de obra de restauração do telhado da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (executada - valor R\$492.931,42).

lado do mesmo espaço). Em 23 de novembro de 2020 foi

¹¹ Disponível em: <https://bitly.com/qAebB>. Acesso em: 23 nov. 2020.

– projeto de intervenção e execução de serviço de desinfestação e imunização das esculturas de madeira dos Passos da Ceia, do Horo, da Prisão, da Flagelação e Coroação de Espinhos, da Subida ao Calvário e da Crucificação de Cristo, localizadas nas seis capelas que compõem o Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Escultórico do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos.

O valor é R\$1.000.000,00, depositado em conta específica para o PAC, junto ao Fundo Profeta. Já foi transferido R\$600.000,00.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas (2018).

É importante ainda destacar a parceria do governo municipal na complementação de recursos do PAC das Cidades Históricas, como indica a tabela 3.

Tabela 3 – Projetos elaborados e obras complementadas com recursos do município.

Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal (Projeto)	80.389,93
Implantação do Parque Natural Municipal da Romaria (projeto)	96.371,30
Requalificação e reforma do Centro Cultural Romaria e Teatro (Projeto)	345.108,50
Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal – (Obra)	20.326,21
Implantação do Parque Natural Municipal da Romaria – (obra)	308.390,14

Na continuidade das obras de requalificação urbana, como a realizada na Alameda Cidade de Matozinhos, teremos outra intervenção, que será realizada com recursos do município e passará pelas Ruas da Recordação e Alípio Barbosa, as quais tornarão os principais acessos ao Teatro da Romaria e ao Parque Natural Municipal da Romaria.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas (2018).

Como já destacado por Almeida (1993), os municípios possuem um papel fundamental na classificação e na gestão dos assuntos patrimoniais. Os contingentes destinados à elaboração e execução dos projetos e obras fornecem subsídios que nos permitem apontar que há um grande interesse da cidade na restauração e requalificação dos bens patrimoniais e espaços públicos, que não fica a depender apenas dos recursos garantidos pelo programa do Governo Federal¹².

12 O fato de ser uma cidade mineradora, que arrecada recursos milionários como o ICMS e a CFEM, contribui para esta situação mais favorável. Em 2020 Congonhas,

Esta conduta pode também revelar outras intenções, como a inserção do turismo como alternativa econômica nas próximas décadas, já que a cidade é ainda muito refém da matriz mineradora. Contudo é preciso um olhar mais distanciado para poder ver com mais clareza como se conformaram os contornos e contrastes da paisagem patrimonial. Neste sentido, algumas perguntas saltam à superfície: como se estabelecem as relações com a memória? Quais valores do culto moderno aos monumentos são mais proeminentes? Estas são algumas das questões que tentarei esclarecer nos próximos parágrafos à luz das categorias de Alois Riegl (2014).

METODOLOGIA

Como metodologia, este artigo realizou uma discussão acionando as categorias de Alois Riegl, a partir dos subsídios fornecidos pelos documentos levantados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas e em matérias veiculadas no site oficial do governo local, no portal da Câmara Municipal e no portal virtual do Jornal Correio de Minas (de abrangência na Cidade dos Profetas), acerca da gestão municipal do PAC Cidades Históricas das obras já entregues¹³ e as que estavam em execução no ano de 2018. Mais precisamente, este artigo fará uma comparação das obras já concluídas (Alameda Cidade Matosinhos de Portugal; Igreja do Rosário – ambas finalizadas em 2016; Matriz de Nossa Senhora da Conceição – 2017; elementos artísticos da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos – 2018; do Centro Cultural da Romaria – 2020; e da construção que está em andamento, desde 2018, (Teatro Municipal) à luz deste teórico. Alguns aspectos sobre a reflexividade destacada de Henri-Pierre Jeudy (2005) serão suscitados nas reflexões finais deste artigo.

AS OBRAS DO PAC CIDADES HISTÓRICAS EM CONGONHAS (MG) SOB A ÓTICA DO

de apenas 50 mil habitantes, teve um orçamento aproximado de R\$500 milhões. Disponível em: <https://bit.ly/3cwuTbO>. Acesso em 23 de nov. 2020.

13 Será acrescentada a reforma das instalações do Centro Cultural da Romaria entregue em 23 de novembro de 2020.

CULTO MODERNO AOS MONUMENTOS

Ligando a Romaria ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, onde estão os 12 profetas em pedra sabão e as 66 esculturas em cedro do mestre do barroco Aleijadinho, a Alameda Cidade Matosinhos de Portugal recebeu recursos na ordem de R\$ 2 milhões. A prefeitura entrou com um aporte de R\$ 20.326,21 nas obras. A arquitetura se difere bem da colonial e

[...] contempla calçadas largas em quartzito e sem obstáculos que atrapalhem a caminhada; passarelas elevadas para travessia de pedestres; sinalização tátil auxiliando deficientes visuais; mobiliário urbano planejado e posicionado de forma adequada no ambiente; espaços de permanência; luminárias padrão; guarda-corpo em aço corten¹⁴; estreitamento de pista de carros, com objetivo de diminuir o tráfego de veículos devido à proximidade com o Santuário (JORNAL CORREIO DE MINAS, 2016)¹⁵.

Foram ainda realizadas obras do projeto lumino-técnico, do sistema de irrigação, do paisagismo e da recomposição do muro da Romaria que havia cedido em uma tempestade há alguns anos. Nas conceituações de Riegl (2014) identificamos o valor volitivo de memória na ligação evidente do monumento com o presente, apresentando adequações que se encaixam no tecido urbano dinâmico. A recuperação do muro que sustenta parte da Alameda também indica caminhos neste sentido, já que os adeptos deste valor combatem a degradação trazida pela natureza e das forças destrutivas da ação humana. É possível também identificar o valor histórico (evolutivo), já que a arquitetura contemporânea busca criar um elo entre dois sítios históricos (Basílica – patrimônio da humanidade) e a Romaria. Por fim, o valor de arte é expresso na utilidade pública do espaço, ao privilegiar o pedestre em detrimento dos carros e proporcionar novos lugares de convivência.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário é outra obra atendida pelos projetos municipais do PAC Cidades Históricas. Datada do final do século 17, é considerada pela Arquidiocese de Mariana o templo mais antigo de Congonhas. Foi erguida graças aos esforços das irmandades de N. Sra. do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. As obras de restauração custaram, com recursos do PAC, R\$ 904.933,96. A descoberta de uma verruma (instrumento de furação que lembra a pua) e dois malhos (ou macetes) foram atribuídas ao entalhador português Francisco Vieira Servas (1720-1811) pelo restaurador Geraldo Eustáquio Mendes de Araújo, que atua pela empresa Cantaria Conservação e Restauo, responsável pelas obras da igreja do Rosário. As ferramentas estavam localizadas pouco acima do entablamento, dentro do Arco do Cruzeiro, que é atribuído ao artista do século 18¹⁶.

As intervenções do Iphan por intermédio da prefeitura municipal se destacam pelo valor volitivo de memória com a preservação integral do monumento, visando a uma certa imortalidade do tempo em que foi erguida. O valor histórico também está presente, já que as restaurações buscaram mirar na autenticidade do lugar como um documento-monumento. A leitura dos elementos artísticos feita de maneira técnica pelo diretor de Patrimônio converge neste sentido.

Na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, as obras foram na ordem de R\$ 1.398.370,69. Além do valor empregado, a prefeitura disponibilizou mão-de-obra especializada com equipes técnicas da Diretoria de Patrimônio Histórico, ligada à Secretaria de Gestão Urbana, da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Obras. As intervenções almejavam recuperar o suporte da Igreja e dos elementos artísticos. Podemos observar nas obras de restauração da Matriz, de maneira bem clara, à luz conceitual de Alois Riegl (2014), o valor volitivo de memória, que reage a qualquer degradação das forças da natureza e da ação do próprio homem. O *Kunstwollen* moderno está presente na recuperação e na perenidade estética do valor de novidade com vistas não somente à apreciação da igreja e ao congelamento das forças destruidoras da

14 Corten é um tipo de aço que possui em sua composição elementos que melhoram as propriedades anticorrosivas. Este tipo de aço é muito utilizado na construção civil e apresenta, em média, três vezes mais resistência à corrosão que o aço comum. Disponível em: <https://bityli.com/Txl6e>. Acesso em: 23 nov. 2020.

15 Disponível em: <https://bityli.com/PoQTh>. Acesso em: 23 nov. 2020.

16 Disponível em: <https://bityli.com/Vos4B>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ação do tempo¹⁷, mas à utilidade do espaço (que recebe regularmente missas e cerimônias).

A restauração dos elementos artísticos da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (patrimônio da humanidade) custou cerca de R\$ 2.270 milhões. A obra durou dois anos e meio e foi entregue dia 28 de junho de 2018. As intervenções se concentraram no restauro dos elementos artísticos da Basílica, pintura externa, recuperação de relicários e imagens, como a do Bom Jesus crucificado, localizado no altar-mor. Detalhadamente, uma matéria do portal da prefeitura descreve as obras:

Entre as ações realizadas, destaca-se a recuperação de uma pintura do século 18 nas laterais do camarim do retábulo-mor e simbologia do martírio de Cristo; os quadros da sacristia, nártex, coro e da nave; balaustradas; cimalkas; forros; retábulos laterais e da sacristia; arco do cruzeiro; púlpitos; pias; lavabo de pedra sabão da sacristia; e a cruz de Feliciano Mendes. Durante a obra, foram encontradas pinturas expressivas, como o fundo da pintura do forro da nave que era cinza liso e escondia um céu com nuvens e tonalidades do azul ao rosado e ainda uma pintura sobre tela na parte superior da Cruz, com a representação do Crucificado¹⁸.

É possível inferir, diante destas informações, que as obras de restauração se coadunam com o conceito de valor histórico de Alois Riegl (2014), já que o monumento e seus elementos artísticos foram resgatados no aspecto original, como um vestígio intocável do passado, visando permanecer o mais fiel possível ao aspecto original que foi manifestado no momento da criação. A identificação de um céu com nuvens que estava debaixo de uma camada cinza reforça

esta argumentação. Também é possível reconhecer o valor de novidade, já que a restauração privilegiou o resgate da forma inalterada ou policromia pura dos elementos artísticos.

As obras que iniciaram em julho de 2018 – a requalificação do Centro Cultural da Romaria e a construção do Teatro Municipal – têm um aporte de R\$ 19.330.610,38 com recursos do PAC Cidades Históricas. Deste montante, R\$ 6 milhões foram destinados à recuperação do prédio da Romaria e outros cerca de R\$ 3,3 milhões ao Teatro Municipal. A Romaria era utilizada como pouso para os romeiros que vinham a Congonhas nas festividades do Jubileu – festa religiosa de devoção ao Senhor Bom Jesus que possui mais de 250 de história. Foi construída no início do século 20 e nos anos 1960 foi vendida pela administração do Santuário a um grupo empresarial do Rio de Janeiro que pretendia construir um hotel. Da cúpula que formava o conjunto, após demolida, restaram apenas as duas torres principais. A prefeitura adquiriu o espaço em 1993 e contratou o arquiteto Sylvio de Podestá para a restauração do pórtico. Reconstruído em 1995, o prédio tornou-se um ponto de encontro e palco de realização de shows e eventos culturais, além de abrigar os museus de mineralogia e arte sacra, a sede administrativa da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo (Fumcult) e uma rádio FM educativa.

Em dezembro de 2017 a prefeitura de Congonhas e o Iphan firmaram o Termo de Compromisso PAC n°148 no valor de R\$ 19.330.610,38 para a restauração e construção do Teatro Municipal (que inicialmente estava previsto no projeto original dos anos 1990 que não pôde ser construído). O arquiteto que reformulou o projeto é o mesmo que fez a primeira intervenção: Sylvio de Podestá. O Centro Cultural da Romaria, inaugurado em 23 de novembro de 2020, contém: o gabinete do prefeito, sala de reunião, sala multimeio, estúdio de rádio e TV educativa, administração da Fumcult, além de um bar-café, loja, museu de mineralogia e o memorial Matozinhos. Já o teatro Municipal está sendo erguido no paço que se encontra do lado de fora da cúpula.

A relação moderna com o valor de arte utilitário é talvez a mais evidente nas obras de restauração do prédio da Romaria e na construção do Teatro Municipal, já que as intervenções buscam, além de integrar os novos espaços de convivência ao sítio histórico, proporcionar uma nova dimensão de uso, que talvez possa potencializar o turismo da cidade ainda dependente na sua matriz econômica da arrecadação do ICMS e da CFEM das

17 No início desta década, a Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição apresentava problemas arquitetônicos, no telhado, forro e outras partes do prédio. O Ministério Público, por meio do promotor de justiça, Dr. Vinícius Alcântara Galvão, conseguiu uma verba indenizatória de R\$ 76 mil, oriunda de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que, somado à contrapartida da Igreja, possibilitou a elaborar o projeto estrutural. A Igreja custeou a pintura, a recolocação dos bancos (R\$ 120 mil), a sonorização (R\$ 80 mil) e outras ações de melhorias que foram concluídas em 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3dhzUnR>. Acesso em 23 de nov. 2020.

18 Disponível em: <https://bitly.com/16rJa>. Acesso em: 23 nov. 2020.

empresas mineradoras. O valor volitivo de memória está presente na ligação evidente do Teatro Municipal – moderno de estrutura metálica – conectando-o ao presente, apresentando adequações que compõem o tecido urbano dinâmico. No Centro Cultural da Romaria o valor histórico também se destaca, uma vez que a integridade do sítio é preservada como uma espécie de história-documento.

RESULTADOS

Destacamos que, a certa vanguarda da administração municipal de Congonhas nos projetos do PAC Cidades Históricas, tem sido reconhecida pelo Iphan. Na cerimônia da assinatura da ordem de serviço em 11 de junho de 2018 das obras de reconfiguração do Centro Cultural da Romaria e do Teatro Municipal a presidente do Iphan, Kátia Bogéa destacou:

Toda vez que venho aqui é um prazer e uma emoção. Congonhas, dentro do PAC Cidades Históricas, tem um diferencial em relação às outras 43 cidades que se inscreveram no programa. O prefeito e sua equipe, de forma diferenciada, contrataram todos os projetos e isso fez com que a cidade saísse à frente das outras. Por isso, temos os resultados”, reforçou (PORTAL DA PREFEITURA DE CONGONHAS, 2018)¹⁹.

Ao mesmo tempo que há investimentos para o reconhecimento e identificação de valores históricos para se manter a integralidade dos monumentos (valor volitivo), ou mesmo a tendência ao se proporcionar o valor de uso visando o turismo, observamos que há uma total ausência da consciência do valor de Antiguidade e ainda um espaço reduzido de reflexões acerca dos impactos destas intervenções no entorno dos sítios históricos. Tem ocorrido um processo de gentrificação? Caso afirmativo, em qual medida? Como a comunidade local tem se apropriado do debate? – são possíveis perguntas que saltam à mente, mas que podem ser objeto de futuras reflexões em outras perspectivas teóricas e de campo.

Por outro lado, é possível inferir que há uma certa ambiguidade acerca da reflexividade na relação com a memória (JEUDY, 2005). A busca frenética por projetos de restauração pode talvez apagar a percepção do valor de Antiguidade, à medida que estes não compreendem o patrimônio como um mecanismo orgânico, sensível às alterações no tempo. Em outra medida, os esforços do governo municipal nos últimos anos consolidaram a expertise na captação e gerência da coisa pública, ao propiciar, nesta medida, novas oportunidades de negócios, especialmente para o turismo. Porém, todo esse incentivo – de forma intencional ou não – acabou por eleger uma identidade (dentre tantas outras possíveis, de município minerador, polo econômico, de tradições quitandeiras e de congados) ao fomentar a identidade cultural em torno do culto ao Senhor Bom Jesus de Matozinhos e do selo de Congonhas como Patrimônio da Humanidade.

Quanto à reflexividade das cidades contemporâneas, bastante criticada por Judy (2005), observa-se neste artigo uma dupla dimensão: por um lado, há uma tendência latente em enaltecer o passado colonial e a genialidade do mestre barroco Aleijadinho. Na ponta inversa é bastante clara a postura contemporânea dos projetos de integração e construção de novos espaços públicos construindo pontes com o passado, mas em novas perspectivas que demarcam uma distinção evidente da arquitetura colonial. Isso mostra, ao menos em certa ótica, que é possível olhar para o espelho da memória e criar projeções que podem se enquadrar em novas perspectivas da sociedade: nesta ótica o tempo presente também se afirmaria com uma nova estética. Estas tensões sobre a disputa da “alma do lugar” são descritas por Maria Lucia Bressan Pinheiro em “Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930”:

De resto, nada há de surpreendente na constatação de que a preservação do patrimônio é por excelência um campo de tensões, as quais, porém, se procura ignorar ou subestimar, a partir de conceitos naturalizados de memória, identidade e pertencimento. (2017, p. 30)

Com o intuito de problematizar estas relações, este artigo elegeu como ponto convergente as categorias de Alois Riegl, pensadas como ancoradouros ou plataformas para novos lugares de memória na perspectiva das políticas públicas contemporâneas. Ao articular estes

19 Disponível em: <https://bit.ly/31wKpy1>. Acesso em: 23 nov. 2020.

conceitos com a experiência do PAC Cidades Históricas em Congonhas, averiguou-se uma expertise que foi desenvolvida nos últimos anos para a captação, administração de recursos e a construção de políticas públicas voltadas à preservação dos monumentos reconhecidos pela Unesco e no entorno histórico. A tentativa de construir uma plataforma econômica mais voltada ao turismo e diversa à mineração também se mostra como um caminho inescapável, diante dos grandes investimentos que estão sendo realizados no entorno dos sítios históricos. A dependência atual da mineração que gera empregos, arrecadação e move o caixa do município, reforça este direcionamento, já que por outro lado a atividade minerária usa recursos não-renováveis, ameaça a paisagem natural e causa problemas ambientais, sobretudo quanto à poluição²⁰ e às barragens²¹.

Neste sentido, as políticas públicas cumprem um importante papel em promover a cidade e potencializar o turismo, e traçar alternativas de desenvolvimento sustentável. Porém, o poder público municipal e a comunidade de Congonhas precisam estar sempre atentos às consequências das interferências destas obras do PAC no espaço urbano, como foi ressaltado neste estudo. Mais precisamente, é necessário indagar a qualidade

do diálogo do poder público local com os moradores nativos destas localidades e questionar se há, ou não, uma narrativa em torno da construção de uma identidade soberana que poderia apagar as memórias coletivas do *almus loci*.

As temáticas enfrentadas neste artigo envolvendo turismo, desenvolvimento local, preservação do patrimônio, memória, identidade e gestão são desafios imprescindíveis ao campo da academia e da administração pública. Propôs-se aqui adubar o solo destas discussões com a intenção de contribuir, de alguma forma, para as boas práticas da gestão pública em projetos e recursos e ainda no fortalecimento do debate em torno das pesquisas da história do tempo presente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. F. de. Patrimônio: Riegl e hoje. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 10, n. 2, p. 407-416, 1993.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

20 Os níveis de poluição do ar provocados pela atividade das empresas mineradoras preocupam moradores de toda a cidade. Com o objetivo de punir as indústrias que ultrapassem os limites de emissão de poluentes recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério Público Estadual e a Prefeitura de Congonhas por meio de uma parceria com recursos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) instalaram em 2017 a primeira de dez estações de monitoramento do ar na cidade. As empresas que infringirem os níveis de poluentes estabelecidos pela OMS serão penalizadas e pagarão multas de acordo com a legislação local. Disponível em: <https://bit.ly/2Pfzozos>. Acesso em: 23 nov. 2020.

21 A tragédias recentes em Mariana – MG (2015) e Brumadinho – MG (2019) causadas pelo rompimento de barragens de rejeitos de mineração mataram mais de uma centena de pessoas, milhares de espécies de peixes e aves e chamaram a atenção e preocuparam as comunidades locais, poderes públicos e pesquisadores do Brasil e do mundo todo. Em Congonhas a barragem da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) está localizada próximo ao bairro Residencial Gualter Monteiro e ameaça diretamente 1500 pessoas caso seja rompida. Disponível em: <https://bit.ly/3m60K6y>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Museu do Tropeiro de Castro: uma discussão sobre a atividade tropeira e o patrimônio cultural no Paraná

Tropeiro's Museum of Castro: a discussion about the muleteers activity and cultural heritage in Paraná State

MILENA SANTOS MAYER^A
FABIANA LOPES DA CUNHA^B

^aDoutoranda na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), campus Assis, mestra em Ciências Sociais Aplicadas pela instituição Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: milenasmayer@gmail.com

^bProfessora na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), campus Ourinhos, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pelo King's College London.
E-mail: fabiana.cunha@unesp.br

O presente texto tem por objetivo historicizar a criação do Museu do Tropeiro e compreender a institucionalização de uma memória e de uma narrativa. Localizado no município de Castro, estado do Paraná, trata-se de um museu público municipal inaugurado em janeiro de 1977, idealizado por uma professora castrense que o dirigiu durante aproximadamente 30 anos. A instituição tem por objetivo principal preservar e divulgar a história do tropeirismo de muares no Sul do Brasil. O texto expõe uma breve apresentação sobre o museu, seu contexto de fundação e seu desenvolvimento. Traz ainda um levantamento da historiografia brasileira sobre o comércio de muares no Brasil meridional. Os caminhos, definidos no século XVIII, estabeleceram-se a partir do relevo, seguindo os vales dos rios, pelas trilhas indígenas e principalmente pela procura dos campos com fartura em pastagens. No decorrer destas rotas, surgiram paradas estratégicas que se transformaram em povoados graças ao fluxo desses tropeiros. Os locais de pousos das tropas, pontos de descanso e pernoite, foram se tornando pontos de reabastecimento, de internada e até de compra e venda de animais. Era preciso suprir as necessidades dos tropeiros através do plantio de roças e estabelecimentos comerciais os quais geraram núcleos de povoamento, como é o caso do município de Castro. O texto apresenta, portanto, a problematização e as relações estabelecidas entre a historiografia, o conceito de patrimônio cultural e o conceito de museu.

Palavras-chave: patrimônio cultural, tropeirismo, museu, Castro, Paraná.

This paper seeks to historicize the creation of the Museu do Tropeiro and to understand the institutionalization of a memory and a narrative. Located in the municipality of Castro, state of Paraná, Brazil, it is a public municipal museum inaugurated in January 1977, idealized by a local teacher, who managed it for approximately 30 years. The main purpose of the institution is to preserve and disseminate the history of *tropeirismo* of mules in the South of Brazil. The text shows a brief presentation about the museum, its context of foundation and its development. It also presents a survey of the Brazilian historiography on the mule trade in southern Brazil. The paths, defined in the eighteenth century, were established based on the relief, following the valleys of the rivers, the indigenous trails and mainly by the search of the fields with abundance in pastures. In the course of these routes, strategic stops emerged, becoming villages due to the flow of these *tropeiros*. The landing sites of the troops, rest points and overnight were becoming points of refueling, wintering and even buying and selling of animals. It was necessary to supply the needs of the *tropeiros* by plantations and commercial establishments, which generated nuclei of population, such as the case of the municipality of Castro. This text presents, therefore, the problematization and the relations established among the historiography, the concept of cultural patrimony and the concept of museum.

Keywords: cultural heritage, tropeirismo, museum, Castro, Paraná.

INTRODUÇÃO

Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose. (IBRAM, 2013)

O trecho citado acima constava no portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram¹), atualmente este texto foi substituído. Contudo, essa sensível definição pode ser encontrada em diversas publicações sobre museus no Brasil, e novamente é citada no início deste texto com o intuito de apresentar ao leitor a concepção de museu que a autora acredita, bem como provocar uma reflexão sobre estas instituições.

Embora a poética conceituação corresponda aos anseios da autora e talvez de grande parte dos profissionais, pesquisadores e entusiastas de museus, é importante trazer à tona a definição² instituída pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que criou o Estatuto dos Museus no Brasil:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Por conseguinte, de maneira objetiva e burocrática, podemos afirmar que os museus são instituições permanentes sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e que atuam através de pesquisa, conservação e comunicação de um determinado patrimônio cultural, que pode ser material ou imaterial. No entanto, os museus “nascem” muito antes das organizações que atualmente os tutelam ou os regulamentam. A história dos museus é marcada pela própria etimologia da palavra *mouseion*: “pequena colina, lugar das Musas” (POULOT, 2013, p. 15). As musas eram seres mitológicos, filhas de *Mnemosine*, deusa da memória, e de Zeus, o pai de todos os deuses, portanto, trata-se de um mito fundador que sugere a união entre poder e memória.

1 Acesso em: 11 mar. 2019.

2 Esta acepção é fundamentada na definição do Conselho Internacional de Museus – Icom.

A origem dos museus remonta a antiguidade, mas é a partir da prática do colecionismo e dos gabinetes de curiosidades que podemos vislumbrar o princípio dessas instituições.

Sobre as origens das coleções podemos destacar os objetos conquistados através das guerras, os tesouros reunidos e conservados pelos príncipes, as coleções que sugeriam ascensão social e os conjuntos de objetos sagrados, como as relíquias, por exemplo (POMIAN, 1984). Algumas dessas coleções “serviam como estímulo à curiosidade e à pesquisa, e outras visavam unicamente ao estímulo emocional e estética” (HORTA, 1987, p. 160). Esta prática de reunião de artefatos – ou então, a história dos museus – é complexa e temos ciência de suas especificidades, entretanto, considerando os limites e a proposta deste texto, sugerimos que ela pode ser apresentada em três momentos: primeiro no período da Antiguidade Clássica, quando eram reunidas coleções de arte em templos gregos e romanos; um segundo momento seria o período do Renascimento, no qual foram criados os chamados gabinetes de curiosidades, com coleções de objetos raros ou peculiares, como as coleções dos príncipes; já o terceiro momento na história destes espaços distingue-se a partir dos ideais do Iluminismo, quando os museus europeus foram se modificando, transformando-se em locais de pesquisas e em instituições públicas (BREFE, 1998; FIGUEIREDO; VIDAL, 2013; POULOT, 2013).

A partir do “Século das Luzes”, parte da sociedade, como os burgueses, por exemplo, começam a almejar o acesso à arte e à ciência dando “origem ao museu moderno, com suas funções de pesquisa, educação, valorização do racionalismo, método e classificação” (POULOT, 2013, p. 63). Segundo Dominique Poulot, é a partir do século 18 que são criados diversos tipos de museus no mundo todo, que correspondem aos valores e narrativas de seus Estados de origem.

O nacionalismo do século seguinte favorece significativamente a expansão dos museus, com a criação de novas instituições para além do continente europeu, contribuindo também para o fortalecimento dos museus já existentes. Estas instituições ganham espaço neste período exatamente por se constituírem como um local de sacralização da memória e das “conquistas” de uma nação.

O século 19 é apontado como a “Era dos Museus”, segundo Poulot. Em relação ao público, é possível observar a preocupação em permitir o acesso e, portanto, desenvolver sistemas de organização das exposições e das coleções. Entretanto, “os verdadeiros usuários dos museus continuam sendo os *studiosi* e os artistas, que se beneficiam sempre em condições privilegiadas” (POULOT, 2013, p. 63).

O historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (2013) escreve que no continente americano a origem é um pouco diversa. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre os anos 1740 e 1870, há, certamente, a influência do iluminismo europeu, entretanto há também a presença dos ideais republicanos, o crescimento da classe média e o início da profissionalização na ciência. “Educação popular e pesquisa acadêmica são eixos que o compromisso americano desenvolve a partir de museus complexos, basicamente modelados como museus de História Natural, aos quais também se integra a atuação de sociedades históricas e arquivos” (MENESES, 2013, p. 22). No Brasil³, o autor lembra que “o modelo oitocentista é, também, o do museu de História Natural, no qual se insere organicamente a Antropologia e, o como um enclave evocativo e celebrativo, a História”. (MENESES, 2013, p. 22). A categoria de museu histórico que aqui nos interessa aparece apenas no século 20.

MUSEU DO TROPEIRO: CAMINHOS E CONCEPÇÕES

A respeito das instituições nacionais no século 20 é possível enxergar uma retomada de um sentimento nacionalista que proporciona uma nova perspectiva aos espaços museológicos e ao patrimônio histórico e cultural brasileiro. Segundo Maria de Lourdes Horta, as coleções brasileiras foram “institucionalizadas nos ‘grandes museus nacionais’ durante a década de 30, época de perfil político-nacionalista exacerbado e que coincide com a criação do SPHAN⁴” (HORTA, 1987, p. 160).

3 Em 1818, 10 anos após da vinda da família real, cria-se o Museu Real com o objetivo de propagar os conhecimentos das ciências naturais no Reino do Brasil. Ainda no século 19 são criados espaços como: Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paraense Emilio Goelgi (1871), Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895).

4 Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional criado pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, hoje Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, é então responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. O órgão deveria organizar, fiscalizar e proteger os bens móveis e imóveis considerados exemplares de notável valor histórico, artístico, arqueológico ou bibliográfico.

Posteriormente à publicação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional dedicou-se principalmente à preservação dos bens imóveis dos Séculos 16, 17, e 18, prioritariamente de arquitetura religiosa (FONSECA, 2017, p. 116). Entretanto, a letra da lei previa a proteção e a criação de instituições museais, como podemos observar no artigo 24:

A União manterá para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares. (BRASIL, 1937)

Segundo Ana Maria Alves Machado, (2013) a relação dos museus e de outras instituições culturais com o SPHAN teve como principal articulador o seu diretor Rodrigo de Melo e Franco, que esteve à frente do órgão de 1936 até 1967. O nacionalismo dos anos 1930 marcaria a missão política das instituições museais em busca da construção e consolidação da nação brasileira, “essa mentalidade específica de organização e preservação da história pátria será a mesma que prevalecerá como tônica determinante do modelo de formatação da história de diversas localidades, através dos museus municipais” (MACHADO, 2013, p. 154).

O museu público municipal da cidade de Castro começa a tomar forma a partir do ano de 1975, momento em que o pensamento museal proposto pelo SPHAN sofre mudanças, pois a partir da década de 1970 “os museus são utilizados como instrumentos de veiculação de discursos oficiais, com tendências a efetivação do ideal do regime militar” (MACHADO, 2013, p. 154). Todavia, internacionalmente esta mesma década é caracterizada pela Nova Museologia, principalmente com a discussão da mesa-redonda, organizada pela Unesco, que ocorreu na cidade de Santiago, Chile, em 1972. Ocasão em que este campo do conhecimento, a museologia, se propõe a pensar a diversidade cultural, a defesa do patrimônio das minorias étnicas e a integração dos museus com as comunidades locais. É nesse contexto que inicia a trajetória do Museu do Tropeiro.

Aos vinte e hum dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e sete, centésimo vigésimo ano da elevação da cidade de Castro à categoria de cidade, centésimo quinquagésimo

quinto ano da Independência do Brasil e ano da Proclamação da República foi inaugurado oficialmente, na presença das excelentíssimas autoridades e do público abaixo assinados o Museu do Tropeiro, com o objetivo de evocar aquela figura histórica do Brasil Colônia, dos séculos XVIII e XIX que tanto contribuiu para a formação da Santana do Iapó, hoje cidade de Castro, bem como de muitas outras cidades nas Províncias, hoje Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. (MUSEU DO TROPEIRO, 1977, p. 1)

A literatura consultada expõe que há um incentivo à criação de museus históricos municipais, além do mais, outros museus foram criados neste mesmo período no Paraná. Entretanto, em Castro há uma característica peculiar, optou-se por um museu histórico temático, como podemos observar na ata de inauguração do mesmo. O próprio nome escolhido indica seu objetivo, bem como no trecho citado acima é possível verificar que o compromisso da instituição é especificamente com a história da origem do município e indica o provável alcance regional deste museu, posto que se trata de um tema comum a outras localidades brasileiras.

Pesquisando nos arquivos institucionais do Museu do Tropeiro percebemos que a criação e a consolidação desse museu não se dão apenas pelo anseio de uma só pessoa, tarefa inexecutável, porém é inegável a participação e a dedicação fundamental de uma mulher: a professora Judith Carneiro de Mello⁵. Este museu é intimamente vinculado à sua idealizadora, que cumpriu

5 Professora Judith Carneiro de Mello nasceu em Castro, no Paraná, em 11 de abril de 1923, filha de Vespasiano Carneiro de Mello, empresário e político, e de Maria da Conceição Bueno Barbosa Carneiro de Mello. Judith era integrante de uma das mais antigas e conhecidas famílias do município de Castro, Paraná. Estudou nos Colégios São José e Diocesano Santa Cruz da cidade natal, seguindo depois para Curitiba onde formou-se normalista em 1942 e em seguida foi nomeada para o Grupo Escolar Vicente Machado. No ano de 1949, retorna para Curitiba para cursar a Escola Superior de Educação Física, lecionando por três anos no Grupo Escolar da Mercês na capital do Estado. Lecionou também no município de Piraí do Sul no Grupo Escolar “Leandro da Costa”, na Escola Normal Regional e no Ginásio Jorge Queiroz. Transferida em 1954 para Rolândia, também no estado do Paraná, trabalhou no Ginásio Estadual e na Escola Normal Regional. Em 1964 retornou para sua cidade natal e lecionou na Escola Normal Amanda C. de Mello e mais tarde foi Diretora do Ginásio Estadual de Castro, hoje Colégio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Mello. Aposentou-se da função de professora no ano de 1983, após trinta anos dedicados à educação.

a função de diretora por aproximadamente 30 anos. Esta informação consta também na Ata de Inauguração do Museu do Tropeiro:

A ideia de criação de um museu histórico na cidade de Castro é um sonho muito antigo e um sonho de longos anos da professora Judith Carneiro de Mello, a cujo o empenho e dinamismo hoje é inaugurado um de seus anelos, em benefício, não somente da gente de sua terra natal, mas de todos que por aqui passarem e tiverem o privilégio de visitar o Museu do Tropeiro. (MUSEU DO TROPEIRO, 1977, p. 1)

A figura da professora Judith aparece constantemente em grande parte dos documentos produzidos pela ou sobre a instituição, assim como está na memória e na fala dos funcionários e de muitos visitantes e pesquisadores que tivemos a oportunidade de conhecer⁶.

Na gestão do advogado Lauro Lopes, então prefeito municipal, Judith encontrou apoio para concretizar o seu projeto. O primeiro passo burocrático foi a publicação da declaração de utilidade pública de um imóvel, para fins de desapropriação, em 16 de maio de 1975. Logo em seguida a edificação foi adquirida e restaurada com recursos da Prefeitura Municipal de Castro. No ano subsequente pelo Decreto Municipal nº 71/76 do dia 1 de dezembro de 1976, foi oficialmente criado o Museu do Tropeiro, inaugurado no mês seguinte em 21 de janeiro de 1977.

Sobre a sede é importante destacar que se trata de uma casa construída no final do século XVIII com características de arquitetura colonial, “apresenta aberturas com requadros em madeira, vergas encurvadas, janelas de peitoril, folhas externas em sistema de guilhotina, divididas em quadrículos, postigos internos em calha e portas com bandeiras”. (LYRA, 2006, p. 80). As obras de restauração foram executadas com o acompanhamento da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, segundo projeto do arquiteto Sérgio Todeschini Alves. No mesmo ano da inauguração foi instaurado o processo de tombamento do imóvel que, desde 1978, está sob proteção do estado do Paraná.

Mas por qual razão surge a proposta de um museu temático? Como o “tropeiro” tornou-se principal elemento para a política de preservação do patrimônio cultural do município?

6 Judith faleceu no ano de 2007, tendo a pesquisadora iniciado suas atividades profissionais no Museu do Tropeiro no ano 2012.

Já na fase de pesquisas, quando a ideia era a da criação do Museu da História de Castro, recebemos a visita do: eminente Professor Dr. Newton Carneiro, membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pessoa conhecida de todos os paranaenses, pela sua cultura invulgar e por ser a autoridade absoluta que é em questões de História. Mostrou-se vivamente interessado, transmitindo-nos o seu entusiasmo e a certeza de que a instalação de um “MUSEU DO TROPEIRO”, sobre estar, mais condicionada à história da cidade, seria a realização inédita no Brasil. Disse mais, o ilustre historiador, que não via melhor abrigo para um acervo do tropeiro do que esta casa, e que deveríamos entrar em contato com o IPHAN. (MUSEU DO TROPEIRO, 1980)

Além deste trecho presente em um boletim institucional, Judith revela, em entrevista gravada e transcrita, o diálogo com o historiador Newton Carneiro

A gente não ouve mais as histórias como eu ouvia de minha avó, e como o povo vivia diferente. Estou vendo um descaso pela nossa história, nossa origem. Então, eu fico muito grata que o senhor me dê essa orientação. Eu só peço uma coisa: que o senhor me ajude a fazer esse museu. Ele falou: “Ah! Mas eu estou muito satisfeito [...] porque Castro é a cidade depositária de toda a história do Paraná”. Eu fui vendo que toda aquela história que meu pai contava, do caboclo de Castro, estava dentro daquilo que eu procurava [...] em dois meses eu pus todo aquele acervo do museu lá dentro, graças às amigadas do meu pai. No interior do município, aonde eu chegava, eles diziam: “não posso ir, mas a senhora pode levar o que achar que pode servir para o seu museu. (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 26)

A história do tropeiro no Paraná é, portanto, a história de uma estrutura agrária, o que a historiografia tradicional paranaense denominou de “sociedade campeira”. A economia era baseada na subsistência e nas atividades pecuárias. Saint-Hilaire, em sua viagem pela região dos Campos Gerais, em 1822, descreveu os hábitos e as características que encontrou durante o caminho. Segundo o viajante, os homens desta região estavam “sempre a cavalo e andavam quase sempre a galope, levando um laço de couro amarrado à sela, que é de um tipo especial denominado lombilho” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 18).

Não se deve pensar, porém, que os habitantes dos Campos Gerais permaneçam sempre em sua região. Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que

ganham algum dinheiro, partem para o sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra ou em Sorocaba. (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 19)

O tropeiro, por definição, é aquele que conduz uma tropa, principalmente de equídeos; aquele que conduz bestas de carga ou manadas de gado, cavalos e bois; aquele que negocia gado; um empresário de transportes. Encontram-se tropas e tropeiros em grande parte do território povoado durante o período colonial brasileiro e após a independência, entretanto, é ao comércio de muarens no Brasil meridional, denominado pelos estudiosos e interessados, como *tropeirismo*, que se dedica o Museu do Tropeiro de Castro.

Pesquisadores dessa temática argumentam que a expansão territorial do sul do país se dá principalmente a partir desta atividade econômica. O caminho mais conhecido e que serve como referência para esta atividade é o chamado Caminho do Viamão, trilhado pela primeira vez por Cristóvão Pereira de Abreu entre os anos de 1731 e 1732, conduzindo aproximadamente 3000 mulas durante esta tropeada (GOULART, 1961, p. 37). Mais tarde, com o estabelecimento da feira anual de Sorocaba, sabe-se que o tráfego de tropas e tropeiros era intenso, atravessando as regiões que correspondem hoje ao estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná até chegar ao estado de São Paulo. Sérgio Buarque de Holanda afirma também que é a partir de 1730, “com a abertura do caminho por terra que de Curitiba ia dar às campinas do Viamão e à colônia do Sacramento, é que o cavalo começa a ter lugar no ritmo ordinário da vida paulista” (HOLANDA, 1975, p. 154). Na obra “Caminhos e fronteiras” há um trecho intitulado “Do peão ao tropeiro”, no qual o historiador escreve sobre a falta dos animais de transporte e a condição das estradas na região de São Paulo. “O paulista se locomovia a pé, pois possuir cavalgaduras era um luxo” (HOLANDA, 1975, p. 131).

Partindo de inventários *post mortem* e outras documentações de registro de impostos, o autor destaca que “a partir de 1733, ou pouco depois, é que começa a avolumar-se o número de bestas muarens vindas do Sul, geralmente de passagem para as minas” (HOLANDA, 1975, p. 155).

Com as feiras de animais de Sorocaba, assinala-se, distintamente, uma significativa etapa na evolução da economia e também da sociedade paulista. Os grossos cabedais que nelas se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade na população. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista

e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. (HOLANDA 1975, p. 158)

O historiador não utiliza o termo “tropeirismo”, entretanto, é interessante observar como ele descreve essa atividade e os sujeitos envolvidos. A afirmação de que há uma mudança de mentalidade e as características que o autor descreve no decorrer do texto corroboram com muitos discursos encontrados sobre a temática.

Há na figura no tropeiro paulista, como na do curitibano, do rio-grandense, do correntino, uma dignidade sobranceira e senhoral, aquela mesma dignidade que os antigos costumavam atribuir ao ócio mais do que ao negócio, muitos dos seus traços revelam nele a herança ainda bem viva, e tempos passados, inconciliável com a moral capitalista. A dispensa muito frequente de outra garantia nas transações, além da palavra empenhada, que se atesta no gesto simbólico de trocar o fio de barba em sinal de assentimento, casa-se antes com a noção feudal de lealdade do que com o conceito moderno de honestidade comercial. [...] O amor ao luxo e aos prazeres domina, em pouco tempo, esses indivíduos rústicos, que ajaezam suas cavalgadas com ricos arreios de metal precioso ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, nos jogos, nos teatros. [...] A ostentação de capacidade financeira vale aqui quase por uma demonstração de força física. Ao menos nisto, e também na aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores, o tropeiro ainda pertence à família bandeirante. (HOLANDA, 1975, p. 159)

Quem visita a exposição do Museu do Tropeiro pode construir pontes e analogias entre o acervo, a narrativa da exposição e este trecho citado acima. Inclusive, durante um longo período, esteve em exposição o “Código do Tropeiro”, que reforçava principalmente a questão da honestidade e da cordialidade destes negociantes⁷. A ostentação financeira é perceptível através das peças de prata e alpaca, bem como os móveis e louças da “casa do tropeiro”.

7 “Competia ao tropeiro: Não deixar porteira aberta; respeitar a propriedade alheia; saudar a todos que encontrasse em caminho; nunca chegar à casa de alguém pelo lado da cozinha; respeitar as mulheres; ser leal aos companheiros; ser correto nos negócios; honrar a palavra dada” (ROMAGUERA NETTO, 2002).

No que diz respeito às rotas percorridas por estes tropeiros, definidas no século 18, foram determinadas a partir do relevo, seguindo os vales dos rios, mas também pelas trilhas indígenas existentes na região e principalmente pela procura dos campos com fartura em pastagens. Ao longo do caminho surgiram paradas que se transformaram em povoados graças ao fluxo desses tropeiros. Os locais de pousos das tropas foram se tornando pontos de reabastecimento, de internada e até de comércio de muare. Era preciso suprir as necessidades dos tropeiros através do plantio de roças e estabelecimentos comerciais os quais geraram núcleos de povoamento, que foram expandindo até tornarem-se cidades.

Entregues à vida campeira, continuidade dos grupos paulistas de que descendiam historicamente, vivendo numa região que se constituiu em “zona de passagem”, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, no período das tropas, de que participaram intensamente, estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e rio-grandenses, os habitantes dos Campos Gerais tinham, sobretudo, costumes de gaúchos. (BALHANA; MACHADO; 1968, p. 38)

Entre o século 18 e meados do 19, Castro se estabelece como o centro administrativo de toda essa região denominada Campos Gerais⁸. Pelo regime de sesmarias, a Coroa Portuguesa concedia grandes extensões de terras às famílias que desejassem fixar moradia. O primeiro requerimento desse caráter, feito por Pedro Taques de Almeida, data de 19 de março de 1704. A historiografia local⁹ aponta que o rio Iapó¹⁰, por sua característica de tornar-se alagado, obrigava os tropeiros a aguardar e acampar. De tal modo, o antigo Pouso do Iapó avançou para a categoria de Freguesia de Sant’Ana do Iapó no ano de 1774, quando foi construída a primeira capela. A ascensão da Vila Nova de Castro ocorreu em 20 de janeiro de 1789, em homenagem a Martinho Mello e Castro, então Secretário dos Negócios Ultramarinos

8 Geograficamente Reinhard Maack (1981) define Campos Gerais como uma região de aproximadamente 19.060 km²: “utilizados predominantemente para a criação intensiva de gado bovino, entende-se desde a fronteira com o Estado de Santa Catarina até o limite com o Estado de São Paulo” (MAACK, 1991, p. 256).

9 José Pedro Novaes (1972); Oney Barbosa Borba (1986).

10 O Rio Iapó nasce no município de Piraí do Sul, corta o perímetro urbano de Castro e deságua no Rio Tibagi, no município de mesmo nome.

de Portugal. A Vila Nova de Castro foi elevada à categoria de cidade em 21 de janeiro de 1857, portanto a primeira cidade instituída após a emancipação da Província do Paraná (1853). De posse destas informações e do conhecimento de que os caminhos vindos do sul passavam por esta região, bem como amparada pela historiografia, através principalmente do historiador Newton Carneiro, Judith Carneiro de Mello organiza e institui o Museu do Tropeiro.

Compreendemos que todos aqueles que de alguma forma participavam desta atividade podem ser denominados tropeiros, e não somente os donos das tropas. Entretanto, a ideia de tropeiro a priori está atrelada ao dono do capital e muitos destes homens enriqueceram a partir desta atividade, ademais, justamente pela posição econômica, alguns tropeiros tiveram grande participação na vida política da região sul. Brasil Pinheiro Machado escreve que os grandes proprietários rurais, os que detinham grandes fortunas da província, representavam o poder político local. A partir da emancipação da Província do Paraná, em 1853, o poder local é inteiramente restituído às classes superiores locais e, especialmente, à classe dos fazendeiros dos Campos Gerais, constituindo assim uma oligarquia (BALHANA; MACHADO, 1968).

A influência e o prestígio destes comerciantes são registrados pela historiadora Cecília Westphalen, pois, segundo a autora, entre os anos 1842 e 1888 foram outorgados na região do Paraná oito títulos de nobreza, sendo seis destes títulos para tropeiros: Barão de Antonina, Barão do Tibagi, Barão dos Campos Gerais, Barão de Guarapuava (depois Visconde de Guarapuava), Barão de Guaraúna e Barão de Monte Carmelo (WESTPHALEN, 1995, p. 17).

Contudo, a estrutura agrária dessa região não é somente composta por grandes latifúndios e por ricos proprietários, mas por pequenas propriedades e trabalhadores escravizados ou livres. Os objetos que são representativos desta atividade, são também objetos comuns do cotidiano da vida rural no Brasil. A cultura material relacionada a este tema é bastante diversificada. A lida com os animais é composta por artefatos como freios, selas, pelegos, estribos, coxonilhos, chicotes, esporas; objetos de carga, como bruacas, canastras, cangalhas, jacás; objetos de indumentária, como chapéus, botas, ponchos; objetos de uso nos pousos, bancos, caldeirões, chocolateiras, talheres; objetos de uso pessoal, garruchas, facas, punhais; entre outros elementos que estão relacionados diretamente ao trabalho no campo, à viagem e ao comércio de animais.

Portanto, o acervo do Museu do Tropeiro é composto majoritariamente por esta tipologia de objetos. Como dito no início do texto, nos propomos a provocar uma reflexão acerca do patrimônio cultural institucionalizado por esta instituição. Os bens culturais, hoje tombados, eleitos patrimônio público do município de Castro, sofreram um processo de seleção pois o “espaço material dos museus é constituído social e simbolicamente pelo tenso entrecruzamento de diversas relações entre grupos étnicos, classes sociais, nações, categorias profissionais, público, colecionadores, artistas, agentes do mercado de bens culturais, agentes do Estado etc.” (GONÇALVES, 2007, p. 83). Sendo assim, ponderando a função social dos museus, principalmente um museu público, nos propusemos, em uma pesquisa que ainda se encontra em andamento, historicizar e problematizar a constituição e a trajetória dessa instituição.

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar as obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social. (CANCLINI, 2011, p. 169)

Os artefatos materiais, vulgarmente, são vistos apenas como produto da ação humana, entretanto, é necessário compreender que os comportamentos sociais também podem ser moldados pelos objetos. Os museus são “recursos estratégicos” para esse entendimento, pois “no museu, objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar a minhas experiências alheias) assumem valores cognitivos, estéticos, afetivos, sócio-culturais” (MENESES, 2013, p. 19).

TEATRO DA MEMÓRIA OU LABORATÓRIO DA HISTÓRIA?

As especificidades de criação do Museu do Tropeiro e a maneira como ele se estabeleceu na sociedade oferecem subsídios capazes de auxiliar a instituição museal pesquisada a cumprir sua função social e assim atingir os mais diferentes públicos, bem como promover a reflexão

para outras instituições. Ulpiano Bezerra de Meneses questionava, na década de 1990, quais as possibilidades de participação de um museu histórico na produção do conhecimento histórico. Teatro da memória ou laboratório da história? Nesse sentido, questionamos hoje qual seria a orientação do Museu do Tropeiro.

O Museu do Tropeiro tem por finalidade: – primeiro: – pesquisar e estudar os documentos, arquivos e demais registros sobre a pessoa do tropeiro e de sua influência econômica, social e cultural na área de sua atuação; – segundo: – reunir os testemunhos materiais autênticos usados pelo tropeiro na sua época; – terceiro: – expor estes objetos para o conhecimento e apreciação de estudiosos e do público em geral; quarto: contribuir com a política de Turismo do Governo da Revolução de 1964, no eixo Vila Velha – Foz do Iguaçu, no plano de Turismo Cultural. (MUSEU DO TROPEIRO, 1977, p. 1)

Neste trecho da ata de inauguração observamos a intenção em tornar-se, em primeiro lugar, uma instituição de pesquisa. Esta é uma informação essencial quando tratamos de museus históricos tradicionais, principalmente os museus públicos municipais, aqueles que estão longe dos grandes centros e da Academia. Afinal, sabe-se que paira na sociedade uma ideia de que museus são depósitos de velharias. A partir da análise das fontes, documentos administrativos e publicações da instituição, percebemos o propósito da pesquisa desde a sua gênese, o que certamente influenciou diretamente na formação do arquivo documental e da biblioteca especializada da instituição, isto é, pesquisa em documentos oficiais. Contudo, ainda precisamos aprofundar, caso existam, investigações a partir dos bens culturais pertencentes à instituição. Nesse momento, podemos sugerir que as determinações das escolas metódica e positivista na produção do conhecimento histórico podem, de alguma maneira, ter influenciado esta prevalência.

De acordo com o conceito de museu exposto no início do texto, museus são locais que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem determinado patrimônio de alcance histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outro caráter. Para complementar esta análise a respeito do Museu do Tropeiro e a relação entre patrimônio cultural e institucionalização de uma narrativa, além do contexto de fundação, apresentamos um trecho retirado de um Boletim Informativo produzido em comemoração ao terceiro aniversário da instituição:

Castro, que representa, por força do tropeirismo, um importante elo de integração entre o norte e o sul, tem neste Museu do Tropeiro conservado suas tradições. Vai mostrar às gerações de hoje e o do futuro toda a pujança de uma era de coragem, de desbravamento, de patriotismo e de afirmação de valores pátrios. Muito, portanto, falará a posteridade este monumento. Ele a prova de um passado de trabalho, de um presente de realidades e de um futuro repleto de esperanças. Ele é o tributo de gratidão àqueles homens obstinados que, embalados pela sua bravura, lançaram-se à magnífica aventura de abrir novos caminhos no chão da Pátria, propiciando o surgimento de novos núcleos de civilização, de novas cidades, de nossa cidade de Castro. E porque retrata este Museu a fisionomia sociológica de uma época de nossa história, a sua finalidade não é, apenas, a de guardar o acervo dos usos e costumes do tropeiro, todavia sirva ele de exemplo e estímulo para as gerações futuras, convidando à reflexão, ao estudo, e à pesquisa social e histórica. (MUSEU DO TROPEIRO, 1980)

O texto apresenta o museu como monumento. O termo monumento tem sua origem no latim *monumentum*, derivação de *monere*, ou seja, lembrar ou advertir. A historiadora Françoise Choay argumenta que este termo denota uma natureza afetiva, portanto “não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2017, p. 18). Este aspecto é evidenciado quando citamos o depoimento da senhora Judith e sua preocupação em preservar as memórias relatadas por seu pai ou que ela testemunhara, bem como no trecho acima, quando utiliza-se a expressão “tributo de gratidão”, dialogando diretamente com a definição proposta por Choay que considera monumento “tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2017, p. 18). Além deste aspecto, destacamos também a intenção em preservar uma história de exaltação à pátria e ao patriotismo, tão intrinsecamente vinculada à política de preservação em todo o território nacional.

Todavia, o final do texto convidando o visitante à reflexão e a pesquisa interrompem o raciocínio de imposição de uma determinada versão ou então de apenas um memorial que não apresenta questionamentos e problemáticas. Nos parece que o (a) autor (a) do texto, porta voz da instituição, reitera a posição de que os museus devem ir além do senso comum de guardiões da memória, há a preocupação com a produção do conhecimento histórico. Essa aparente incongruência aguça ainda mais o interesse na pesquisa sobre a instituição. Sabemos que o processo

de construção do conhecimento é dinâmico e implica diversas adversidades, especialmente para o historiador que está constantemente refletindo sobre o ofício.

Jacques Le Goff (2013) escreve que é em função das necessidades contemporâneas que a história recolhe, classifica e agrupa os fatos passados. “É em função da vida que ela interroga a morte” (LE GOFF, 2013, p. 29). A função social da história pode ser definida como a organização do passado em função do presente. Neste sentido, as discussões sobre objetividade e imparcialidade na atividade do historiador é recorrente. Sobre o tema, o autor distingue os dois termos, salientando que a objetividade é inconsciente, e que seria impossível o historiador ser objetivo, abstrair suas concepções ao passo que a imparcialidade exige do historiador honestidade e esta é conquistada através de revisões do trabalho histórico e acumulações de verdades parciais. Acreditamos que a mesma ideia se justapõe aos museus históricos e, portanto, pretendemos seguir uma análise ciente das relações entre objetividade e subjetividade na construção de uma narrativa museológica.

Nesse sentido, o entendimento sobre monumentos, materiais da memória, seriam heranças do passado, enquanto os documentos uma escolha do historiador (LE GOFF, 2013, p. 485). “O monumento tem como característica a perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado para a memória coletiva)” (LE GOFF, 2013, p. 486). O documento para a escola positivista é o alicerce do fato histórico, e parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica (LE GOFF, 2013, p. 486). O monumento teria uma intencionalidade que não corresponderia à objetividade do documento. Entretanto, a partir da chamada Escola dos Annales há uma ampliação do conceito de documento, bem como manifesta-se o entendimento de que não existe um documento objetivo e inócuo. “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2013, p. 495). Ambos são tomados de intencionalidade e de subjetividade.

Le Goff afirma que o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade (LE GOFF, 2013, p. 497). Posto isso, devemos expor que há uma pesquisa em andamento e, portanto, o objetivo do texto é provocar a reflexão, deste modo, concluímos afirmando que o objetivo não é construir um juízo de valor a respeito da trajetória do Museu do Tropeiro, mas

auxiliar a instituição, bem como outras instituição que se dedicam à preservação do patrimônio cultural, caminhos e subsídios para que possam de alguma maneira possibilitar à sociedade o acesso à cultura, ao conhecimento da sua história, ao reconhecimento de possíveis laços indenitários e, conseqüentemente, permitir a conquista da cidadania.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO. **Judith**. Castro: Gráfica Kugler. 2013.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

BORBA, O. B. **Os iapoenses**. 2. ed. Curitiba: Lítero-Técnica, 1986

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1937. Disponível em: <https://bityli.com/MupW8>. Acesso em: 1 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Estabelece o Estatuto dos Museus. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://bityli.com/PyJAx>. Acesso em: 1 abr. 2019.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2011.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007.

GOULART, J. A. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

HORTA, M. L. P. Teatro da memória. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 158-162, 1987

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

MACHADO, A. M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. *In*: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013. p. 145-157.

MENESES, U. T. B. A exposição museológica e o conhecimento histórico. *In*: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2013. p. 15- 84.

MUSEU DO TROPEIRO. **Ata de inauguração realizada no dia 21 de janeiro de 1977**. Castro: Museu do Tropeiro, 1977. p. 1-2.

MUSEU DO TROPEIRO. **Boletim informativo**. Castro: Museu do Tropeiro, 1980.

POMIAN, K. Coleção. *In*: POMIAN, K. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

POULOT, D. **Museu e museologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ROMAGUERA NETTO, L. **Erro histórico & outros ensaios**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

ROSAS, J. P. N. **A fundação da cidade de Castro**. Curitiba: Vicentina, 1972.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

WESTPHALEN, C. M. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas**. Curitiba: CD Editora, 1995.